



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Instituto de Oceanografia
Laboratório de Gerenciamento Costeiro

**A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da
Educação no Processo de Gestão Ambiental**

Relatório 3

*Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Região
Norte Fluminense – Rio de Janeiro*

Setembro de 2018



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**



Projeto de Pesquisa:

Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da Educação no Processo de Gestão Ambiental.

Relatório III

Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Região Norte Fluminense – Rio de Janeiro

Kelen Rodrigues da Veiga; Andrine Longaray; Jéssica Fischer Verly; Naila Takahashi; Tatiana Walter; Liandra Caldasso; Gracieli Trentin; Márcia Umpierre; Juliana Conti Hübner; Erica Coelho de Souza Neutzling; Gabriel Henrique Silva das Dores; Julhana Pereira Figueiredo; Mateus Finkler; Monique Macedo e Silva; Liliane Oliveira.

“A realização do Projeto de Pesquisa de Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Tatiana Walter	Doutora em Ciências Sociais
Prof. Dra. Liandra P. Caldasso	Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
Prof. Dra. Gracieli Trentin	Doutora em Geografia
Prof. Msc. Márcia B. Umpierre	Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Educação Ambiental.

Pesquisadores

Jéssica Fischer Verly	Mestra em Gerenciamento Costeiro
Andrine Longaray	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Cristiane Simões Netto Costa	Doutora em Administração
Kelen Rodrigues da Veiga	Mestra em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais
Juliana Conti Hübner	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Naila Takahashi	Mestra em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento

Coordenação Técnico-Administrativa

Max Frederico Alves	Tecnólogo em Gestão Ambiental
---------------------	-------------------------------

Bolsistas de Pós-Graduação

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Ricardo Alfredo Demarco Vittola	Mestrado em Gerenciamento Costeiro
Roxana Ruiz Buendia	Mestrado em Gerenciamento Costeiro

Bolsistas de Iniciação Científica

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Andriele Teixeira da Silva	Educação do Campo
Erica Coelho de Souza Neutzling	Gestão de Cooperativas
Gabriel Henrique Silva das Dores	Agroecologia
Julhana Pereira Figueiredo	Agroecologia
Liliane Oliveira	Gestão Ambiental
Mateus Finkler	Agroecologia
Monique Macedo e Silva	Gestão Ambiental

LISTA DE SIGLAS

APAPGF	Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos
APAC	Associação de Pescadores Artesanais da Lagoa de Carapebus
APLAC	Associação de Pescadores da Lagoa de Carapebus
CEASA	Central de Abastecimento
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
COMPEMA	Cooperativa Mista dos Pescadores Macaé LTDA
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EDEA	Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FEPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FUNBIO	Fundo Brasileiro para Biodiversidade
GPS	<i>Global Positioning System</i> (Sistema de Posicionamento Global)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
LOA	Lei do Orçamento Anual
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PAPESCA	Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca
PARNA	Parque Nacional
PARNA Jurubatiba	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
PCAP	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira
PCAP BC	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Bacia de Campos
PCR BC	Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PEA BC	Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos
PEA FOCO	Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária
PEA PESCARTE	Programa de Educação Ambiental PESCARTE
PIB	Produto Interno Bruto

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REMA	Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente
RGP	Registro Geral da Pesca
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Acervos Pesquisados para Análise Documental da Região Norte Fluminense.....	8
3. A Pesca Artesanal na Região Norte Fluminense.....	9
3.1 Histórico de Ocupação da Região Norte Fluminense: O Espaço das Comunidades Pesqueiras Artesanais	9
3.2 Equipamentos e Serviços Públicos.....	14
3.3 Caracterização do Processo Produtivo	26
3.4 Caracterização dos Meios de Produção.....	38
3.5 Produção Pesqueira	57
3.6 Características do Beneficiamento e Comercialização de Pescado.....	60
3.7 Infraestruturas da Cadeia Produtiva	64
3.8 Conflitos e/ou Problemas	68
3.9 Projetos e/ou Ações Desenvolvidos nas Comunidades Pesqueiras.....	72
3.10 Políticas Públicas Acessadas pelos Pescadores(as) Artesanais.....	79
3.11 Demandas Elencadas pelas Comunidades Pesqueiras na Região Norte Fluminense	84
3.12 Organizações Representativas	88
4 Considerações Finais.....	100
5 Referências Bibliográficas.....	102
6 Apêndices	118
7 Anexos.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de abrangência da pesquisa.	6
Figura 2: Municípios da região Norte Fluminense e localização das suas organizações de pescadores(as) artesanais.....	8
Figura 3: Municípios da região Norte Fluminense e pescadores(as) artesanais com registro no RGP	12
Figura 4: Comparação entre os níveis de escolaridade da população e dos pescadores(as) na região Norte Fluminense.	17
Figura 5: Atores envolvidos na atividade pesqueira na região Norte Fluminense.	28
Figura 6: Comparativo da faixa etária nacional, do estado do Rio de Janeiro e pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense.....	33
Figura 7: Renda familiar na região Norte Fluminense.	37
Figura 8: Características das embarcações segundo entrevistas do PEA PESCARTE (2015)41	
Figura 9: Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da região Norte Fluminense.	51
Figura 10: Produção pesqueira anual (em Kg) em municípios da região Norte Fluminense..	57
Figura 11: Diversidade de espécies desembarcadas em cada município.....	59
Figura 12: Formas de beneficiamento de pescado na região Norte Fluminense.	64
Figura 13: Tipos de infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes nos municípios da região Norte Fluminense.	66
Figura 14: Políticas públicas acessadas pelos pescadores(as) artesanais na região Norte Fluminense.	80
Figura 15: Relação do número de pescadores(as) com acesso ao seguro defeso por município na região Norte Fluminense.....	81
Figura 16: Grupos que as entidades da região Norte Fluminense representam.....	89
Figura 17: Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.	90
Figura 18: Número de organizações representativas dos(as) pescadores(as) artesanais de acordo com o ano de fundação na região Norte Fluminense.....	91
Figura 19: Participação dos(as) pescadores(as) nas colônias de pesca.	92
Figura 20: Participação dos(as) pescadores(as) nas associações de pesca.	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comunidades pesqueiras da região Norte Fluminense.....	13
Quadro 2: Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na região Norte Fluminense.	70
Quadro 3: Projetos predominantes nos estudos sobre a região Norte Fluminense.....	74
Quadro 4: Demandas elencadas pelas comunidades de pescadores(as) artesanais dos municípios da região Norte Fluminense.....	85

LISTA DE TABELAS

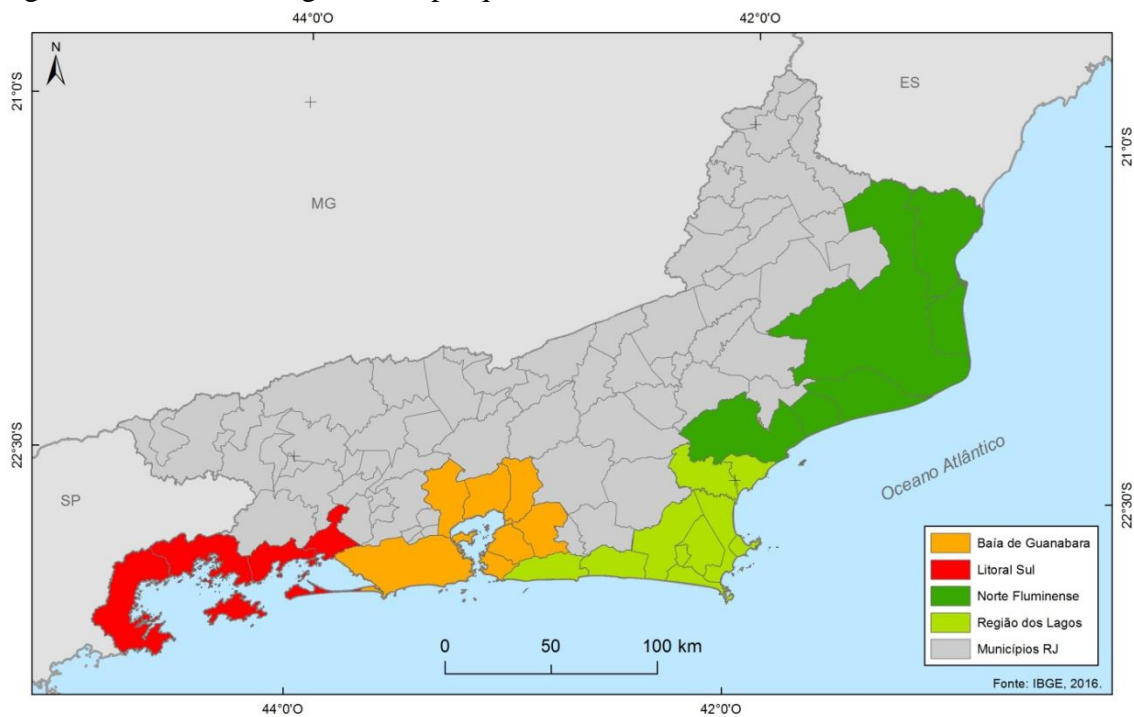
Tabela 1: Tipos de serviços relacionados à saúde para os municípios da região Norte Fluminense.	19
Tabela 2: Acesso à energia elétrica nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.	20
Tabela 3: Acesso ao abastecimento de água nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.	21
Tabela 4: Tipos de esgotamento sanitário nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.	22
Tabela 5: Tipos de destinação dos resíduos sólidos nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.....	24
Tabela 6: Percentual (%) de utilização de petrechos pelos(as) pescadores(as) artesanais.	43
Tabela 7: Principal arte de pesca utilizada.	44
Tabela 8: Principais artes de pesca em Campos dos Goytacazes.	45
Tabela 9: Características das embarcações em Campos dos Goytacazes.....	46
Tabela 10: Principais artes de pesca e características das embarcações em Carapebus	47
Tabela 11- Principais artes de pesca e características das embarcações em Macaé.....	48
Tabela 12: Principais artes de pesca e características das embarcações em Quissamã	49
Tabela 13: Principais artes de pesca e características das embarcações em São Francisco do Itabapoana	50
Tabela 14: Principais artes de pesca e características das embarcações em São João da Barra	50
Tabela 15: Propriedade das embarcações por município.	56

1. Apresentação

Este documento é parte do projeto de pesquisa “Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro”. Financiado pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, a pesquisa possui como fito contribuir ao aprimoramento da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), por meio da análise crítica sobre os impactos de empreendimentos petrolíferos em comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

O relatório diz respeito à execução do objetivo específico *A.2 “Analisar o estado da arte das medidas mitigadoras e compensatórias implantadas junto às comunidades pesqueiras artesanais – Projetos de Educação Ambiental e Planos de Compensação da Pesca – com vistas ao seu aprimoramento e ampliação do escopo das ações”*. Tem como área de abrangência os municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro, organizados em quatro regiões: Baía de Guanabara, Região dos Lagos, Região Norte Fluminense e Litoral Sul (Figura 1).

Figura 1: Área de abrangência da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do IBGE (2016).

As medidas compensatórias e mitigadoras, objetos desta pesquisa, possuem como orientação a vertente da Educação Ambiental denominada *Educação no Processo de Gestão Ambiental*, especificamente o recorte a Educação Ambiental no Licenciamento. Adicionalmente, a pesquisa tem como foco Programas e Projetos de Educação Ambiental cujos sujeitos da ação educativa são pescadores e pescadoras artesanais. Conseqüentemente torna-se essencial cotejar os elementos estruturantes da Educação no Processo de Gestão Ambiental à realidade dos sujeitos cujos projetos estão orientados. Por meio da pergunta *‘quais os elementos que tornam esses pescadores e pescadoras vulneráveis aos impactos dos empreendimentos petrolíferos?’* foram elaborados os fundamentos teóricos da pesquisa que estão publicados nos Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA (Anexo 1) e estabelecem os subsídios as análises a serem empreendidas nas quatro regiões de estudo. Após organização dos subsídios teóricos, os procedimentos analíticos foram organizados e descritos em relatório específico, compilados no Anexo 2.

Destaca-se que a proposição em compreender os elementos que resultam em vulnerabilidade dos sujeitos aos impactos dos empreendimentos petrolíferos reverbera sobre três possibilidades. A primeira diz respeito à construção do corpo da pesquisa necessário a análise crítica dos Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEAs) e Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs) que estão em execução na zona costeira do Rio de Janeiro. A segunda é a de almejar que outras ações de educação ambiental necessitam ser planejadas com vistas a qualificar a intervenção nos processos decisórios sobre o ambiente pelos pescadores(as) que direta ou indiretamente sofrem os impactos das atividades relacionadas à cadeia do petróleo para além do escopo do licenciamento ambiental. Ou seja, ações cujo recorte esteja no escopo da educação no processo de gestão ambiental e alinhadas à perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, sem serem aquelas ações delineadas no escopo do licenciamento ambiental. A terceira refere-se à reflexão sobre a pertinência de outras medidas mitigadoras e compensatórias necessárias, complementares aos Projetos de Educação Ambiental, mas que não tenha no processo pedagógico a centralidade das ações.

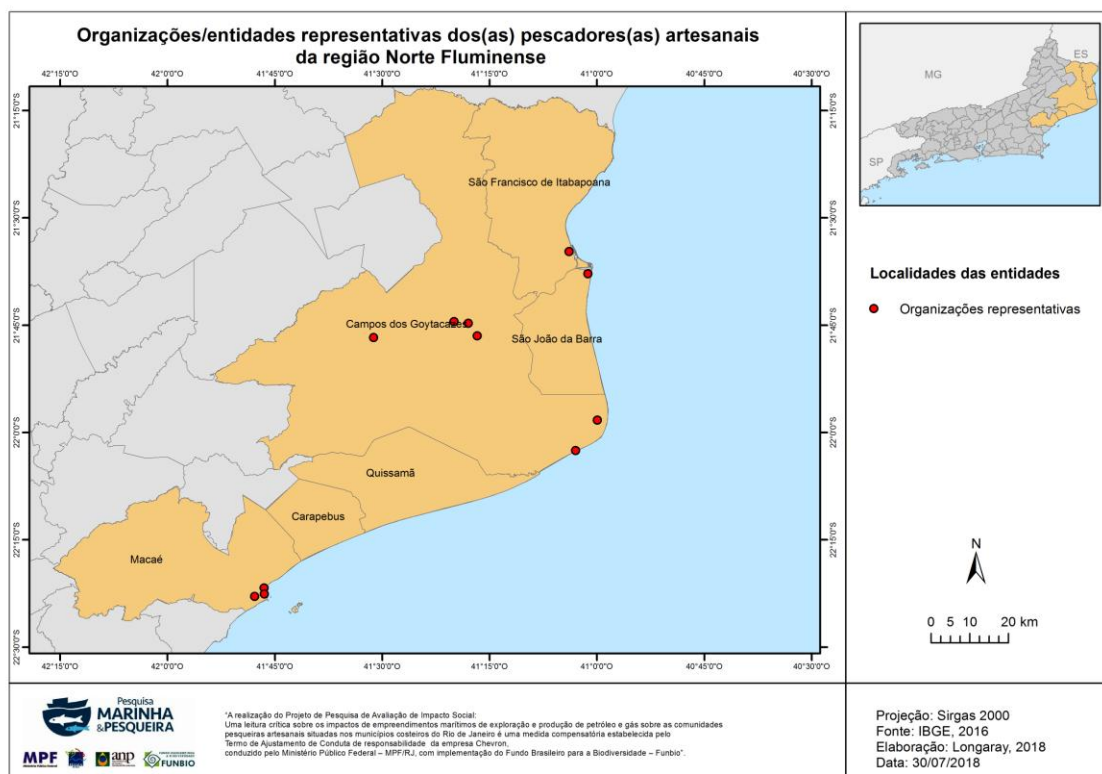
Com base no referencial teórico e procedimentos de pesquisa adotados, as análises são organizadas e empreendidas para cada uma das regiões, a fim de compreender de forma aprofundada as características das comunidades pesqueiras e sua

vulnerabilidade aos impactos dos empreendimentos petrolíferos. Assim, o presente documento aborda os resultados gerados para os municípios de Carapebus, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, pertencentes à região Norte Fluminense.

2. Acervos Pesquisados para Análise Documental da Região Norte Fluminense

Para a análise da região Norte Fluminense, realizou-se um levantamento de dados sobre a pesca artesanal dos municípios de Carapebus, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, juntamente com a caracterização de 16 organizações e/ou coletivos* que representam pescadores(as) artesanais (Figura 2).

Figura 2: Municípios da região Norte Fluminense e localização das suas organizações de pescadores(as) artesanais.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Santos (2008); Dias-Junior e Pinto (2012); ENGEIO (2014); Petrobras (2014); SOMA (2014); ENGEIO (2016b; 2016c); ConsultaFacil (2018); Econodata (2018); Empresas do Brasil (2018).

*Quatro organizações representativas/coletivos não foram localizadas, sendo assim não foram espacializadas na figura acima.

Existem poucas informações que detalhem de fato as comunidades pesqueiras presentes nos municípios da região Norte Fluminense. Desse modo, além dos dados que caracterizam as comunidades e dinâmicas dos pescadores(as) artesanais especificamente, também foram utilizadas informações no âmbito municipal para melhor contemplar cada município.

Para a redação deste relatório foram utilizados diferentes documentos, como, por exemplo, os relatórios e estudos do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA – BC); os relatórios do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D/Bacia Sedimentar de Campos/ Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacia de Santos e Campos; PEA PESCARTE (Banco de dados). Além dos citados, também foram realizadas pesquisas em artigos, livros, sites, monografias, dissertações, teses, etc.

3. A Pesca Artesanal na Região Norte Fluminense

3.1 Histórico de Ocupação da Região Norte Fluminense: O Espaço das Comunidades Pesqueiras Artesanais

A região Norte Fluminense situa-se a cerca de 260 km da cidade do Rio de Janeiro e apresenta 955.191 habitantes, o que corresponde a 6% da população do Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ, 2015). A região foi fortemente influenciada pela presença portuguesa, que acabou dando início ao seu processo desenvolvimentista e de urbanização (CINTRA, 2016).

Considerando o potencial agrícola do Norte Fluminense, caracterizado predominantemente pelo cultivo da cana-de-açúcar, desde o século XIX a região foi marcada por ter como carro chefe o setor açucareiro. Neste período, o município de maior dinâmica econômica regional era Campos dos Goytacazes. A potencialidade fez do Estado do Rio de Janeiro, durante as três primeiras décadas do século XX, o segundo em produção de açúcar, perdendo apenas para Pernambuco (PIQUET *et al.*, 2006). Além da agricultura, predominantemente correspondente ao setor sucroalcooleiro, a paisagem local é marcada pela presença de diversos corpos hídricos, como lagoas e regiões alagadiças (ALVES, *et al.*, 2014), que contribuem para o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal.

A partir da década de 1940, houve uma queda na produção açucareira devido à entrada de empresas paulistas na fabricação de maquinários para o setor, com o fechamento de 13 usinas (PIQUET *et al.*, 2006). Na década de 1970, com a descoberta de poços de petróleo na Bacia de Campos, chega à região Norte Fluminense mais de quatro mil empresas do ramo petrolífero e, em 1974 a Petrobras (LEAL, 2013). Em decorrência disso, a região passou por um intenso processo de crescimento populacional, em geral, orientado pelas oportunidades de emprego e tendo como pólo o município de Macaé (SOMA, 2014).

Considerando a pressão causada pelo aumento populacional, houve uma expansão da população para os municípios vizinhos. A partir de 1995, aumentaram as demandas por bens e serviços, juntamente com o crescimento da especulação imobiliária, guiado pela busca de melhores condições de vida (SOMA, 2014). Além disso, a chegada destes empreendimentos teve potencial influência na geração de impactos ambientais na região, alterando as condições de vida da população local, especialmente da parcela mais pobre e atingindo sobretudo os(as) pescadores(as) artesanais da região (LEAL, 2013).

A pesca artesanal se caracteriza como uma atividade oposta à pesca em larga escala, sem o uso de tecnologias sofisticadas. Tampouco apresenta altos investimentos econômicos, tornando-a acessível às comunidades pesqueiras (SILVA, 2014). De acordo com Diegues (1973), são caracterizados(as) como pescadores(as) artesanais aqueles(as) que trabalham sozinhos(as) e/ou em pequenos grupos envolvendo mão-de-obra familiar e/ou sob relações de parceira na captura e desembarque de toda a classe de espécies aquáticas. A atividade pesqueira agrega profundas marcas culturais e de tradição nos grupos onde se insere, sendo, por este motivo, considerada de grande importância para as comunidades tradicionais (CARVALHO, 2010). Esta é fortemente percebida no litoral do Rio de Janeiro e de extrema importância na região, evidenciada por achados arqueológicos (DIEGUES, 1999).

O extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) aponta que, apesar de ser considerada como atividade tradicional, a pesca artesanal é importante para a economia brasileira, representando 45% da produção de pescado nacional (MPA, 2011 apud ZAPPES *et al.*, 2016). Desse modo, pode-se concluir que a pesca artesanal ainda é responsável por grande parte do pescado consumido no Brasil. A atividade posiciona o

país como 23º entre os maiores países pesqueiros do mundo e o 4º da América do Sul (SILVA, 2014).

De acordo com dados do IBAMA (2007), o Rio de Janeiro é o terceiro produtor nacional de pescado, gerando uma receita de aproximadamente 180 milhões de reais ao ano (VIANNA, 2009)¹. O Estado, juntamente com outras regiões litorâneas do país, é um dos pontos de grande influência da economia pesqueira devido à sua posição geográfica (ZAPPES, 2007), em especial, por sua configuração que resulta em uma zona de ressurgência na região de Cabo Frio. Também possui uma das linhas costeiras mais extensas do país, correspondendo a 635 km, além da presença de 620 ilhas oceânicas, que aumentam a extensão da sua costa (FIPERJ, 2013a). Segundo os dados do Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil, no ano de 2006, o Rio de Janeiro era o 10º Estado com o maior número de pescadores(as) registrados no Registro Geral da Pesca (RGP), correspondendo à 3,4% do número total de pescadores(as) no país (SEAP/PR, 2007).

Em geral, os(as) pescadores(as) artesanais atuam principalmente em áreas que possuam fácil acesso às águas. Os pontos são escolhidos de acordo com os petrechos utilizados e as espécies-alvo das pescarias, que variam de acordo com a época do ano (RAMIRES *et al.*, 2012). Em 2001 havia cerca de 600 embarcações ativas no Norte Fluminense, realizando operações de pesca desde áreas próximas à costa até 60 milhas náuticas de distância (DI BENEDITTO, 2001). Ainda, a mesma fonte afirma que são nove os principais artefatos de pesca preferencialmente utilizados pelos(as) pescadores(as) artesanais na região. Os petrechos correspondem a diferentes tipos de redes, como a de espera e a de arrasto de fundo, tipos de linhas, tais como a linha de fundo e o corrico², além do uso de armadilhas, como o puçá³. Além disso, também é comum o uso de pequenas embarcações para a captura de camarões, menjoadas, redes de caída e linhas de mão (SOARES *et al.*, 2009).

O Norte Fluminense apresenta-se como a segunda localidade com maior concentração de pescadores(as) artesanais em atividade, perdendo apenas para a região

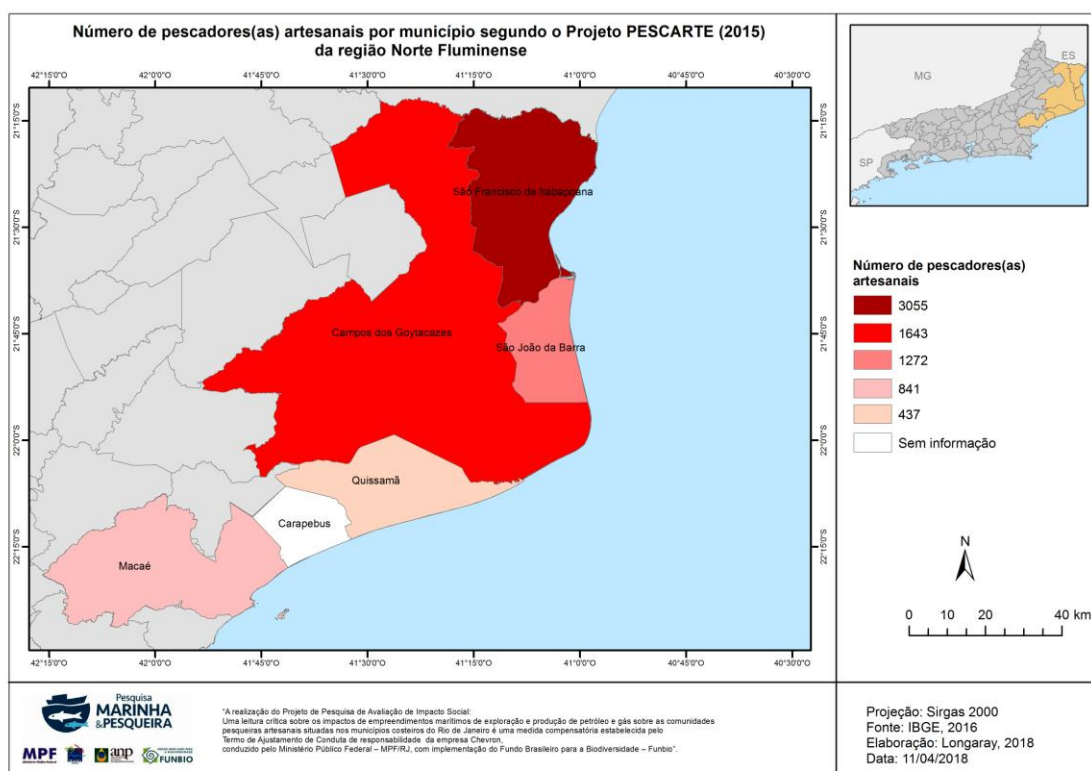
¹ Relatórios mais recentes seguem apontando o Estado do Rio de Janeiro como o terceiro maior produtor nacional de pescado (FIPERJ, 2015), com 79 mil toneladas.

² Corrico: tipo de linha confeccionado de nylon ou arame, utilizado para a captura de dourado ou cavala e atum, respectivamente.

³ Puçá: armadilha confeccionada com rede e ensacador, instalada em uma armação em formato de aro. Em outras regiões do país é conhecido como gererê, coador ou sarrico.

Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (SOARES *et al*, 2009). O município de São Francisco de Itabapoana é o mais expressivo no número de trabalhadores da atividade pesqueira (Figura 3). No que diz respeito à origem, os(as) pescadores(as) artesanais registrados(as) são, além de naturais do próprio município, oriundos(as) de municípios vizinhos e/ou de outros estados, como Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Figura 3: Municípios da região Norte Fluminense e pescadores(as) artesanais com registro no RGP.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Os dados apresentados acerca das comunidades de pescadores(as) artesanais que compõem a região Norte Fluminense foram extraídos do banco de dados do PEA PESCARTE (2015), (Quadro 1).

Quadro 1: Comunidades pesqueiras da região Norte Fluminense.

Município	Comunidades Pesqueiras	Pescadores no RGP (2017)
Carapebus	S/I	S/I
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande, Farol de São Tomé, Lagoa de Cima, Lagoa do Campelo, Parque Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Terminal Pesqueiro e Tocos	1.643
Macaé	Barra de Macaé, Lagoa de Imboassica, Nova Esperança e Nova Holanda	841
Quissamã	Barra do Furado, Caxias, Centro e Ribeira	437
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana, Gargaú, Guaxindiba e Lagoa Feia	3.055
São João da Barra	Açú, Atafona, Grussaí e São João da Barra	1.272
Total	24	7.248

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Onde: S/I = Sem Informação.

É importante ressaltar que para alguns municípios os dados sobre os(as) pescadores(as) artesanais que neles atuam são pouco precisos ou inexistentes. Por esse motivo, é possível que a quantidade de pescadores(as) registrados(as) possa estar super ou subestimada. Além disso, não são apresentados dados sobre o número de famílias existentes em cada comunidade de pescadores(as) nos municípios que contemplam a região.

As comunidades de pescadores(as) artesanais possuem um saber tradicional do ambiente em que vivem, repassado de geração a geração, o que possibilita a constante identificação das áreas de pesca e o acesso aos recursos por eles explorados (DIEGUES, 2000). Nos locais em que ocorre, a pesca artesanal pode ser considerada um indicador de qualidade ambiental, além de contribuir para a conservação dos recursos pesqueiros (SILVA, 2014).

Zappes *et al.* (2016) aponta que os(as) filhos(as) de pescadores(as) artesanais atuantes em comunidades do Norte Fluminense, em geral, aprenderam a prática por diversão, com os próprios pais, tios e avós. As relações e interações familiares possibilitam a transmissão de valores, saberes e atitudes entre gerações (GARCIA *et al.*, 2007). Tais conteúdos transmitidos estão em constante mutação através do tempo, considerando a influência dos condicionantes históricos e sociais vivenciados por estas

gerações. Entre os conhecimentos dos(as) pescadores(as) artesanais, destacam-se aqueles relacionados ao dinamismo e contato direto com a natureza, enfatizando as percepções sobre o clima e as marés, e as práticas artesanais, como a captura do pescado, o manuseio de equipamentos e embarcações. Estes saberes são aprendidos no convívio familiar e contato direto com a natureza (GARCIA *et al.*, 2007).

3.2 Equipamentos e Serviços Públicos

Walter e Anello (2012) postulam que um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade ambiental de pescadores(as) artesanais é a condição de destituição de bens e insuficiência de serviços públicos. Isto se deve ao fato de, principalmente, as comunidades pesqueiras possuírem baixa renda e concentrarem-se em áreas rurais ou na periferia dos centros urbanos onde as estruturas públicas em geral são mais precárias. Tais carências acarretam em um reflexo direto na cidadania e autonomia dos considerados vulneráveis, tendo em vista que influenciam diretamente na qualidade de vida destes grupos. Desse modo, torna-se imprescindível ter o conhecimento acerca do acesso que as comunidades de pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense possuem com relação à infraestrutura, equipamentos e serviços públicos básicos.

A região Norte Fluminense apresenta-se com elevada participação econômica do setor correspondente à indústria (70%), principalmente nos municípios de São João da Barra (84%), Campos dos Goytacazes (80%) e Quissamã (71%), seguida pelo setor de serviços e comércio, com uma média de 19% da economia regional (SEBRAE/RJ, 2015). Os municípios da região, exceto São Francisco de Itabapoana, apresentam-se voltados aos segmentos portuários, mineiros, de petróleo e gás, além dos serviços vinculados a estes (OLIVEIRA, 2003). Majoritariamente, os municípios tinham como principal atividade, até o início da década de 1970, a produção agrícola, destacando-se as atividades sucroalcooleiras (SOMA, 2014).

Apesar das atividades relacionadas às indústrias de petróleo e gás, a região conta com o envolvimento de diversas comunidades litorâneas no que diz respeito às atividades inerentes à pesca artesanal (DI BENEDITTO, 2001) e caracteriza-se, além da alta concentração da pesca artesanal, pela presença do setor atacadista de pescado. De acordo com Soares *et al.* (2009), a atividade apresenta um elevado número de intermediários no

processo distributivo e comercial, além de uma infraestrutura pesqueira deficiente, com prejuízos aos(as) pescadores(as) artesanais no processo de negociação do pescado, principalmente por receberem preços baixos pelo produto.

O produto interno bruto (PIB) do Norte Fluminense é o mais elevado do Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ, 2015). Dos cinco municípios com maior PIB do Estado, quatro ficam na região Norte Fluminense, podendo contribuir para ser um dos responsáveis para o movimento de migração de pescadores(as) artesanais vindos de outros municípios Fluminenses ou ainda outros estados para atuar na pesca. Campos dos Goytacazes apresenta o maior PIB da região e o 5º maior PIB *per capita* do estado do Rio de Janeiro. Já o município de São João da Barra apresenta o maior PIB *per capita* da região Norte e o 3º do Estado (IBGE, 2010). Por outro lado, São Francisco de Itabapoana apresenta o menor PIB *per capita* do Norte Fluminense (IBGE, 2010). Seus baixos rendimentos e oferta de emprego fazem com que os jovens acabam migrando para outros municípios em busca de emprego (SOMA, 2014).

Os municípios de Carapebus e Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã e São João da Barra fazem parte da Zona de Produção Principal da extração de petróleo (SEBRAE/RJ, 2015). Além da presença das indústrias de petróleo e gás, Macaé apresenta multinacionais de 54 países e cerca de 30 mil trabalhadores embarcados. Também possui o maior aeroporto da América Latina em número de pousos e decolagem. A massiva presença de indústrias no município resulta em um crescimento populacional em busca de emprego na região, assim como na formação de favelas, que em 2014 totalizavam 19 (SOMA, 2014). Carapebus sofre com o aumento populacional por sua proximidade física de Macaé. O município atrai os trabalhadores da indústria petrolífera, que buscam por moradias mais baratas e o aumento populacional resulta em pressões nos setores de infraestrutura pública e serviços, que não comportam as demandas da crescente população (SOMA, 2014).

Com relação à educação, os seis municípios do Norte Fluminense possuem instituições de ensino, tanto de caráter público quanto privado. O Rio de Janeiro possui ao todo 138 instituições de educação superior, sendo 74 apenas na capital do Estado. Dos seis municípios da região Norte Fluminense, três possuem instituições de ensino superior: Campos dos Goytacazes (9), Macaé (3) e Quissamã (1) (INEPDATA, 2015). Em Campos dos Goytacazes, há a presença de campus de duas universidades públicas, a Universidade

Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF e a Universidade Federal Fluminense – UFF. Em Macaé há um campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Também se faz presente o Instituto Federal – IF em Campos dos Goytacazes. Macaé e Quissamã.

Todos os municípios possuem estabelecimentos de ensino referentes à educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio normal, educação de jovens e adultos (EJA) – ensino fundamental, EJA – ensino médio e inclusão de alunos na educação especial, em classes comuns. Já Carapebus e Quissamã não possuem escolas de ensino médio com magistério, curso técnico integrado (ensino médio integrado) e nem concomitante e/ou subsequente. Apenas os municípios de Macaé e Quissamã possuem classes exclusivas para receber alunos da educação especial (INEPDATA, 2017).

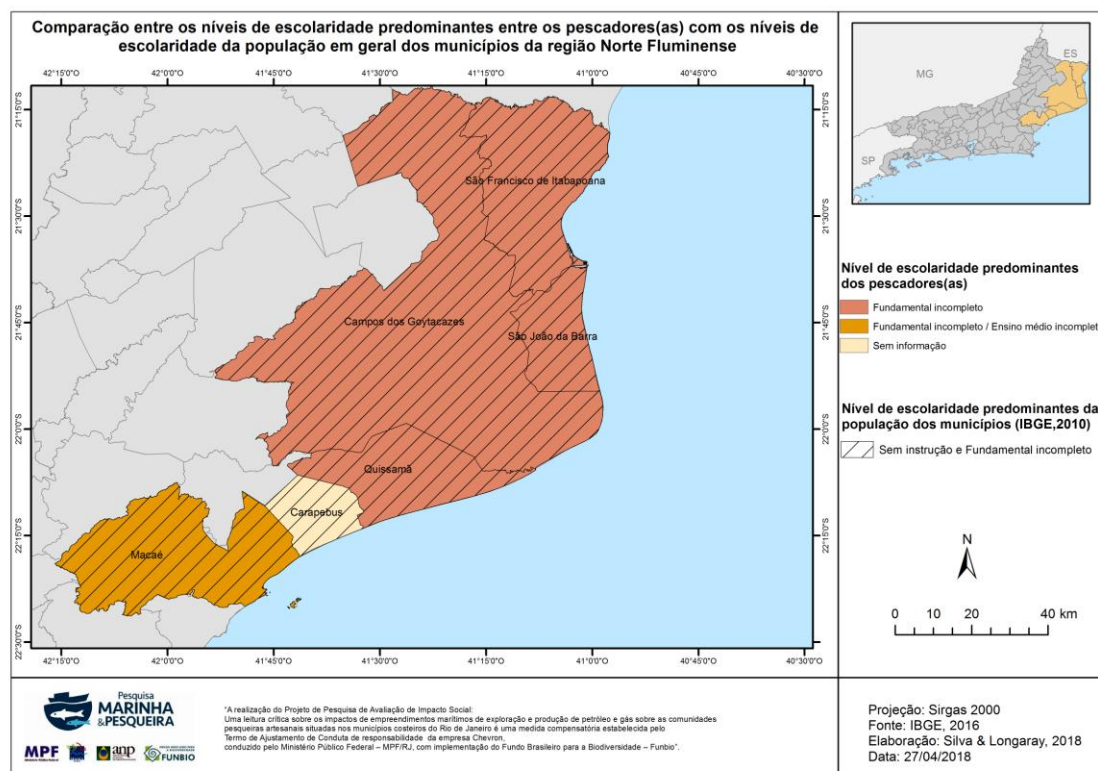
Em relação às comunidades pesqueiras, o acesso ao ensino se dá principalmente por meio de instituições públicas. Apenas as comunidades de Parque Prazeres, em Campos dos Goytacazes, de Barra de Macaé, em Macaé e de Centro, em Quissamã apresentam também instituições de caráter privado. O ensino ofertado para as comunidades abrangem a educação infantil e ensino fundamental, predominantemente. Em algumas comunidades, como a de Parque Prazeres e Tocos, em Campos dos Goytacazes e de Centro, em Quissamã também contam com a presença de ensino médio. Do mesmo modo, em Macaé, exceto a comunidade Nova Esperança, as demais também contam com a presença de instituições de ensino médio (PEA PESCARTE, 2015).

Ainda que existam estabelecimentos de ensino nas variadas modalidades, estes não têm sido suficientes para ampliar a escolaridade da população local, uma vez que há um predomínio de habitantes que possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou não tem instrução, na maior parte dos municípios (IBGE, 2010, Figura 4). Do mesmo modo, os(as) pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense predominantemente possuem o ensino fundamental incompleto, com exceção de Macaé, que também registra pescadores(as) com ensino médio incompleto (Figura 4).

Tal informação acerca do nível de escolaridade de pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense é corroborada por Zappes *et al.* (2016), que, ao realizar entrevistas com pescadores(as) atuantes em algumas comunidades da região, constatou que majoritariamente os pescadores e pescadoras não concluíram o ensino fundamental (79%). Em média, de acordo com a mesma fonte, 14% não frequentaram a escola e

apenas 8% possuíam ensino médio completo. Em contrapartida, 100% dos filhos e filhas destes frequentam a escola, distribuindo-se entre ensino fundamental e médio.

Figura 4: Comparação entre os níveis de escolaridade da população e dos pescadores(as) na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do IBGE (2010); PEA PESCARTE (2015).

Os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e São Francisco de Itabapoana possuem o meio terrestre como principal acesso às comunidades pesqueiras. Além do terrestre, as comunidades de Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes, de Barra de Macaé, Lagoa de Imboassica e Nova Holanda, em Macaé e de Barra do Furado, em Quissamã, também apresentam acesso fluvial/marítimo. Farol de São Tomé também apresenta acesso aéreo à sua comunidade. São João da Barra e Carapebus não possuem dados relacionados às formas de acesso e nem à presença de transporte público nas suas comunidades. Nos demais municípios do Norte Fluminense o transporte público se faz presente em suas comunidades (PEA PESCARTE, 2015).

A dificuldade de acesso que os(as) pescadores(as) artesanais possuem em relação às áreas urbanas dos municípios nos quais estão inseridos pode ser um dos motivadores

dos seus baixos índices referentes aos níveis de escolaridade. Tal motivo é corroborado por Xavier (2010), que constatou como premissa para a baixa escolaridade dos(as) pescadores(as) a dificuldade de acesso dos(as) mesmos(as) aos locais, seja pela distância ou seja pela deficiência do sistema de transporte público em que as escolas estão inseridas. Xavier (2010) também aponta que frequentemente as escolas presentes nas vilas são as referentes aos anos iniciais. Isso faz com que, para seguir estudando, muitas vezes os(as) filhos(as) destes(as) pescadores(as) precisem se deslocar para outras vilas e/ou cidades vizinhas, dificultando a continuidade do processo de escolaridade dos mesmos.

Outra motivação para a interrupção dos estudos é a necessidade de ajudar financeiramente a família, tendo em vista que muitas vezes o valor pago pelo produto aos(as) pescadores(as) é inferior devido à presença de atravessadores na cadeia produtiva e à variação sazonal da quantidade e espécies capturadas (BAU, 2015), além de problemas que reduzem/impactam os recursos pesqueiros, como, por exemplo, a instalação de grandes empreendimentos de petróleo e gás (WALTER; ANELLO, 2012).

Segundo os dados do PEA PESCARTE (2015), todos os municípios correspondentes à região Norte Fluminense possuem acesso a alguma forma de serviço relacionado à saúde. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2018), os municípios de Carapebus e Quissamã possuem a menor quantidade de estabelecimentos relacionados à saúde, com 19 e 23, respectivamente. São João da Barra e São Francisco de Itabapoana ficam bastante próximos no quesito, com 44 e 48 estabelecimentos presentes em cada município. O município de Macaé apresenta ao todo 790 estabelecimentos de saúde e, com o número mais expressivo, Campos dos Goytacazes, com 1007 unidades. Cerca de 50% dos municípios apresentam atendimento em prontos socorros (CNES, 2018). As unidades básicas e/ou postos de saúde estão presentes em todos os municípios da região, com grande destaque para Campos dos Goytacazes e Macaé.

A Tabela 1 apresenta os principais serviços de saúde dos municípios componentes do Norte Fluminense. No entanto, é necessário salientar que os dados obtidos junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) correspondem aos municípios da região como um todo, porém não há especificidade com relação ao acesso das comunidades pesqueiras a tais estabelecimentos. Para as comunidades da Região, é

identificada apenas a presença de Unidades Básicas de Saúde. Os municípios de Carapebus e São Francisco de Itabapoana não possuem informações sobre os tipos de serviços de saúde presentes em suas comunidades.

Tabela 1: Tipos de serviços relacionados à saúde para os municípios da região Norte Fluminense.

Estabelecimento / Município	Car	CGoy	Mac	Qui	SFI	SJB
Hospital	1	16	5	1	1	1
Posto de Saúde/UBS	4	80	47	9	20	14
Unid. de Apoio Diagnose e Terapia	1	50	85	1	1	1
Vigilância em Saúde	2	3	3	1	-	1
Pronto Atendimento	1	8	2	1	2	-
Pronto Socorro	-	1	1	-	-	4

Fonte: Organizada pelas(os) autoras(es) a partir de dados do CNES, 2018.

Onde: Car = Carapebus; CGoy = Campos dos Goytacazes, Mac = Macaé; Qui = Quissamã; SFI = São Francisco de Itabapoana; SJB = São João da Barra; UBS = Unidade Básica de Saúde.

Tendo em vista que os(as) trabalhadores(as) da pesca estão expostos a frio, calor, excesso de umidade, torna-se imprescindível o acesso destes(as) aos serviços de saúde. No entanto, majoritariamente os(as) pescadores(as) não utilizam equipamentos de proteção individual (EPI), o que potencializa a ocorrência de acidentes de trabalho (MELLO *et al.*, 2012). Além disso, apresentam lesões na pele e acuidade visual prejudicada, em decorrência de constantemente trabalharem expostos ao sol sem proteção solar e pela radiação solar direta e indireta refletida na água, o que afeta a visão. Considerando a precariedade das condições de trabalho dos(as) pescadores(as) artesanais faz-se indispensável uma investigação mais aprofundada sobre o acesso destes aos serviços de saúde.

Assim como acontece com a saúde, todos os municípios do Norte Fluminense possuem acesso à energia elétrica, principalmente por meio da rede pública (IBGE, 2010). Tais dados se refletem também nas comunidades pesqueiras (Tabela 2). Ainda assim, exceto em Macaé e Carapebus – este último sem informações sobre suas comunidades –, os demais municípios do Norte Fluminense apresentam outras formas de acesso ao serviço pelas suas comunidades, como a energia compartilhada com vizinhos, ou oriunda de outras fontes (PEA PESCARTE, 2015).

Tabela 2: Acesso à energia elétrica nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
Carapebus	S/I	S/I
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	Rede Geral
	Farol de São Thomé	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos; Outros
	Lagoa de Cima	Rede Geral
	Lagoa do Campelo	Rede Geral
	Parque Prazeres	Rede Geral
	Ponta Grossa dos Fidalgos	Rede Geral
	Terminal Pesqueiro	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos; Não tem energia elétrica
Macaé	Tocos	Rede Geral
	Barra de Macaé	Rede Geral; outros
	Lagoa de Imboassica	Rede Geral
	Nova Esperança	Rede Geral
Quissamã	Nova Holanda	Rede Geral
	Barra do Furado	Rede Geral
	Caxias	Rede Geral
	Centro	Rede Geral; Outra origem*
São Francisco de Itabapoana	Ribeira	Rede Geral
	Barra de Itabapoana	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos
	Gargaú	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos; Não tem energia elétrica
	Guaxindiba	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos; Não tem energia elétrica
São João da Barra	Lagoa Feia	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos
	Açú	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos
	Atafona	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos; Outra origem*
	Grussaí	Rede Geral
	São João da Barra	Rede Geral; Compartilhada com vizinhos

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Onde: S/I = sem informação.

*gerador, placa solar, energia eólica, etc.

No que diz respeito às formas de abastecimento de água para o Norte Fluminense, de acordo com os dados do IBGE (2010), todos os municípios possuem poços e

apresentam abastecimento de água também por meio da rede pública de distribuição. Embora em menor quantidade, alguns domicílios adquirem a água por meio de rios, lagos, etc., através de carros-pipa, cedida por vizinhos, ou fazem uso da água da chuva, armazenada em cisternas. Nas comunidades pesqueiras, a distribuição de água é efetuada por meio de rede geral de distribuição. Em alguns municípios as comunidades contam ainda com a presença de poços e, em menores quantidades, carros pipa, corpos d'água ou ainda, cedida por vizinhos (Tabela 3).

Tabela 3: Acesso ao abastecimento de água nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
Carapebus	S/I	S/I
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	Rede geral de distribuição; Carro-pipa; Rios, lagos e igarapés
	Farol de São Thomé	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa
	Lagoa de Cima	Rede geral de distribuição; Poço; Rios, lagos e igarapés; Nascente
	Lagoa do Campelo	Rede geral de distribuição; Poço
	Parque Prazeres	Rede geral de distribuição; Poço; Rios, lagos e igarapés
	Ponta Grossa dos Fidalgos	Rede geral de distribuição; Cedida por vizinho; Rios, lagos e igarapés
	Terminal Pesqueiro	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa; Rios, lagos e igarapés
	Tocos	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa
Macaé	Barra de Macaé	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho; Carro-pipa
	Lagoa de Imboassica	Rede geral de distribuição
	Nova Esperança	Rede geral de distribuição
	Nova Holanda	Rede geral de distribuição
Quissamã	Barra do Furado	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa; Rios, lagos e igarapés
	Caxias	Rede geral de distribuição; Poço; Rios, lagos e igarapés
	Centro	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa
	Ribeira	Rede geral de distribuição
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho; Rios, lagos e igarapés
	Gargaú	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho; Rios, lagos e igarapés

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
	Guaxindiba	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho
	Lagoa Feia	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho; Rios, lagos e igarapés
São João da Barra	Açú	Rede geral de distribuição; Poço; Carro-pipa
	Atafona	Rede geral de distribuição; Poço; Cedida por vizinho
	Grussaí	Rede geral de distribuição; Poço
	São João da Barra	Rede geral de distribuição; Poço

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Onde: S/I = sem informação.

Já no âmbito do esgotamento sanitário é possível perceber a existência de rede geral de esgoto em todos os municípios da região (IBGE, 2010). Nas comunidades pesqueiras do Norte Fluminense, além da rede pública, há presença de fossa rudimentar e séptica e ainda é constatado o escoamento do esgoto diretamente para corpos d'água. Registra-se, em menores proporções, a ocorrência de esgotos a céu aberto/valas (Tabela 4).

Tabela 4: Tipos de esgotamento sanitário nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
Carapebus	S/I	S/I
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Direto para o rio, lago ou mar
	Farol de São Thomé	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Direto para o rio, lago ou mar; Esgoto a céu aberto/vala; Outros destinos
	Lagoa de Cima	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Esgoto a céu aberto/vala; Outros destinos
	Lagoa do Campelo	Fossa rudimentar; Fossa séptica; Esgoto a céu aberto/vala
	Parque Prazeres	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Direto para o rio, lago ou mar
	Ponta Grossa dos Fidalgos	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Esgoto a céu aberto/vala
	Terminal Pesqueiro	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala; Outros destinos

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
	Tocos	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica
Macaé	Barra de Macaé	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*
	Lagoa de Imboassica	Corpos hídricos*
	Nova Esperança	Rede geral de esgoto
	Nova Holanda	Rede geral de esgoto
Quissamã	Barra do Furado	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*
	Caxias	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Esgoto a céu aberto/vala
	Centro	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica
	Ribeira	Rede geral de esgoto
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala
	Gargaú	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala
	Guaxindiba	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala
	Lagoa Feia	Fossa rudimentar; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala
São João da Barra	Açú	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Outros destinos
	Atafona	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala; Outros destinos
	Grussaí	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Esgoto a céu aberto/vala
	São João da Barra	Fossa rudimentar; Rede geral de esgoto; Fossa séptica; Corpos hídricos*; Esgoto a céu aberto/vala

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Onde: S/I = sem informação.

*Rios, lagos ou mar.

Quanto aos resíduos sólidos, todos os municípios são atendidos diretamente por coleta de serviço de limpeza. Além do serviço público, há outras formas de destinação dos resíduos sólidos, desde o despejo em corpos d'água ou terrenos, à queima ou enterro dos mesmos (IBGE, 2010). A Tabela 5 apresenta as formas de destinação dos resíduos sólidos das comunidades pesqueiras do Norte Fluminense. Os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé são os únicos com dados relacionados ao serviço de coleta seletiva, identificada como presente em algumas de suas comunidades (PEA PESCARTE, 2015).

Tabela 5: Tipos de destinação dos resíduos sólidos nas comunidades pesqueiras dos municípios da região Norte Fluminense.

Município	Comunidade	Características do tipo de acesso
Carapebus	S/I	S/I
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	Serviço de limpeza; Queimado
	Farol de São Thomé	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado; Outros destinos
	Lagoa de Cima	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Lagoa do Campelo	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Outros destinos
	Parque Prazeres	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Ponta Grossa dos Fidalgos	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Terminal Pesqueiro	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado; Outros destinos
	Tocos	Serviço de limpeza; Queimado
Macaé	Barra de Macaé	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza
	Lagoa de Imboassica	Serviço de limpeza
	Nova Esperança	Serviço de limpeza
	Nova Holanda	Serviço de limpeza
Quissamã	Barra do Furado	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Caxias	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Centro	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado; Outros destinos
	Ribeira	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Gargaú	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado; Outros destinos
	Guaxindiba	Serviço de limpeza; Queimado
	Lagoa Feia	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
São João da Barra	Açú	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado; Outros destinos
	Atafona	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza; Queimado
	Grussaí	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza
	São João da Barra	Serviço de limpeza; Em caçamba de serviço de limpeza

Fonte: Organizado pelas(os) autoras (es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Onde: S/I = sem informação.

Os dados sobre educação indicam que majoritariamente os(as) pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense possuem instrução educacional deficitária. É possível perceber na Tabela 2 que apesar de serem apresentados dados sobre a distribuição de energia elétrica para suas comunidades, há um número considerável de domicílios que ou as possuem de fonte alternativa à pública ou não apresentam energia elétrica. Ainda, são inúmeras as residências que se abastecem com águas de fontes naturais, como rios, açudes, lagos e nascentes, além de armazenar águas aproveitadas das chuvas ou obtidas por meio de poços (Tabela 3) e é expressiva a precariedade no que diz respeito ao esgotamento sanitário (Tabela 4). Possivelmente os altos índices de domicílios que apresentam os resíduos sólidos com destinação inadequada, como, por exemplo, enterrados, queimados ou largados em terrenos baldios estejam relacionados às deficiências do sistema de coleta dos mesmos.

Os aspectos acima citados com relação à disponibilidade de serviços públicos caracterizam a existência de uma população mais vulnerável em parte das comunidades dos seis municípios que correspondem à região Norte do Estado do Rio de Janeiro. A precariedade em tais serviços assinala características presentes principalmente em comunidades que possuem menor poder aquisitivo, com maiores dificuldades de acesso aos serviços e aos centros urbanos, proporcionando uma maior fragilidade social.

Os avanços tecnológicos, o nível de escolaridade e evasão escolar, atrelados à escassez de acesso aos serviços públicos e a baixa renda, entre outros, muitas vezes acaba sendo um fator determinante para que os grupos, aqui assinalando especificamente os(as) pescadores(as) artesanais, não consigam influenciar em processos de decisão relacionados à sua própria manutenção e/ou reivindicações da própria comunidade (WALTER; ANELLO, 2012). Isso pode contribuir significativamente para a ampliação da precariedade dos serviços para este grupo, assim como para o abandono e o desgaste da atividade da pesca artesanal e outros saberes tradicionais. Por se tratarem de um grupo caracteristicamente vulnerável, os impactos, problemas e dificuldades são potencializados.

Sendo assim, é necessário aprofundar a caracterização destes grupos e esmiuçar os principais conflitos existentes, as maiores dificuldades e falta de acesso aos bens

públicos por meio de diálogos com a própria população podem contribuir para a redução do cenário de desigualdade social que estes sofrem. Somente assim será possível a criação de um panorama em que a justiça ambiental, com o envolvimento de todos os grupos sociais nas decisões sobre o acesso, uso e ocupação dos recursos naturais, seja concretizado.

3.3 Caracterização do Processo Produtivo

A pesca artesanal é uma atividade produtiva de extrema importância no país, que serve como fonte de alimento e trabalho a milhares de trabalhadores. Os atores envolvidos nas atividades que envolvem desde a confecção e manutenção dos petrechos de pesca até a captura, o preparo e a comercialização do pescado têm suas atividades orientadas à reprodução social e não à acumulação do lucro. Todavia, a comercialização do pescado é demarcada pela presença de intermediários, que em geral definem o valor do pescado (DIEGUES, 1983).

Além disso, a falta de acesso às infraestruturas básicas para o desenvolvimento da pesca artesanal, juntamente com outros aspectos, como a não propriedade dos meios de produção, petrechos e insumos, são elementos que interferem na dinâmica produtiva e reprodutiva da unidade e da pesca como um todo, o que pode ser observado na região em análise. Assim, é importante, compreendermos como se dá a dinâmica da pesca artesanal, enquanto atividade produtiva e reprodutiva, ou seja, responder: *Quem atua na atividade? Como se dão as relações de produção? Quais os trabalhos desenvolvidos? A família e/ou comunidade vizinha é envolvida na atividade produtiva? As relações comunitárias são relevantes para o andamento da cadeia da pesca?*

Para tal, a presente pesquisa, pauta-se no aporte teórico e analítico de investigação sobre os sistemas agroalimentares. Desse modo, Coraggio (2000) destaca a unidade doméstica com produção familiar como estratégia de reprodução social. Esta pode ser considerada a microunidade da organização dos sistemas de reprodução “*ou seja, é a célula da microeconomia popular da mesma forma que as empresas são microunidades de reprodução do sistema capitalista*”. Compreende-se então, a relevância de investigações sobre o envolvimento da família na atividade, visto que a unidade

doméstica diz respeito àquelas atividades produtivas realizadas com base no trabalho desenvolvido em âmbito familiar.

Para Walter (2010), a unidade doméstica não se limita à família, sendo o mais importante,

a constatação de que ao visar à reprodução social da vida e não o acúmulo do capital, os aspectos relacionados à esfera doméstica interagem com a esfera econômica e há necessidade de uma abordagem que considere esta interação, definida como unidade doméstica de produção. Esta abordagem difere da economia ortodoxa, onde tais esferas não interagem, ou, teoricamente, não deveriam interagir (WALTER, 2010, p.104).

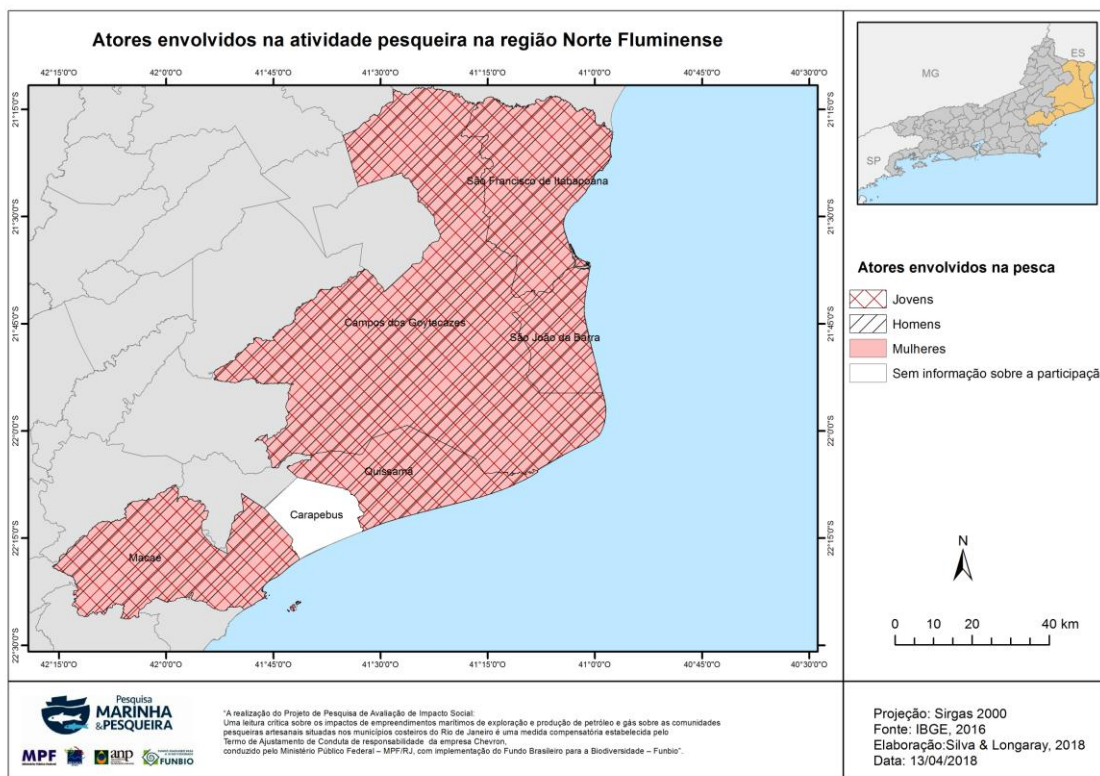
Nesse contexto, no que se refere às informações existentes sobre a atividade pesqueira artesanal na região Norte Fluminense, identifica-se que há envolvimento da família na atividade pesqueira em todos os municípios (Figura 5). Ou seja, a unidade doméstica de produção é composta por diversos indivíduos que pode incluir: homens, mulheres, jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as), comumente pertencentes ao mesmo núcleo familiar.

Conforme dados do PEA PESCARTE (2015), quanto às atribuições familiares, não há diferenças significativas em relação ao trabalho exercido por cada gênero. Tanto o homem quanto a mulher exercem as atividades diárias na pesca, como: captura, beneficiamento, comercialização, transporte, desconchamento e como cozinheira(o) de barcos. Todavia, o debate sobre gênero na pesca, divisão de trabalho, formas de envolvimento com a atividade pesqueira é importante. Principalmente, ao considerarmos as inúmeras desigualdades históricas entre gênero feminino e masculino, comumente observadas no âmbito da atividade pesqueira artesanal.

Costa (2016) destaca que nesta região, a atividade pesqueira desenvolvida pelo o pescador e sua família, tem sua produção organizada de modo que cabe à mulher, filhas e filhos, a execução de tarefas que extrapolam o tempo de permanência no mar, rios ou lagoas. Dessa forma, na continuidade do processo produtivo – que vai além da etapa de captura e do espaço e trabalho em embarcações – transferem-se para a casa do(a) pescador(a) atividades relacionadas ao beneficiamento, comercialização, confecção de petrechos de pesca, ou a administração dos rendimentos. Esse trabalho complementar, realizado no espaço da casa e da família, consiste no primeiro espaço de formação profissional para as crianças e jovens (COSTA, 2016). Ao mesmo tempo, para as

mulheres, o desenvolvimento de atividades no espaço privado de suas residências, corrobora com a invisibilidade da mulher na atividade pesqueira.

Figura 5: Atores envolvidos na atividade pesqueira na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de PEA PESCARTE (2015).

Ressalta-se, portanto, que embora haja um aporte teórico pautado na discussão de unidade de produção doméstica, não é possível avaliar com profundidade como se desenvolve tal unidade. Isso ocorre, pois não há dados que permitam analisar qual o trabalho realizado por cada membro envolvido na atividade pesqueira em cada município ou comunidade, assim como pela inexistência de análises mais profundas sobre como ocorre a interação com a esfera econômica.

Além disso, a participação de todos os membros da unidade doméstica, nem sempre está atrelada ao núcleo familiar. É preciso considerar, por exemplo, que nem sempre uma mulher que atua no beneficiamento do pescado é cônjuge de um pescador, ou vice e versa. Dessa forma, nos itens a seguir são apresentadas as informações existentes quanto à participação de homens, mulheres e jovens na pesca artesanal, suas relações familiares, assim como, a renda.

i) Participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal no Norte Fluminense

Em todo o mundo, dezenove por cento (19%) de trabalhadores que participam da etapa de captura de pescado são mulheres. Quando somadas aos demais setores de processamento e comércio do pescado, as mulheres totalizam 50% da força de trabalho em pescarias artesanais (FAO, 2016). Do mesmo modo, o grupo representa 90% da força de trabalho que atua no beneficiamento (FAO, 2014).

De forma semelhante na região Norte Fluminense, o trabalho feminino, apesar de ser considerado residual, tem uma importância estratégica para toda a unidade familiar. Nas comunidades pesqueiras da região, as mulheres articulam em seu cotidiano atividades reprodutivas dos grupos domésticos, dentre as quais: i) pesca e coleta de mariscos; ii) venda e processamento do pescado; iii) diversificação das fontes de rendas familiares (a pluriatividade) na agricultura, no artesanato, no comércio e nos serviços; iv) tecelagem e remendo das redes de pesca, preparo de linhas e iscas; v) em alguns casos, como membro de tripulação. Neste último, o fato é demarcado pela atividade em família, em que geralmente a mulher é cônjuge do proprietário do barco. Esta é uma estratégia de compensação para os rendimentos declinantes com despesas e acordos de partilhas (SANTOS, 2016).

A atuação das mulheres da região no beneficiamento do pescado pode ocorrer tanto no espaço privado quanto público, ou seja, tanto nas próprias residências quanto em frigoríficos e/ou peixarias. Na primeira, se identifica uma forma de organização da produção chamada de “Fundo de Quintal”, registrada na comunidade do Terminal Pesqueiro (Farol de São Tomé), em Campos dos Goytacazes. Sua dinâmica traduz os níveis de precarização vivenciados cotidianamente pelas mulheres (SANTOS, 2016).

O “Fundo de Quintal” consiste na reunião - geralmente na casa da dona do “quintal” e responsável pelo recebimento do camarão pelo atravessador - de mulheres para o descasque do camarão. **O preço pago hoje pelos atravessadores a essas mulheres varia entre R\$0,50 (cinquenta centavos) a R\$2,00 (dois reais) por quilo de camarão descascado. Um preço, segundo as mesmas, bem abaixo do valor de mercado, visto que estes se destinam aos grandes centros urbanos, principalmente o Rio de Janeiro, vendidos a valores muito acima do quilo pago na origem do produto. O trabalho rotinizado, intensificado e precarizado, também está presente nos espaços dos frigoríficos de peixes na comunidade do Farol de São Tomé (Campos dos Goytacazes) (SANTOS, 2016, 149p. Grifo nosso).**

As marisqueiras identificadas nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes desenvolvem trabalhos em condições semelhantes. Estas raramente coletam mariscos, sendo a atividade restrita aos momentos de profunda escassez de pescado. A atividade produtiva habitual desenvolvida por elas é o beneficiamento, onde descascam camarão e fazem filé de peixe. A maioria trabalha ou em frigoríficos particulares locais, sem direito à carteira assinada, ou se reúne em casas na própria localidade e realizam as tarefas com regime de partilha de fundo de quintal (ENGEIO, 2016d).

É importante ressaltar que, historicamente, o trabalho feminino é desvalorizado e comumente atrelado ao ambiente doméstico, o que também acontece na atividade pesqueira artesanal. De acordo com Maneschy (2013), o desenvolvimento de atividades atreladas aos afazeres domésticos contribui com a invisibilidade da atuação das mulheres na cadeia produtiva da pesca.

No âmbito da agricultura familiar – unidade de produção semelhante à pesca artesanal –, considerando condições de trabalho na fumiicultura, Paulilo (1987, p. 7) destaca que tarefas realizadas por mulheres, crianças e idosos são definidas como “leves”, o que não significa “*trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças*”. Tal situação decorre da “*valorização social do homem enquanto ‘chefe de família’, responsável pela reprodução de seus ‘dependentes’*”, e assim o trabalho desenvolvido por outros membros da família, que não o homem, é pensado apenas como uma ajuda secundária à renda familiar (PAULILO, 1987).

Na atividade pesqueira de Campos dos Goytacazes, quando o marido está viajando para pescar, a mulher assume todas as funções com os filhos em casa. Algumas mulheres já dividem democraticamente a função de chefe de família e são ouvidas em decisões importantes que envolvem o bem-estar familiar. Contudo, nem todas detém voz ativa dentro das famílias e continuam sendo subordinadas ao status masculino (ENGEIO, 2016b).

Mesmo diante de um cenário de vulnerabilização da mulher e de seu trabalho, estas resistem e desenvolvem estratégias de reprodução social. As mulheres vêm sendo reconhecidas no processo de participação social, tanto local, quanto em espaços de decisão e em debates sobre vulnerabilidade, também atrelada ao gênero. Em São

Francisco de Itabapoana, a colônia apoia grupos de mulheres que confeccionam artesanatos em diferentes núcleos. Na sede da Colônia, na comunidade do bairro de Gargaú, há um grupo organizado em associação que produz artesanato confeccionado com escamas de peixe e taboa, e nos núcleos de Barra de Itabapoana e Guaxindiba, também há mulheres artesãs que confeccionam com concha (SOMA, 2014).

Do mesmo modo, nas comunidades pesqueiras de Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana, em São Francisco do Itabapoana, e Atafona, Açú e Quixaba, em São João da Barra, há em desenvolvimento o Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária - PEA-FOCO, que tem como sujeito do processo pedagógico as mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal (PEA BC, 2018). Conforme Trans For Mar (2013), através de pesquisa qualitativa desenvolvida na Etapa II do PEA-FOCO com mulheres, há uma grande dificuldade no acesso a políticas da pesca nos dois municípios e também, à saúde, no município de São Francisco do Itabapoana e à perda de território e identidade em São João da Barra, por conta dos empreendimentos ligados à construção do Porto do Açú.

Por fim, outra questão importante relacionada à participação na cadeia produtiva da pesca é a forma como o trabalho se dá, muitas vezes, em situações precárias. Como destaca Walter *et al.* (2012) em trabalho sobre a cadeia produtiva das catadoras nos estuários e manguezais do Brasil, a captura de mariscos realizada principalmente por mulheres é considerada como trabalho leve e resulta em diversas complicações para a saúde das pescadoras de mariscos. Em decorrência da permanência prolongada no mangue, infecções ginecológicas se tornam normais entre as pescadoras de mariscos, assim como varizes, artrose, câncer de pele e lesões por esforço repetitivo. Essa última principalmente devido ao fato de que, em média, as pescadoras executam cerca de 10.200 movimentos repetitivos por hora trabalhada (PENA *et al.*, 2011 apud WALTER *et al.*, 2012).

Não foram encontradas muitas informações sobre as questões relacionadas à saúde do trabalho da mulher para a região. Cabe ressaltar que, conforme PEA PESCARTE (2015), na maioria dos municípios do Norte Fluminense são identificados dentre os diversos problemas de saúde dos(as) pescadores(as) artesanais: alergias, micoses, e lesões por esforço repetitivo. E, por fim, é relevante expor que quando da pesquisa de Torres (2016) sobre o adoecimento e morte dos pescadores e das pescadoras

da região, não foram encontrados registros de óbitos e de adoecimentos de pescadoras mulheres. Não porque elas não adoecem ou morram, mas porque estas não são nem mesmo registradas como pescadoras nos estabelecimentos de saúde, o que reforça sua invisibilidade e a ausência de análises específicas sobre sua saúde laboral.

ii) Participação dos jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as) na atividade pesqueira.

No que tange ao envolvimento dos jovens na atividade pesqueira artesanal na região, são raras as informações encontradas. A participação de jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as) na atividade pesqueira não é identificada na maioria dos municípios. Contudo, Costa (2016) observa a inserção de jovens e/ou filhos e filhas de pescadores(as) na continuidade do processo produtivo, que acontece na casa do(a) pescador(a) com atividades relacionadas ao beneficiamento, comercialização, confecção de petrechos de pesca, e/ou a administração dos rendimentos.

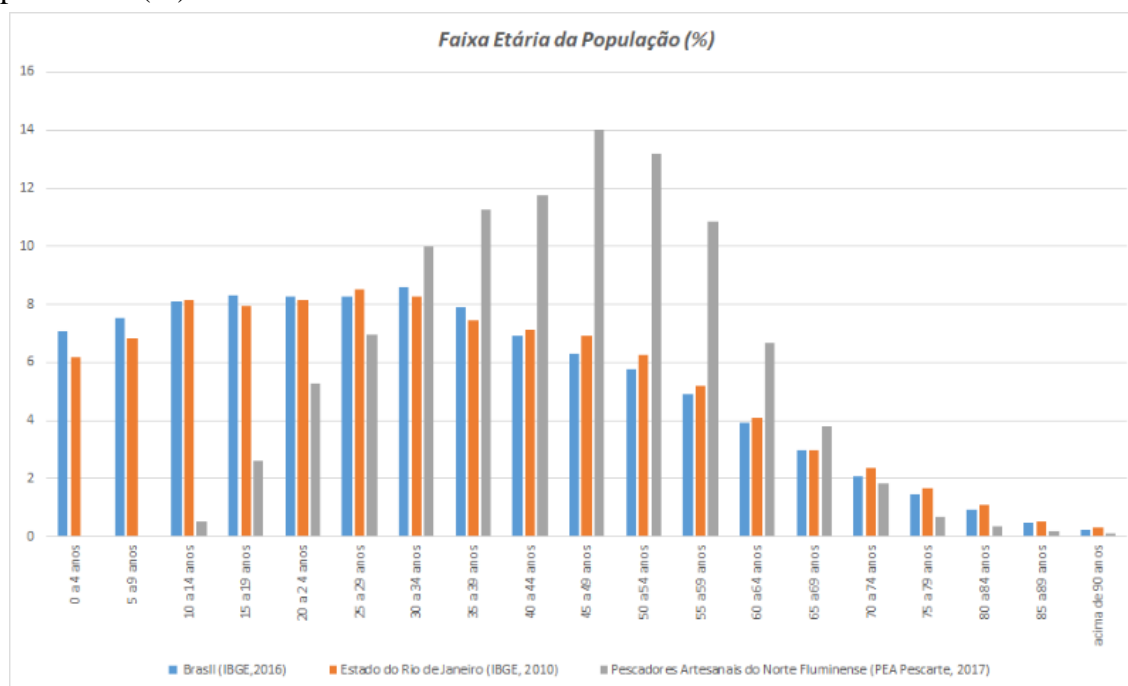
Nos municípios de Macaé, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, foi implementado um projeto voltado à organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, o Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente –REMA. Este é um projeto de educação ambiental exigido como mitigação pelo licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA. O REMA é realizado pela Chevron Brasil na área de influência do Campo Frade e pertence ao Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA-BC (REMA, 2018).

De acordo com informações disponibilizadas por página do projeto na web, há um Espaço REMA localizado em cada um dos três municípios da região Norte Fluminense supracitados. Nesses espaços, os jovens participam de oficinas de formação utilizando recursos pedagógicos variados como vídeos, jornais, acesso aos acervos de bibliotecas e centros culturais, visitas a locais históricos e patrimônios naturais e culturais na região. Ainda, são estimulados ao uso de ferramentas online como mapas digitais e mídias sociais, estimulando uma visão mais global sobre as mudanças do território e dos impactos da indústria do petróleo (REMA, 2018).

Contudo, a escassez de informações sobre o envolvimento do jovem na atividade pesqueira, é uma constante e, provável reflexo de um processo de envelhecimento da pesca artesanal (Figura 6) quando comparada a faixa etária dos(as) pescadores(as) com a

da população em geral do Norte Fluminense. Tal falta de dados, juntamente com a redução da permanência na atividade ou migração, pode ser influenciada também pelo fato de que a maioria dos pais entrevistados não deseja que seus filhos atuem na pesca. Entre os motivos apresentados, há a consideração de que esta é uma atividade perigosa e muito instável financeiramente. Outro fator é a falta de apoio do Estado, diante das diversas pressões econômicas e ambientais as quais os pescadores estão sujeitos (PEA-PESCARTE, 2015; ENGEIO, 2016b; 2016d). Outros pescadores citam ainda que os filhos não atuam na atividade pesqueira por que trabalham em outras funções, estão em idade escolar, ou são muito jovens para trabalhar (ENGEIO, 2016d).

Figura 6: Comparativo da faixa etária nacional, do estado do Rio de Janeiro e pescadores(as) artesanais do Norte Fluminense.



Fonte: Cedido pelo PEA PESCARTE (2015).

Em São João da Barra, conforme Zappes *et al.* (2016), os jovens são incentivados por suas famílias a não trabalharem na atividade pesqueira, mas sim a dedicarem-se a se capacitar em outras atividades profissionais. Ainda, segundo mesma fonte, “a maioria dos filhos dos pescadores, precisamente 53%, não tem interesse em trabalhar na pesca artesanal”. Não obstante, os jovens relataram que, “depende da pesca artesanal é a

mesma coisa que passar fome” ou, “é sofrido e muito difícil”, e também “é um serviço desvalorizado” (ZAPPES et al., 2016. p. 79).

Tais perspectivas podem contribuir para justificar a ausência do jovem na pesca artesanal que, além de ficar diante de questões como a desvalorização da atividade, busca por alternativas fora da pesca, sendo comumente incentivados pela família a migrar para outras atividades econômicas. De acordo com PEA PESCARTE (2015), em São Francisco de Itapaboana, os jovens não se envolvem na pesca e trabalham em atividades econômicas associadas à indústria do petróleo, ou outras atividades econômicas, em geral em trabalhos braçais.

Diante desse cenário e da falta de informações existentes sobre os jovens na pesca surge o questionamento sobre a ocorrência de migração destes para outras profissões, atividades econômicas e outros municípios ou regiões do estado em busca de maiores ofertas de trabalho. Estes podem ainda ter como destino as atividades ligadas à indústria petrolíferas e/ou serviços de apoio.

Desse modo, se faz necessária a produção e o acesso às informações que circundam a participação dos jovens no setor pesqueiro artesanal, o incentivo a valorização da pesca e permanência dos(as) mesmos(as) na atividade pesqueira. Assim, se torna possível contribuir para a perpetuação da pesca enquanto atividade tradicional, através da sucessão familiar.

Por fim, cabe destacar que, mesmo que os dados disponibilizados demonstrem que jovens dos municípios de Macaé, São Francisco de Itapaboana e de São João da Barra na grande maioria não possuam interesse pela pesca, a parcela não é tão maior do que aquela que tem interesse. Por exemplo, em São João da Barra, cinco dos 13 entrevistados consideraram que jovens tem interesse na pesca, enquanto que em São Francisco de Itapaboana foram cinco entre 11 (REMA, 2015a[?]; 2015b[?]). Ou seja, embora haja a premissa de que os jovens não apresentam interesse na pesca, ainda há os que se interessam. Tal aspecto, não pode ser menosprezado, visto que é de grande importância para a continuidade da atividade pesqueira artesanal.

iii) Participação do homem na atividade pesqueira.

Ao homem historicamente é reservado o espaço público. Na atividade pesqueira artesanal, a participação do homem está atrelada principalmente às atividades em mar, na captura do pescado. Contudo, destaca-se que na região Norte Fluminense, tanto o homem quanto a mulher exercem praticamente as mesmas atividades diárias na pesca, como, captura, beneficiamento, comercialização, transporte, desconchamento e como cozinheira(o) de barcos (PEA PESCARTE, 2015).

Como destaca Maneschy (2013, p. 43), a atividade pesqueira comumente é tida como um campo de atuação masculina, devido ao maior enfoque da gestão pesqueira na etapa de captura do pescado e pesca marítima, sendo esses espaços – “*o alto mar, o porto são espaços dos homens*” – atribuídos ao homem. Dessa forma, comumente maiores informações sobre a cadeia da pesca artesanal são encontradas sobre as etapas em que o homem tem maior participação. Considerando que grande parte desse relatório envolve etapas em que o homem atua fortemente, neste item abordaremos apenas onde se dá o envolvimento deste ator.

Em tempo, destaca-se também que, na região em tela, os homens atuam nas demais etapas da atividade pesqueira como: confecção e/ou reparação de embarcações e petrechos. Em Macaé, alguns pescadores realizam pequenos reparos e pinturas em embarcações, e/ou confeccionam seus próprios petrechos. Em Campos dos Goytacazes, os próprios pescadores também são os responsáveis pela fabricação e/ou manutenção de embarcações e petrechos, e, em alguns casos, contratam serviços de terceiros para tal (ENGEIO, 2016b; 2016d).

iv) Renda Familiar

As rendas registradas na região Norte Fluminense variam de menos de um a três salários mínimos. Já a renda oriunda da pesca, em todos os municípios, corresponde ao valor de apenas um salário mínimo, contando com a complementação de renda por meio de outras atividades econômicas. Como exemplos, têm-se as atividades de apoio à pesca, atuando como carpinteiro/construtor naval, atador de rede, comerciante, donos de peixarias/frigoríficos e também atividades relacionadas ao comércio, artesanato e agricultura (PEA PESCARTE, 2015).

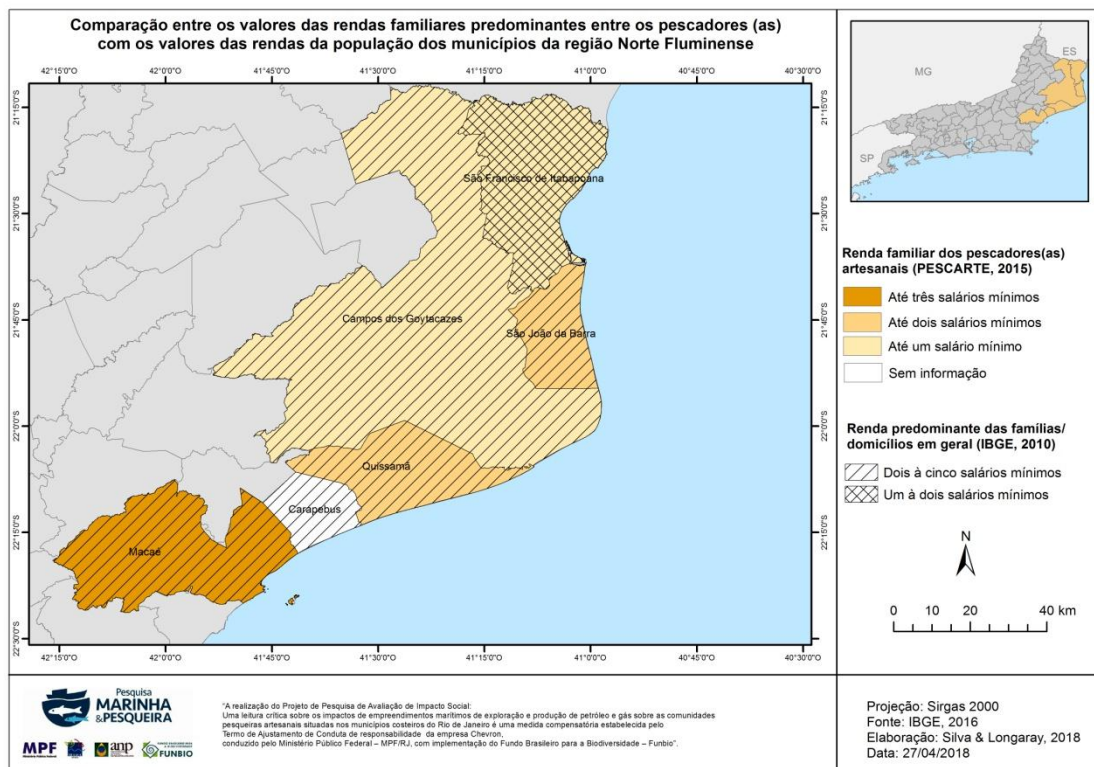
Os pescadores de Macaé possuem renda média mensal de R\$1.920,45, porém há muitas oscilações na renda diante da produtividade pesqueira ocorrer de forma diferente nos vários meses do ano. A maioria ganha entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00. Em meses piores, como no inverno, a renda não chega a R\$500,00. Neste município, 19,14% dos pescadores têm outras fontes de renda além da pesca, usadas como estratégia de reprodução social. Estas são descritas como: “bicos” – ou prestação de serviço informal; renda oriunda de aluguéis; ou atuando como marinheiros de convés ou donos de peixaria. Todavia, é notório que a maioria das famílias se organizam em torno da pesca, não tendo outra fonte de renda. Tal situação está mudando, visto que apenas 8,5% dos entrevistados têm seus filhos trabalhando na pesca (ENGEIO, 2016b).

Nesse contexto, além das remunerações advindas da pesca, enquanto estratégia de reprodução dos(as) pescadores(as), existem outras atividades que compõem a renda familiar e que se diferenciam a cada município. Destacam-se as atividades relacionadas ao comércio, construção civil/pedreiro, turismo, trabalhos domésticos e outras mais diversas, atuando como manicure, vigilante, carpinteiro, barbeiro, pastor, etc. (PEA PESCARTE, 2015). Em Campos dos Goytacazes, como exemplifica ENGEIO (2016d), 30% dos(as) pescadores(as) entrevistados(as) possuem outra ocupação além da pesca. Dentre as atividades, em ordem decrescente de importância são citadas: biscates, trabalhos autônomos, aluguel, pedreiro e comércio. No período do verão, os modos de vida são altamente modificados pela chegada de turistas e eventos realizados na orla (ENGEIO, 2016d).

Ainda no que tange à formação da renda familiar, o trabalho feminino se configura como uma fonte de renda importante para a sobrevivência da unidade doméstica. Quase 22% das entrevistadas no âmbito do PEA PESCARTE afirmam que suas atividades contribuem com metade da renda destinada à sobrevivência da unidade familiar, seguida de 10,26% com mais da metade e 9,7% como única fonte de renda. Todavia, como já foi visto, essas mulheres vivenciam os dilemas e paradoxos da representação e do lugar do feminino em seus contextos sociais, ou seja, tem sua jornada de trabalho facilmente ampliada pela divisão sexual do trabalho e duplamente explorada pelo capital, através de sua atuação no espaço público e privado - este último sem remuneração financeira alguma (SANTOS, 2016).

Não obstante, observa-se que para a região Norte Fluminense há discrepâncias significativas entre a renda salarial dos habitantes dos municípios e dos seus pescadores artesanais (Figura 7). Enquanto, a renda dos habitantes da maior parte da região, está entre dois e cinco salários mínimos (IBGE, 2010), famílias de pescadores artesanais vivem em média com um salário mínimo mensal (PEA PESCARTE, 2015), corroborando com a manutenção de condições socioambientais de vulnerabilidade. Macaé, de acordo com PEA PESCARTE (2015), é o município em que pescadores possuem maior renda, até três salários mínimos. Em oposição, Campos dos Goytacazes é o município de menor renda. Tem-se como hipótese, sendo necessárias análises específicas, que a variação da renda dos(as) pescadores(as) dentre os municípios é demarcada pela maior concentração de pesca marítima, como é caso de Macaé em relação a pesca de águas continentais, cuja condição de escassez hídrica, baixa produtividade e retirada de acesso explica uma maior depreciação da renda familiar.

Figura 7: Renda familiar na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de IBGE (2010); PEA PESCARTE (2015).

3.4 Caracterização dos Meios de Produção

O que caracteriza o(a) pescador(a) artesanal não é somente o viver da pesca, mas também a apropriação real dos meios de produção e o domínio das artes de pesca, que exige uma série de qualidades físicas e intelectuais, adquiridas pelo aprendizado na experiência (DIEGUES, 1983).

Quando falamos em meios de produção da pesca artesanal, referimo-nos aqueles elementos necessários para o desenvolvimento da atividade, ou seja, embarcações, petrechos de pesca, tecnologias de apoio, além do saber-fazer pescador(a) que de fato estabelece o envolvimento do indivíduo com a atividade enquanto reprodutiva e produtiva. Diante disso, além de investigar quais os meios de produção necessários ao exercício da pesca, um aspecto central é compreender quem de fato detém a propriedade sobre tais meios.

Ou seja, as principais questões que buscamos responder na análise dessa categoria, são: *os pescadores realmente detêm os meios de produção necessários à atividade pesqueira? Se não, quem detém? A propriedade dos meios de produção determina algum tipo de poder na comunidade pesqueira? Se sim, quem detém esse poder, o que ele corrobora, e quais as relações na comunidade são condicionadas pela propriedade dos meios?* Assim, apresentamos as respostas a estas perguntas, através de: i) um panorama sobre os principais tipos de embarcações e petrechos de pesca utilizados na Região Norte Fluminense, e ii) algumas reflexões sobre a propriedade dos meios de produção nas comunidades pesqueiras analisadas e como se dão as relações entre os atores sociais, diante de tal aspecto.

i) Embarcações, petrechos, tecnologias e insumos da pesca artesanal na Região Norte Fluminense.

A composição da frota e petrechos de pesca é consequência de fatores biológicos, econômicos, culturais e geográficos, que ajudam a explicar variantes dos barcos e dos procedimentos pesqueiros (NOGUEIRA *et al.*, 2011). A zona costeira do Rio de Janeiro possui grande variedade de ambientes costeiros, com diferentes características ambientais, refletindo na elevada diversidade das capturas no estado. Somadas às características históricas e econômicas da região, resulta na variedade de petrechos e

embarcações (ÁVILA-DA-SILVA; VIANNA, 2009). As embarcações, como apontado por Oliveira *et al* (2009), têm papel muito importante na cadeia produtiva pesqueira, pelo peso dos custos econômicos – os investimentos e custos de operação e manutenção correspondem a quase totalidade dos custos de captura –, e dos custos ambientais – as características das técnicas utilizadas influenciam a quantidade de descarte de espécies sem valor comercial, por exemplo.

Devido à falta de políticas públicas dirigidas à pesca artesanal para a construção de novas embarcações, segundo Oliveira *et al* (2009), a autoconstrução ou a construção financiada diretamente pelos proprietários das embarcações é a única alternativa para a manutenção da atividade. Portanto a relação entre a comunidade de pescadores e construtores navais tem sido fundamental.

Apesar da importância da pesca na região Norte Fluminense, não há dados oficiais disponíveis sobre o número de embarcações nos municípios que a compõe. As principais fontes de dados utilizadas para a caracterização dos meios de produção foram o Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos – Projeto PCR BC (AECOM, 2013) e o Banco de Dados do CENSO PESCARTE. Este último, entretanto, não abrange a totalidade dos municípios do Norte Fluminense, pois não há dados para Carapebus. As lacunas, na medida do possível, foram cobertas com outras fontes, mas sem dados, ou equivalentes ou para o mesmo ano, dificultando a comparação entre municípios.

A pesca artesanal na região Norte Fluminense ocorre, principalmente, em dois ambientes, o lagunar e o marinho. No que concerne às embarcações da pesca artesanal é preciso ressaltar que não há uma distinção clara na legislação brasileira entre as embarcações da pesca artesanal e as da pesca industrial. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca do Brasil (BRASIL, 2009) explicita no Art.8º, alínea “a” que a pesca artesanal pode utilizar embarcações de pequeno porte; e que a pesca industrial pode utilizar embarcações de pequeno, médio e grande porte.

O porte das embarcações é classificado da seguinte maneira: pequeno porte embarcação com arqueação bruta igual ou menor que 20 (vinte); médio porte embarcação com arqueação bruta maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem); grande porte embarcação com arqueação bruta igual ou maior que 100 (cem). A distinção presente na

legislação é entre pescador artesanal e pescador industrial, e se baseia no regime de trabalho: o pescador artesanal trabalha “de forma autônoma ou em regime familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria” (Art.8º, alínea “a”). Entretanto, muitas das pesquisas sobre embarcações pesqueiras identificam a frota artesanal a partir do porte da embarcação – até 20 AB, e a frota industrial a partir de 20 AB, apesar da sobreposição deste critério na legislação. É o caso da pesquisa de Begot e Vianna (2014), que analisou as características de 1.879 embarcações motorizadas do estado do Rio Janeiro, e considerou que “mais de 70% da frota amostrada foi de pequeno porte; dessa forma, pode-se afirmar que a frota pesqueira do estado do Rio de Janeiro é basicamente artesanal” (p.91).

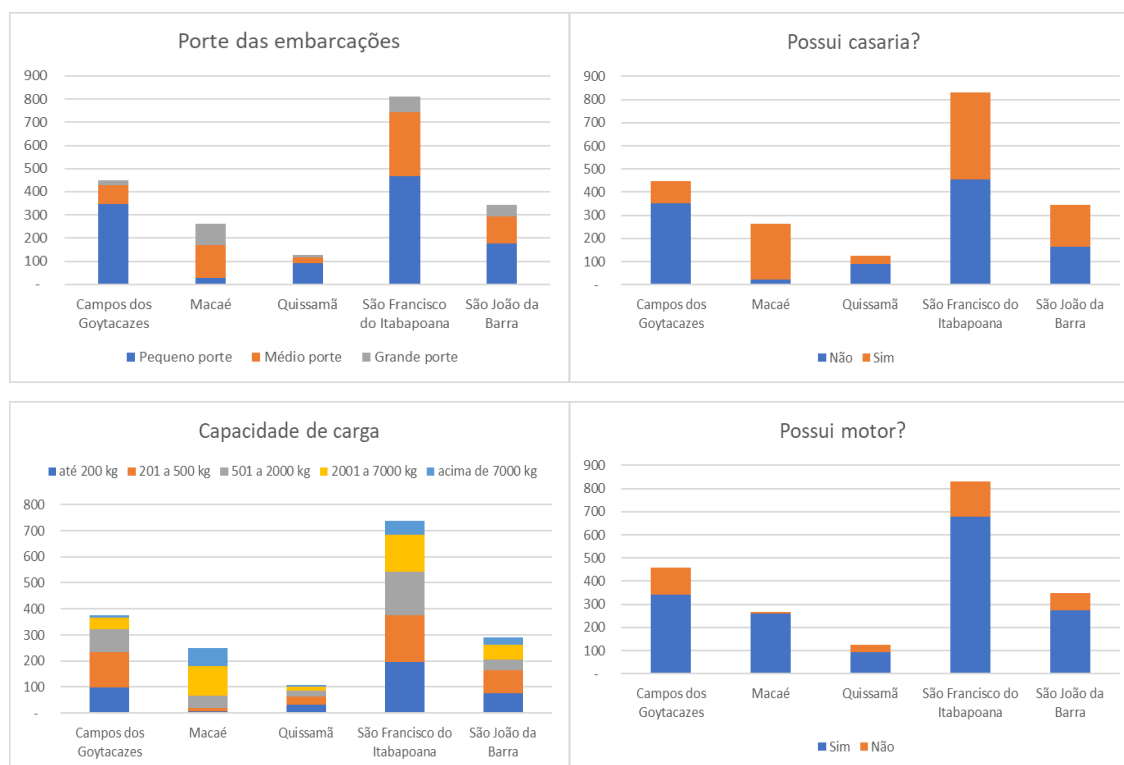
Outras características que poderiam auxiliar na identificação e caracterização das embarcações da frota artesanal são: pequeno poder de deslocamento e autonomia; diversidade de petrechos; sem porão para estoque de pescado; uso de petrechos manuais ou de menor poder de captura; se limita às áreas costeiras, estuarinas e/ou lagunares (FIPERJ, 2015). O Relatório do Programa REVIZEE, por exemplo, define a frota artesanal a partir de várias características:

“A frota artesanal inclui embarcações não motorizadas e motorizadas, desde canoas a remo e barcos à vela, até barcos com 10-12 m de comprimento, que dispõem de câmaras frigoríficas para conservação do pescado. Os petrechos de pesca variam conforme as características do ambiente e das espécies-alvo, podendo ser redes de emalhar, de arrasto ou cerco, linhas diversas e armadilhas” (MMA, 2006).

Contudo, o conjunto destes dados geralmente não está disponível dificultando as análises.

Os gráficos abaixo (Figura 8) descrevem as características das embarcações segundo as informações fornecidas pelos pescadores entrevistados no PEA PESCARTE (2015) ao responderem as questões sobre as embarcações em que pescam. Estes dados foram incorporados ao banco de dados.

Figura 8: Características das embarcações segundo entrevistas do PEA PESCARTE (2015).



Fonte: Elaborado a partir do Banco de Dados do PEA PESCARTE (2015).
 Onde: O eixo y corresponde ao número de embarcações.

A classificação das modalidades de pesca segue o sistema de permissionamento pesqueiro nacional (MPA/MMA, 2011), que é a mesma utilizada no Sistema de Estatística Pesqueira elaborado pela FIPERJ, sendo: 1- Armadilhas (covo e pote)⁴; 2- Arrasto (rede de arrasto com portas ou parelha)⁵; 3- Cerco (rede de cerco com retinida)⁶;

⁴ Armadilhas: usadas para capturar peixes, crustáceos ou moluscos. Possuem uma ou mais entradas, que, no entanto, não permitem a saída. São lançadas no fundo do mar, com uma boia de sinalização e iscas. Nestes cabos podem estar amarradas uma ou várias armadilhas. Podem ser feitas de argila, madeira, trançados ou matérias sintéticos.

⁵ Arrasto: As redes são rebocadas e possuem um corpo cônico com um saco no fundo, em geral são utilizadas para a pesca de fundo, mas podem ser utilizadas em pesca de meia água ou superfície. Na pesca de parelha (ou parelha) são utilizadas duas embarcações. Existem embarcações que utilizam braços laterais (tangones) arrastando duas ou até quatro pequenas redes. Existe também o arrasto de uma única rede lançada pela popa. Em geral utiliza portas para mantê-las abertas e no fundo, mas pode utilizar varas. Possui roletes e pesos quando para o arrasto de fundo.

⁶ Cerco: Esta técnica opera com redes que cercam os cardumes pelos lados e por baixo. Em sua ampla maioria se trata de pesca de superfície. As redes podem operar com cabos no fundo para fechar o saco ou sem cabos onde a rede se fecha passando uma asa (lateral da rede) para cada lado.

4- Emalhe (redes de emalhe e de enredar)⁷; 5- Linha (espinhel, linha-de-mão com ou sem vara)⁸; e outros (demais petrechos) (OLIVEIRA *et al.*, 2009. p. 96) e se diferenciam para cada município (Tabelas 6 e 7).

A leitura das tabelas 6 e 7 revela divergência entre os dados, que pode ser oriunda da metodologia de coleta, mas deve-se principalmente ao fato de o primeiro levantamento ser amostral. Foi efetuado o cadastro de embarcações em algumas comunidades dos municípios, geralmente onde a pesca é mais intensa, por exemplo, nas comunidades de pescadores com atuação nos dois ambientes – marítimo e lagunar, como Quissamã. Já o Censo do PESCARTE inseriu comunidades pesqueiras que possuem atuação em lagoas situadas na porção continental do município, ou seja, pescadores(as) cujo processo produtivo está associado a captura em ambientes aquícolas. Apesar desta realidade, a modalidade de arrasto prevalece como principal arte, seguida da rede de emalhar fixa e linha de mão ou pargueira.

Em Campos dos Goytacazes os pescadores artesanais atuam tanto em águas interiores, em lagoas, quanto no ambiente marinho – em alto mar (além de 12 milhas da costa) e em mar aberto (até 12 milhas da costa). As informações sobre as principais artes de pesca utilizadas pela pesca artesanal neste município variam entre as pesquisas e diferentes metodologias. A Tabela 8 apresenta os dados por pesquisa, explicitando o recorte.

⁷ Emalhe (Rede de espera, emalhe): Nestas técnicas os peixes são capturados após colidirem com a rede e ficarem emaranhados, embolados, presos. A rede fica esticada no mar ou nos rios e lagos, no fundo, à meia água ou na superfície.

⁸ Linha (Espinhel e linha de mão): Os espinhéis são linhas onde serão fixados diversos anzóis. Estas linhas podem ficar na horizontal ou na vertical em relação à superfície do mar. Quando na horizontal, podem ser largados no fundo ou na superfície. Em espinhéis longos de fundo se utilizam cabos de aço para fixar os diversos anzóis e podem possuir longas extensões. Os anzóis podem levar iscas vivas ou mortas; Varas e pesca de mão - Cada pescador lança um ou mais anzóis no mar, podendo capturar peixes na superfície ou no fundo. Os maiores exemplos da pesca na superfície são as pescas de bonitos-listrados (vara e isca-viva), albacoras e lulas. Quando utilizando linhas de fundo, os pescadores ficam em pequenos botes ou caíques deixados no meio do mar por um barco maior. Varas também são muito utilizadas na pesca esportiva.

Tabela 6: Percentual (%) de utilização de petrechos pelos(as) pescadores(as) artesanais.

Artes de pesca	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Macaé	Quissamã	São Francisco de Itabapoana	São João da Barra
Rede de Emalhar Fixa	7,0%	54,0%	74,2%		14,3%	8,2%
Linha de Mão ou Pargueira	7,6%	21,0%	9,6%	1,0%	24,8%	10,0%
Arrasto com Portas ou Rede Balão	72,9%		8,1%	83,2%	48,7%	15,2%
Rede de Emalhar de Deriva	9,4%	25,0%	3,3%	4,0%	3,0%	43,0%
Arrasto de Praia	1,8%					0,4%
Espinhel	0,6%		4,8%		3,9%	11,5%
Covo	0,6%				0,4%	
Tarrafa				9,9%		
Puçá				2,0%		
Cerco						10,8%
Catação manual					4,8%	
Corrico						0,7%
Zangarejo						0,2%

Fonte: Elaborada a partir de dados do PCR-BC (AECOM, 2013).

Tabela 7: Principal arte de pesca utilizada.

Principal arte de pesca utilizada	Campos dos Goytacazes	Quissamã	Macaé	São Francisco do Itabapoana	São João da Barra
Armadilha	0%	0%	0%	2%	0%
Catação manual	1%	1%	0%	5%	0%
Cerco	1%	0%	1%	0%	7%
Espinhel	2%	1%	7%	2%	2%
Gaiola	0%	0%	0%	1%	0%
Linha de mão	1%	0%	23%	14%	6%
Mergulho de Arpão	0%	1%	0%	0%	0%
Outras artes de pesca	30%	0%	0%	0%	0%
Pá e Lanterna	1%	0%	0%	0%	0%
Puça	0%	0%	0%	0%	0%
Rede de arrasto	16%	33%	26%	23%	15%
Rede de emalhar à deriva	3%	9%	7%	9%	34%
Rede de emalhar Fixa	40%	51%	33%	27%	24%
Tarrafa	5%	3%	1%	16%	9%
Trolha	0%	0%	0%	0%	0%
Vara de Pesca/Anzol	0%	1%	0%	1%	2%
Zagarejo	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaborada a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

Tabela 8: Principais artes de pesca em Campos dos Goytacazes.

Principais artes de pesca	Metodologia e fonte
Rede de emalhar fixa Rede de arrasto Tarrafa	PEA PESCARTE (2015), censo dos pescadores artesanais, 1.643 entrevistas com pescadores em Campos dos Goytacazes organizadas em banco de dados.
Redes de arrasto (66%) Redes de emalhe (24,5%) Pesca de linha (6,9%)	Begot e Vianna (2014), a pesquisa caracterizou a frota pesqueira motorizada (artesanal e industrial) do estado do Rio de Janeiro no período de 2007 a 2012, com dados específicos para a região de Campos dos Goytacazes e São João da Barra
Rede de espera (emalhe) e rede de arrasto de fundo (para captura do camarão) Pesca de linha	Zappes <i>et al</i> (2016) – 90 entrevistas etnográficas em Farol de São Tomé entre 2011 e 2015.
Arrasto com portas (72,9%) Rede de emalhar (9,4%) Linha de mão ou pargueira (7,6%) Rede de emalhar fixa (7%)	PCR BC (AECOM, 2013) – Cadastro de 202 embarcações nas localidades de Farol de São Tomé e Terminal pesqueiro

Segundo diagnóstico realizado pela PGS em Campos dos Goytacazes (ENGEIO, 2016d), a maioria dos pescadores artesanais residentes nas comunidades de Vieira, Gaivota e Terminal Pesqueiro, não possui embarcação própria, “trabalhando em parceria com os donos de barco, pagando os gastos e dividindo o saldo do pescado”. A região do Porto do Farol é a principal área de desembarque da região, entretanto não há porto ou outra estrutura de maneira que as embarcações fiquem na areia. O diagnóstico da ENGEIO (2016d) reporta que a “puxada” da embarcação feita com trator tem um custo de R\$ 100,00 cada, fazendo os(as) pescadores(as) artesanais tornarem-se dependentes dos donos de tratores. A manutenção das embarcações é feita no local ou contrata-se mão de obra na comunidade do Farol de São Thomé, que como confirma Oliveira *et al* (2009), abriga uma importante comunidade de construtores de embarcações pesqueiras.

As informações sobre as características das embarcações apresentam algumas variações de acordo com a metodologia das pesquisas consultadas, conforme a Tabela 9.

A pesquisa realizada pela AECOM, (2013) envolvendo entrevistas com 102 pescadores e cadastro de 202 embarcações das localidades de Farol de São Tomé (62%) e Terminal Pesqueiro (38%), em Campos dos Goytacazes, revelou que grande parte dos(as) pescadores(as) utiliza embarcação (80% dos entrevistados), mas não é proprietária (69%).

Tabela 9: Características das embarcações em Campos dos Goytacazes.

Características das embarcações	Metodologia e fonte
Barcos de porte médio (10 a 12 metros), com casco de madeira	Tazawa e Feres (2016) - Grupo focal com pescadores do Farol de São Tomé em 2016).
Comprimento médio de 10,8 metros; potência média do motor, 47,6 HP; arqueação bruta média 6,9 AB. Madeira é o material predominante dos cascos.	Begot e Vianna (2014) - a pesquisa caracterizou a frota pesqueira motorizada (artesanal e industrial) do estado do Rio de Janeiro no período de 2007 a 2012, com dados específicos para a região de Campos dos Goytacazes e São João da Barra
Predominam embarcações do tipo traineira, entre 10 e 13 metros, com casco de madeira e motorizadas – com potência de 10 a 120 HP.	Zappes <i>et al</i> (2016) – 90 entrevistas etnográficas em Farol de São Tomé entre 2011 e 2015.
Predominam barcos com comprimento maior a 8m e menor ou igual a 12 metros, com casaria, e motorizados (97%), potência média do motor de 120 HP	PCR BC (AECOM, 2013) – Cadastro de 202 embarcações nas localidades de Farol de São Tomé e Terminal pesqueiro
347 entrevistados (21%) declararam utilizar embarcações de pequeno porte (de até 8 metros de comprimento), 82 (5%) utilizam embarcações de médio porte, 21 (1%) de grande porte (maior que 12 metros), e 1.193 entrevistados não responderam a questão.	PEA PESCARTE (2015) - censo dos pescadores artesanais, 1.643 entrevistas com pescadores em Campos dos Goytacazes organizadas em banco de dados.

A pesca artesanal no município de Carapebus se concentra no ambiente lagunar, principalmente na lagoa de Carapebus. Trata-se de uma lagoa costeira e parte dela está dentro Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba), que abrange parte dos municípios de Macaé, Quissamã e Carapebus e foi criado em 1998. A criação do PARNA criou restrições à pesca artesanal na parcela mais continental da lagoa, gerando conflitos. Apenas 25 pescadores têm autorização do Ministério do Meio Ambiente para pescar no parque, sob restrições de artes de pesca e horário e sem possibilidade de repassar a autorização aos seus filhos, o que implica na extinção da atividade em médio prazo. Os critérios para a autorização incluem um histórico de atividade pesqueira no Parque e utilizá-la para parte significativa de seu sustento, tendo renda mensal máxima de dois salários mínimos (LEAL, 2013).

A Tabela 10 sintetiza as informações sobre as principais modalidades de pesca em Carapebus e as características das embarcações da pesca artesanal, de acordo com as duas fontes consultadas.

Tabela 10: Principais artes de pesca e características das embarcações em Carapebus.

Principais artes de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
O principal petrecho utilizado é rede de malha de 40mm, seguindo da tarrafa, na captura das seguintes carapeba, robalo, tainha, traíra, acará e bagre	85% dos pescadores utilizavam embarcações não motorizadas para a pesca. cada embarcação leva dois pescadores (75%), uma minoria (25%) pesca sozinho.	Santos (2008), que entrevistou 18 pescadores no município de Carapebus.
A maioria dos pescadores (90%) pesca exclusivamente na lagoa e as artes de pesca mais utilizadas são a rede de emalhar fixa (54%), a rede de emalhar de deriva (25%) e a linha de mão ou pargueira (21%).	todos os pescadores utilizam embarcações, a maioria delas não é motorizada – canoas a remo (80%), poucos tem motor rabeta;	PCR BC (AECOM, 2013) – pesquisa amostral, entrevista com 10 pescadores.

Já o município de Macaé é o segundo na produção pesqueira da região Norte Fluminense, o que se reflete no número de embarcações. A paisagem local mostra barcos pequenos de pesca espremidos em meio a rebocadores e navios de pesca industrial. O tamanho das embarcações de pesca artesanal mudou ao longo do tempo e barcos que não passavam de 11 metros, hoje comumente chegam a 20 metros (ENGEIO, 2016b).

Em Macaé, a maioria dos pescadores declarou ao PCR BC (AECOM, 2013) que pesca em alto-mar – mais de 12 milhas (cerca de 50%) e, parte considerável, pesca em mar aberto – até 12 milhas da costa (cerca de 40%). Segundo a pesquisa de Calleja (2015) – que entrevistou 56 pescadores e dez esposas de pescadores, de maneira geral as áreas de pesca estendem-se desde a região da Costa do Sol até o Farol de São Tomé, incluindo a costa de Carapebus e Quissamã e áreas próximas das plataformas de petróleo. O local de pesca mais freqüentado é o Arquipélago de Santana e arredores.

Não há dados oficiais recentes para o número de embarcações. As informações no site da Prefeitura Municipal de Macaé (2012) apontam que há cerca de 400 embarcações cadastradas. Já no Diagnóstico realizado pela (ENGEIO, 2016b), registra-se o número de embarcações declaradas pelas entidades representativas dos pescadores: na Associação Mista de Pescadores Artesanais de Macaé estão cadastradas 900 embarcações – de grande porte que pescam em mar aberto, e de pequeno e médio porte, que pescam no interior do porto; na Colônia Z-3 estão cadastradas 1200 embarcações – de grande, médio e pequeno porte.

AECOM, (2013), com base em entrevistas com 88 pescadores e cadastro de 164 embarcações, conclui que 82% dos(as) pescadores(as) utiliza embarcações e outros 38% são proprietários destas. A Tabela 11 organiza as informações sobre as principais modalidades de pesca e características das embarcações da pesca artesanal em Macaé por fonte consultada.

Tabela 11- Principais artes de pesca e características das embarcações em Macaé.

Principais modalidades de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
Rede de emalhar fixa (74%), a linha de mão ou pargueira (9,6%) e a rede de arrasto com portas (8,1%).	todas as embarcações são motorizadas, 80% são embarcações motorizadas com casaria de tamanho médio de 10m, e potência de 75 HP	PCR BC (AECOM, 2013) – entrevistas com 88 pescadores e cadastro de 164 embarcações na localidade do Mercado de Peixe, principal ponto de desembarque de pescado do município.
Rede de emalhar fixa (30,3%), rede de arrasto (28,7%), linha de mão (26,6%), espinhel (8%).	142 (17%) utilizam embarcações de médio porte, 92 (11%) de grande porte (maior que 12 metros) e 29 (3%) declararam utilizar embarcações de pequeno porte (de até 8 metros de comprimento).	PEA PESCARTE (2015), censo dos pescadores artesanais, 841 entrevistas com pescadores em Macaé organizadas em banco de dados.
Rede de emalhe como a mais praticada (70%), e pesca de arrasto com portas (15%).	Percepção dos pescadores que longo do tempo houve o aumento do tamanho das embarcações, contribuindo para a intensificação da atividade pesqueira	Silva (2013), pesquisa qualitativa no município de Macaé em 2012, entrevistas com 27 pescadores artesanais

A precariedade das embarcações foi um dos temas que surgiram no projeto A Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA). Segundo o relatório do PAPESCA as condições precárias das embarcações que saem ao mar contribuem para as péssimas condições de trabalho, associadas ao alto custo para construção e manutenção das embarcações e dificuldade de obtenção de crédito (SOLTEC/POLO NÁUTICO/NUPEM, 2005).

No município de Quissamã os pescadores artesanais atuam principalmente em alto mar – mais de 12 milhas da costa (77%), uma menor parcela pesca em mar aberto – até 12 milhas da costa (15%), outros pescam nas áreas de mangue e nos costões (AECOM, 2013). A pesquisa amostral do PCR BC (AECOM, 2013) realizou entrevista com 24 pescadores(as) e cadastrou 18 embarcações no município. A totalidade dos(as) entrevistados(as) utiliza embarcações, sendo 33% proprietários(as) destas. A Tabela 12

organiza as informações sobre as principais modalidades de pesca e características das embarcações da pesca artesanal em Quissamã por fonte consultada.

Tabela 12: Principais artes de pesca e características das embarcações em Quissamã.

Principais modalidades de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
Arrasto com portas ou rede balão é a principal modalidade de pesca realizada (83,2%), seguida da tarrafa (9%).	Barcos motorizados de comprimento médio de 11 metros e potência média de 120 HP.	PCR BC (AECOM, 2013) – entrevistas com 24 pescadores(as) e cadastro de 18 embarcações na localidade da Barra do Furado
A Rede de emalhar fixa é a principal modalidade, seguida da rede de arrasto e rede de emalhar à deriva.	22 pescadores (71%) utilizam embarcações de porte médio – maior que 8 a 12m; 93 (21%) porte pequeno – menor ou igual a 8m; 11 (3%) porte grande – maior que 12m; A maioria das embarcações é motorizada.	PEA PESCARTE (2015), censo dos pescadores artesanais, 437 entrevistas com pescadores em Quissamã organizadas em banco de dados.

Uma das dificuldades dos(as) pescadores(as) artesanais identificada no PCAP da empresa Oceangeo (NAV, 2014) relacionada às embarcações é o assoreamento do canal de acesso, o que tem reduzido a atracagem de embarcações, deslocando-as para outros portos de desembarque. Uma das consequências deste deslocamento é a diminuição da quantidade de peixes e camarões que demandariam o trabalho das mulheres.

São Francisco de Itabapoana é o terceiro produtor de pescado na região Norte Fluminense. A pesquisa amostral do PCR BC (AECOM, 2013) realizou entrevista com 170 pescadores(as) e cadastrou 327 embarcações no município em três localidades (134 em Gargaú, 119 em Guaxindiba e 74 na Barra de Itabapoana). A pesca artesanal ocorre principalmente em alto-mar (58%), manguezal (20%) e mar aberto (18%), e em menor frequência nos costões e praias do município.

A maioria dos(as) pescadores(as) (90%) utiliza embarcações, e 40% são proprietários(as) destas. Na Tabela 13 estão organizadas as informações sobre as artes de pesca e embarcações utilizadas pela pesca artesanal em São Francisco do Itabapoana.

Tabela 13: Principais artes de pesca e características das embarcações em São Francisco do Itabapoana.

Principais artes de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
Rede de arrasto com portas (48,7%), seguida da linha de mão ou pargueira (24,8%) e rede de emalhar fixa (14,3%).	Predominam os barcos motorizados (99%), de porte médio com casaria (73%), seguido dos barcos pequenos sem casaria (16%) e barcos de porte pequeno com casaria (7%).	PCR BC (AECOM, 2013) – entrevistas com 170 pescadores(as) e cadastro de 327 embarcações no município em três localidades (134 em Gargaú, 119 em Guaxindiba e 74 na Barra de Itabapoana).
A principal modalidade de pesca é a rede de emalhar fixa, seguida da rede de arrasto e rede de emalhar à deriva	A maioria dos pescadores utilizam embarcações de até 8 metros de comprimento, sem casaria e com motor.	PEA PESCARTE (2015), censo dos pescadores artesanais, 3.055 entrevistas com pescadores em São Francisco do Itabatoana, dados organizados em banco de dados.

Dentre os municípios do Norte Fluminense, São João da Barra tem a maior produção pesqueira, pescadores e embarcações. A pesquisa amostral do PCR BC (AECOM, 2013) realizou entrevista com 113 pescadores(as) e cadastrou 190 embarcações no município na localidade de Atafona. A pesca artesanal ocorre igualmente em alto-mar (40%) e mar aberto (40%), e em menor frequência nos costões e praias do município.

A maioria dos(as) pescadores(as) (88%) utiliza embarcações, e somente 35% são proprietários(as). A Tabela 14 reúne as informações sobre as artes de pesca e embarcações da pesca artesanal em São João da Barra.

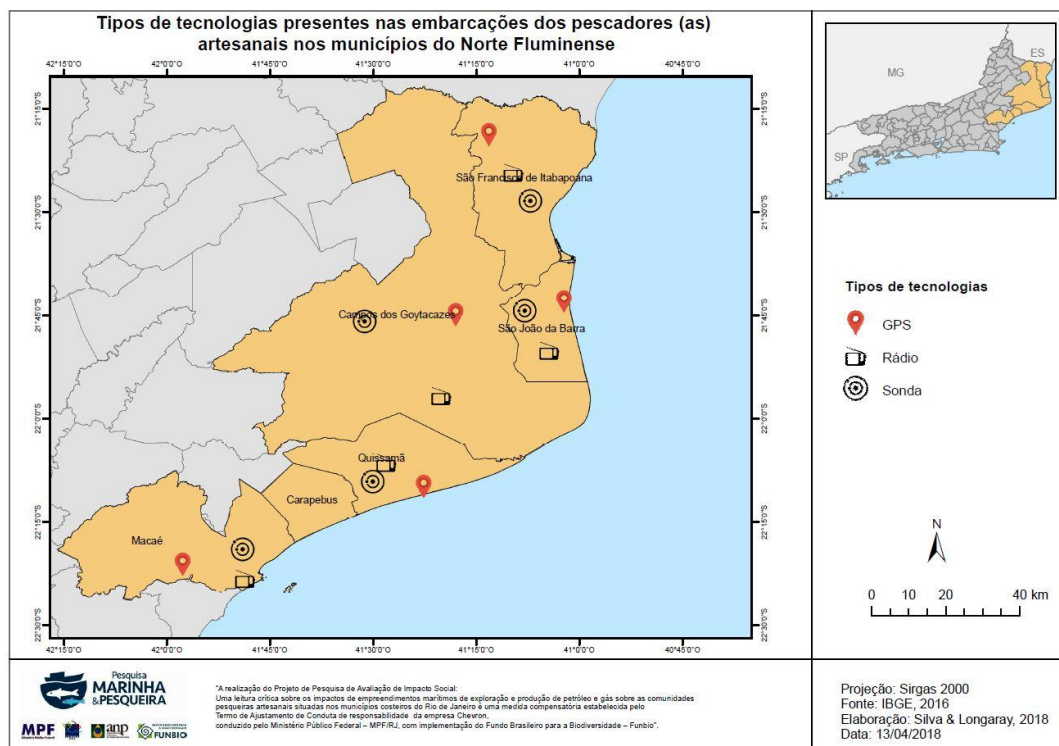
Tabela 14: Principais artes de pesca e características das embarcações em São João da Barra.

Principais artes de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
Rede de emalhar de deriva (35%), a rede de arrasto com portas (26%) e a linha de mão ou pargueira (19%).	Quase todas são motorizadas (98%), predominam os barcos de porte médio com casaria (74%), seguido dos barcos grandes com casaria (18%) e barcos de porte pequeno sem casaria (5%).	PCR BC (AECOM, 2013) – entrevistas com 113 pescadores(as) e cadastro de 190 embarcações na localidade de Atafona.
A principal modalidade de pesca é a rede de emalhar à deriva, seguida da rede de emalhar fixa e rede de arrasto.	A maioria dos pescadores utiliza embarcações motorizadas, com casaria e de até 8 metros de comprimento.	PEA PESCARTE (2015), censo dos pescadores artesanais, 1,272 entrevistas com pescadores em São João da Barra organizadas em banco de dados.
Na Barra do Açu as modalidades principais	Em Atafona pesca-se principalmente nas áreas marinhas costeiras. Nestas, prevalece o uso de	Zappes <i>et al</i> (2016) – 90 entrevistas etnográficas na

Principais artes de pesca	Características das embarcações	Metodologia e fonte
são redes, linhas e armadilhas.	traineiras, que possuem casco de madeira, comprimento de 10 a 13m e motor de 20 a 120 hp, com autonomia de até 15 dias. Já na Barra do Açu a pesca se dá principalmente nas lagoas costeiras, e em menor escala em rios e águas marinhas, utilizando canoas (5 a 7 m de comprimento) a remo ou motor (3,5 hp).	comunidade de Atafona e 90 entrevistas na comunidade da Barra do Açu.

Quanto às tecnologias de apoio às embarcações, as mais utilizadas pelos pescadores artesanais da região são: rádios, sondas e GPS (Figura 9). Exceção é o município de Carapebus, que não possui informações sobre o uso de tais tecnologias. Vale ressaltar que nestes municípios, também existem embarcações que não utilizam nenhum tipo de tecnologia a bordo (PEA PESCARTE, 2015).

Figura 9: Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de PEA PESCARTE (2015).

i.1) Insumos utilizados na captura.

Nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé os insumos utilizados para a captura do pescado são o combustível, gelo, iscas e rancho (ENGEIO, 2016b; 2016d). Já para os municípios de Carapebus, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra não foram encontradas tais informações. Do mesmo modo, não foram encontrados dados específicos relacionando o tipo de pescaria desenvolvida com os tipos de insumos necessários, em cada município da região.

Mesmo sem as especificações quanto aos insumos, é possível verificar um investimento mínimo para a realização de atividade pesqueira. No município de Macaé, os dados se relacionam à caixa de gelo (R\$6,00); óleo diesel (R\$3,40/litro); rancho (R\$70,00 por dia de pescaria), adquiridos de terceiros no comércio local (ENGEIO, 2016b). Além disso, a rede de pescadinha tem um valor de R\$260,00 e a rede de pareja de R\$4.000,00. Em uma pescaria de cinco dias, o investimento equivale à R\$4.000,00 (quatro mil reais) (ENGEIO, 2016b). Em Campos dos Goytacazes, para um dia de pesca, os pescadores necessitam de um investimento de aproximadamente R\$520,00, distribuídos da seguinte forma: combustível (100 litros por dia- R\$3,00/litro; Total= R\$300,00); gelo (10 caixas por dia- R\$5,00 cada caixa; Total= R\$50,00); puxada (100 reais por puxada; Total= R\$100,00); alimentação (70 reais por dia; Total= R\$70,00) (ENGEIO, 2016d).

Na região, no que diz respeito ao acondicionamento dos pescados a bordo, são utilizadas caixas de gelo, urna/porão e caixas térmicas. Vale ressaltar que o pescado não é armazenado posteriormente, ou seja, logo que voltam da pesca, os(as) pescadores(as) vendem o pescado diretamente. Não foram encontradas informações sobre o acondicionamento no município de Carapebus e em Campos dos Goytacazes, apesar de serem citadas outras formas de acondicionamento, estas não são especificadas (PEA PESCARTE, 2015).

Além de embarcações, petrechos e insumos, cabe investigar sobre a etapa de desembarque do pescado, identificando as infraestruturas e estratégias utilizadas para tal pela comunidade pesqueira da região. Nesse sentido, destaca-se que no Norte Fluminense o desembarque de pescado é realizado em maior parte em infraestruturas denominadas

“trapiches, píeres, pontes e/ou cais”⁹ ou portos, assim como, diretamente em praias e/ou margens de rios e lagoas como ocorre nas comunidades pesqueiras de Farol de São Tomé, e Lagoa de Cima, ambas de Campos de Goytacazes e na comunidade de Guaxindiba em São Francisco de Itabapoana (FIPERJ, 2013a; PEA PESCARTE, 2015).

O Mercado de Peixes em Macaé é citado como um importante ponto de desembarque pesqueiro para as comunidades pesqueiras locais, assim como, os cais particulares no canal do Rio Campos Macaé. Ao mesmo tempo, a orla da praia do Farol de São Tomé, o Porto do Farol de São Tomé, o Cais da Coroa Grande e o Terminal Pesqueiro da Estrada, em Campos dos Goytacazes (ENGEIO, 2016b; 2016d) e o Distrito Pesqueiro de Atafona, no município de São João da Barra (FIPERJ, 2013), localizado na margem direita da foz deltaica do Rio Paraíba do Sul, são considerados como os principais pontos de desembarque do pescado capturado na região.

No que tange à propriedade das infraestruturas para desembarque é possível identificar que a maior parte não são estruturas públicas. Em São João da Barra há informação sobre principais pontos de desembarques localizados, havendo atuação e propriedade privada de estruturas de indústria e comércio de pescados e/ou petrechos, assim como, mercado de insumos como a fabricação de gelo (FIPERJ, 2013a).

ii) Propriedade e trabalho nas embarcações da pesca artesanal na região Norte Fluminense.

Além de embarcações com autonomia limitada e petrechos confeccionados pelo próprio pescador, a pesca artesanal também se caracteriza pelo uso de mão-de-obra familiar, e/ou relações de compadrio e vizinhança (DIEGUES, 1983). Geralmente os pescadores recebem o pagamento pelas atividades realizadas na embarcação de pesca artesanal, através da divisão do produto, efetuada pelo sistema tradicional de partes ou “*quinhão*”.

Neste sistema a porcentagem ou parte recebida varia segundo a posição ocupada por cada pescador na pescaria (dono de rede, canoa, vigia, mestre, e demais pescadores, etc). Dessa forma, é comum que alguns recebam mais partes que outros, como por

⁹Considerando as semelhanças entre trapiches, píeres, pontes e/ou cais, define-se na presente pesquisa que tais denominações possam ser consideradas o mesmo tipo de infraestrutura, sendo utilizada como única opção de assinalamento no banco de dados.

exemplo, os donos das embarcações e petrechos. Nesse sistema de divisão, parte da produção pode ser destinada à manutenção da embarcação, petrechos e insumos (DIEGUES, 1983; 2007).

Além da divisão da produção, o trabalho nas embarcações também é dividido em partes. Ou seja, cada atividade a ser desenvolvida durante a pescaria é de responsabilidade de determinado pescador, que recebe a denominação com base na função exercida. Divisão esta que explicita que a pesca artesanal possui matizes da pesca empresarial, uma vez que a especialização do trabalho no interior da embarcação é uma de suas características (DIEGUES, 1983). São várias as denominações aos participantes da pescaria ou de postos de trabalho na embarcação como: mestre, proeiro, cozinheiro, vigia, mecânico, remeiro, cabeiro etc. (DIEGUES, 2007; LOTO, 2013).

Contudo, embora sejam características importantes inerentes à pesca artesanal, não são encontradas muitas informações sobre tais aspectos na região Norte Fluminense, principalmente relacionadas à descrição das atividades desenvolvidas por pescadores(as), nomenclaturas, ou quantas partes que recebem. Todavia, cabe ressaltar a presença de dados que demonstram o uso de divisão e pagamento por partes e/ou produção na atividade pesqueira na região, assim como de alguns aspectos relacionados à propriedade dos meios de produção e trabalho nas embarcações (PEA PESCARTE, 2015; COSTA, 2016; ENGEIO, 2016b; 2016d).

Com relação às relações sociais que caracterizam a organização do trabalho e o qualificam como artesanal, a pesca da região Norte Fluminense apresenta três pontos comuns: a) a parceria como forma predominante na relação de produção; b) o trabalho familiar aplicado à prática produtiva; e c) o trabalho com vistas à produção de excedente (COSTA, 2016). Essa última, conforme Costa (2016), ocorre com base no fato de que, no litoral norte do Rio, a participação do pescador artesanal no mercado acontece a partir da comercialização do pescado, pressupondo uma especialização desses produtores e a divisão social do trabalho. Esta é uma categoria de análise apresentada mais adiante neste relatório. Logo, no momento em que o(a) pescador(a) artesanal passa a reproduzir suas condições de existência na pesca essencialmente pelo comércio, as capturas de pescado tornam-se direcionadas para a produção de excedentes, gerando renda monetária para camaradas de pesca e o dono do barco (COSTA, 2016).

“Camaradas” são os pescadores que não possuem barcos próprios e realizam a pesca em barcos de terceiros ou alugando o barco; ou que entram apenas na divisão do valor final pescado e com mão-de-obra (ENGEIO, 2016d). Esses pescadores são dependentes daqueles atores que detêm tais meios de produção, juntamente com a influência direta sobre a pesca embarcada e as relações sociais, trabalhistas e de poder existentes na comunidade pesqueira.

As embarcações que compõem a produção pesqueira artesanal na Baía de Campos agrupam uma maioria representada por 80,56% de pescadores que trabalham coletivamente em tripulações, variando entre 2 a 16 elementos. Nestas embarcações, a tripulação não possui vínculo trabalhista formal ou recebe salário, sendo o usual que o pescador artesanal seja remunerado a partir de arranjos trabalhistas como “*acordos de partilhas*” ou “*por produção*” (PEA PESCARTE, 2015; COSTA, 2016).

Segundo dados do PEA PESCARTE(2015), pouco mais de 34% dos(as) pescadores(as) artesanais não possuem vínculo empregatício formalmente. Em geral, pescadores são parceiros, ou seja, trabalhadores não assalariados e normalmente não proprietários das embarcações e petrechos utilizados na atividade pesqueira. Por esse motivo, dividem com o proprietário dos meios de produção utilizados, o resultado do trabalho na pesca. Visto de outro modo, o pescador remunera o proprietário pelo uso dos materiais necessários para a realização das pescarias (COSTA, 2016). Ressalta-se então que, os(as) pescadores(as), quando não proprietários dos meios de produção, ficam sob o controle dos proprietários: das embarcações, dos petrechos, dos insumos e até mesmo dos tratores. Assim, passam a pagar aluguéis e/ou dividir gastos, além de despender mão-de-obra, ou ainda comercializar os pescados adquiridos por preços baixos estabelecidos pelos compradores ou atravessadores.

Com relação à propriedade dos meios de produção, os dados do Censo do PESCARTE sobre os proprietários de embarcações pesqueiras artesanais são imprecisos, impossibilitando quantificar o número de pescadores artesanais proprietários de embarcações (PEA PESCARTE, 2015). Os dados disponíveis são do PCR BC (AECOM, 2013), que teve como base o uso de entrevistas com uma amostra de pescadores(as) artesanais de cada município. Carapebus é o único município com indisponibilidade de dados (Tabela 15).

Tabela 15: Propriedade das embarcações por município.

Município	Pescador é proprietário	Pescador não é proprietário	Não respondeu
Campos dos Goytacazes	27%	69%	5%
Carapebus	S/I	S/I	S/I
Macaé	38%	62%	0%
Quissamã	33%	67%	0%
São Francisco de Itabapoana	40%	56%	4%
São João da Barra	35%	65%	0%

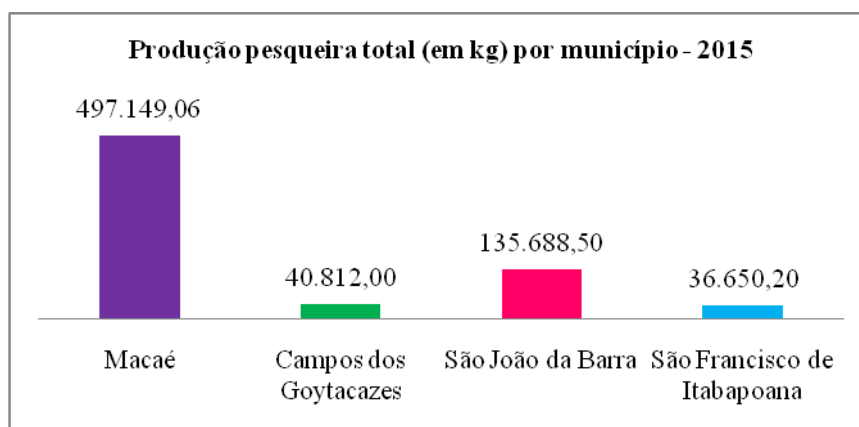
Os pescadores da região Norte Fluminense, desenvolvem uma série de estratégias, especialmente sobre o trabalho, para que a produção pesqueira logre resultados que satisfaçam às demandas do mercado e, principalmente, suas expectativas de rendimentos monetários. Nessa perspectiva, o pescador possui uma dependência intensa de agentes financiadores como: frigoríficos, peixarias, comerciantes de gelo ou material de pesca, que lhes financiam os insumos para preparação do barco ou mesmo a comida da família nos períodos mais difíceis (COSTA, 2016).

Diante disso, observa-se que a propriedade dos meios de produção está concentrada em donos de infraestruturas que são de suma relevância para a atividade pesqueira artesanal, como: fabricação de gelo, infraestruturas para conservação, beneficiamento e comercialização do pescado. Do mesmo modo, o material para confecção de petrechos e/ou os próprios petrechos já confeccionados, resulta numa concentração de poder e decisão sobre a classe que fornece insumos e a que adquire o produto da pesca. Ambas comumente são representadas pelos mesmos atores, os atravessadores. Assim pescadores artesanais, se tornam dependentes da atuação destes indivíduos e a decisão sobre os valores pagos pelo trabalho ou pela valoração do produto fica cargo daqueles que detêm a propriedade dos meios. Majoritariamente, estes são representados pelos atravessadores, comparadores e empresas do setor privado. Neste contexto, destaca-se a importância de possuir propriedade sobre os meios de produção e uma infraestrutura de qualidade e coletiva, imprescindíveis aos pescadores artesanais na busca pela sua emancipação e por condições e estruturas dignas de trabalho e vida.

3.5 Produção Pesqueira

Os dados encontrados com relação à produção pesqueira dos municípios do Norte Fluminense se restringem à Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana (Figura 10). Destes, Macaé apresentou a maior produção anual em 2015 e São Francisco de Itabapoana a menor (FIPERJ, 2015).

Figura 10: Produção Pesqueira Anual (em Kg) em municípios da região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborada pelas(os) autoras(es) a partir de dados da FIPERJ (2015).

De acordo com FIPERJ (2013b) em São João da Barra, nos anos de 2011 e 2012, o volume de pescado foi de 1.515 t e 1.042 t, respectivamente, representando 2% e 1% da produção estadual. Quando comparado com os demais municípios monitorados pela FIPERJ, como Cabo Frio, Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo, etc., o município se destaca já que conta apenas com a existência de embarcações de pequena escala. Mesmo havendo uma discrepância de resultados de monitoramento de 2011 para 2015, podemos observar que a produção em São João da Barra é menor do que nos demais municípios. Isso pode estar atrelado à atuação da frota pesqueira artesanal, que apresenta especificidades e limitações de captura. Também, pode ser explicado por parte das embarcações desta e outras localidades optarem por desembarcar em Cabo Frio e Macaé. Seja devido a proximidade quando de viagens de pesca, seja porque ambos possuem melhor estrutura para desembarque comparativamente aos demais municípios do Norte Fluminense.

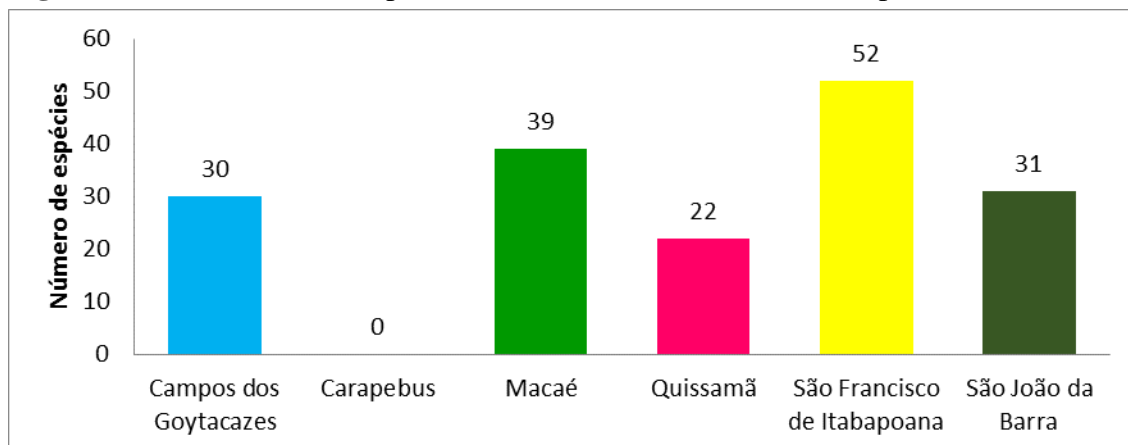
Em Macaé os cinco principais recursos pesqueiros desembarcados foram: goete, dourado, corvina, galo e enchova, sendo as frotas de emalhe, cerco, linha e espinhel as responsáveis pelas maiores capturas. Em Campos dos Goytacazes, através do monitoramento dos desembarques na Praia de Farol de São Tomé, observa-se que a frota de arrasto é dominante, capturando principalmente os camarões barba-ruça, rosa e sete-barbas, pargo e raia. Os cinco principais recursos pesqueiros desembarcados em São João da Barra foram: corvina, espada, guaivira, sororoca, xaréu e bonito-pintado. Já em São Francisco de Itabapoana foram: dourado, camarão-sete-barbas, peruá, olho de cão e pescada (FIPERJ, 2015).

Podemos observar que a produção pesqueira anual varia de um município para outro, pois cada município possui especificidades particulares. Não foram encontrados dados referentes aos municípios de Carapebus e Quissamã. É importante lembrar que o valor de produção registrado não caracteriza a produção pesqueira de cada município, visto que a atividade pesqueira é sazonal e ultrapassa limites territoriais estabelecidos para os municípios. Macaé possui um mercado de peixes, assim como infraestruturas para a etapa do desembarque, o que pode contribuir para um maior registro de desembarques oriundos de embarcações pesqueiras de toda a região nesse município.

Não obstante, ressaltamos que tais informações se referem a dados estatísticos pesqueiros que consideram diversas modalidades de atividade pesqueira, como a industrial, artesanal, de maricultura, etc. Ou seja, não há informações estatísticas quanto ao desembarque pesqueiro apenas da atividade artesanal, mas é importante que ressaltemos a relevância de tal ferramenta para o conhecimento da dinâmica das comunidades pesqueiras.

No que tange, às espécies capturadas pelos pescadores da região, a contagem chega a 87 espécies (PEA PESCARTE, 2015). O município que tem a maior gama de espécies disponíveis para captura é o de São Francisco de Itabapoana, totalizando 52 espécies. Já a pesca em Quissamã atua sobre 22 espécies (PEA PESCARTE, 2015) (Figura 11).

Figura 11: Diversidade de espécies desembarcadas em cada município.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE(2015).

Algumas espécies capturadas pelos pescadores da região, como: bagre, tainha, acará, tilápia, traíra, corvina, robalo, curimatã, entre outras, são alvos de pesca na maioria das comunidades pesqueiras (PEA PESCARTE, 2015). Espécies como camarão, guaiamum, também são alvos de pescadores e pescadoras da região, principalmente em São Francisco de Itabapoana e São João da Barra (PEA PESCARTE, 2015). Do mesmo modo, a coleta de mariscos e/ou mexilhões perna-perna é recorrente em algumas comunidades de Macaé (Barra) e Campos dos Goytacazes (Farol São Tomé, e Terminal Pesqueiro), em mangues (ENGEO, 2016b; 2016d). Carapebus tem possibilidade de pesca tanto em águas marítimas, como em águas lagunares (SOMA, 2014, p.126), contudo, este foi o único município no qual não foram encontradas quaisquer informações sobre espécies capturadas.

A maioria dos pescadores da localidade de Xexé, em Campos dos Goytacazes, é de água doce, mas também recorrem ao mar em caso de escassez de pescado nos sistemas lacustres. Nessa localidade, que fica mais afastada, no extremo norte do Farol de São Tomé, áreas de restinga estão sofrendo bastante especulação imobiliária com a chegada de novos moradores e loteamentos (ENGEO, 2016d).

A pesca artesanal em Campos dos Goytacazes e Macaé ocorre em ambientes marinhos e lacustres. No mar, os pescadores atuam em toda extensão marítima entre Angra dos Reis e Macaé e na direção de São João da Barra. Em água doce a pesca acontece nas lagoas da região, como: a Lagoa das Cruzes (situada abaixo da localidade de Xeré, estendendo-se até a Barra do Açú); a Lagoa Feia (localizada perto da Ponta Grossa,

estendendo-se até Quissamã); a Lagoa das Flechas (ligada à Lagoa Feia, perto do Terminal Pesqueiro); Lagamar (localizado entre o Farol de São Tomé e o Terminal Pesqueiro); rios como o Macaé; e Boca da Barra (ENGEIO, 2016b; 2016d). A coleta de mariscos, caranguejos guaiamum, ou mexilhões é realizada em manguezais, comumente localizados na porta de casa de pescadoras e pescadores, com cozimento improvisado em fogueira, como ocorre na comunidade da Barra em Macaé (ENGEIO, 2016b).

Em Macaé, na pesca embarcada, observa-se que pescadores passam muitos dias no mar (de 2 até 60 dias), mas a maioria passa entre 5 e 15 dias. O clima é muito importante na decisão de ir para o mar. Os(as) pescadores(as) levam em consideração as condições do vento, das chuvas e principalmente das marés. O investimento é de aproximadamente R\$4.000, divididos entre os gastos com gelo, óleo e o rancho (ENGEIO, 2016b).

Não foi possível analisar de forma mais aprofundada as relações entre os recursos pesqueiros, as áreas de pesca e a sazonalidade. No entanto, é importante ressaltar que, juntamente com a intensificação das atividades petrolíferas, degradação e poluição de mangues, especulação imobiliária e os processos de modernização e expansão de atividades econômicas na região Norte Fluminense, a atividade pesqueira vem sofrendo diversas interferências, prejudicando a produtividade dos ambientes, o que consequentemente se reverbera em diminuição da produção da pesca artesanal. As áreas utilizadas pela atividade tornam-se cada vez mais restritas e degradadas o que culmina em dificuldades significativas aos(as) pescadores(as) artesanais.

Torna-se necessário buscar novas estratégias de pesca e de reprodução social, com vistas à garantia da manutenção da cultura e do modo de vida tradicional desse grupo social. Todavia, pescadores e pescadoras que não possuem propriedade sobre os meios, ou participação nos processos de tomada de decisão podem tornar-se cada vez mais vulneráveis, pressionados pelas condições precárias de trabalho e de vida na qual estão inseridos.

3.6 Características do Beneficiamento e Comercialização de Pescado

A etapa subsequente a captura, denominada de beneficiamento, destina-se à transformação do pescado. Seja aquela necessária ao processo de conservação, seja com

vistas a obtenção de subprodutos ou de outros produtos, comumente realizada por membros das famílias, em especial, as mulheres. Em seguida, há a etapa de comercialização do pescado, que envolve diversos atores, estratégias e logística para o acondicionamento, conservação e escoamento da produção, que irão depender do destino e do(a) responsável pela comercialização do pescado (MENDONÇA, *et al.*, 2010).

Compreende-se que as diversas etapas relacionadas à cadeia produtiva da pesca agregam diversos atores e relações sociais, de poder, e estratégias de reprodução. Dessa forma, serão apresentadas nesse item as formas de beneficiamento e comercialização na região Norte Fluminense, juntamente com as principais informações encontradas sobre tais aspectos da cadeia produtiva da pesca artesanal para a região.

A participação do pescador artesanal da região Norte Fluminense no mercado acontece por meio da comercialização do pescado. É através da negociação do excedente pesqueiro que os (as) pescadores(as) garantem a sobrevivência de suas famílias. Do mesmo modo, o proprietário da embarcação faz os devidos reparos do meio de produção, garante o gelo, óleo e o rancho de futuras pescarias, bem como apura seu lucro (COSTA, 2016). Nesse contexto, compreender qual a cadeia percorrida pelo pescado desde a sua captura, mas principalmente na etapa de comercialização – com ou sem beneficiamento – é de extrema importância para analisar também as condições socioeconômicas, de trabalho, e de poder existentes nas comunidades pesqueiras.

A comercialização direta é o processo em que o pescador vende diretamente seu pescado ao consumidor final e com isso tem maior autonomia na escolha do preço. Já a indireta se refere à comercialização dos pescados para um primeiro comprador que irá repassar a outro comprador, podendo este ser ou não o consumidor final. Ou seja, há outros atores entre a atividade de captura do pescado e o consumo, conhecidos como comerciantes ou atravessadores.

Sobre a comercialização do pescado no Norte Fluminense, somente Carapebus não apresentou informações. Os demais municípios apresentam formas de comercialização direta. São elas: comercialização direta não especificada, feira, restaurantes/bares e Mercado Municipal (PEA PESCARTE, 2015). Contudo, nas análises, nem sempre foi especificado o comprador final e/ou os pontos onde são feitas as vendas.

Não foram encontrados dados que permitam mensurar qual tipo de comercialização, se direta ou indireta, ocorre com maior frequência na região. Contudo, é possível perceber em várias comunidades, principalmente de Macaé e Campos dos Goytacazes, que há atuação de atravessadores na cadeia produtiva da pesca desenvolvida nessa região (PEA PESCARTE, 2015; ENGEIO, 2016b; 2016e).

Quanto à comercialização indireta, as mais frequentes ocorrem com atravessadores e comerciantes locais e/ou de outras localidades, através de peixarias e por leiloeiros. Os pescadores dos municípios de Macaé, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra também comercializam com o CEASA. Os dois últimos, juntamente com Quissamã e Campos dos Goytacazes, também negociam com indústrias (PEA PESCARTE, 2015). Não foram obtidos dados sobre o número de comerciantes locais e das infraestruturas dos comerciantes. Somente Campos dos Goytacazes, em algumas comunidades, apresentou a comercialização no Mercado Municipal e para outras regiões (fora do município, do estado, etc.), como destino no pescado pelo atravessador (PEA PESCARTE, 2015; ENGEIO, 2016b; 2016d).

Macaé foi o único município a apresentar a existência de infraestrutura de mercado público, conhecido como Mercado de Peixes de Macaé, ou Mercado Municipal de Peixes. Este funciona na cidade desde 1924, com comercialização de peixes, crustáceos e frutos do mar. A gestão do mercado é de responsabilidade da Secretaria Adjunta de Pesca e Aquicultura e a estrutura compreende um prédio de dois andares, um cais com capacidade para 15 embarcações, 60 boxes e cerca de 180 trabalhadores (PREFEITURA DE MACAÉ, 2018).

A prefeitura e a Câmara de Macaé declaram apoio a entidades representativas dos pescadores da cidade, como a Colônia de Pescadores Z3 e a Associação Mista de Pescadores. De acordo com dados do site oficial da prefeitura, por meio de regulamentos legislativos, a administração do estacionamento do Mercado Municipal de Peixes passou a ser de responsabilidade da Colônia de Pescadores Z3. A entidade faz a cobrança dos motoristas que estacionarem nas 33 vagas disponíveis e os valores contribuem para a manutenção da entidade (PREFEITURA DE MACAÉ, 2018).

A respeito da comercialização indireta nas comunidades pesqueiras, os(as) pescadores(as) não detém poder na decisão do preço. Os compradores indiretos almejam o lucro em cima do pescado, logo pagam aos pescadores(as) valores abaixo do preço final

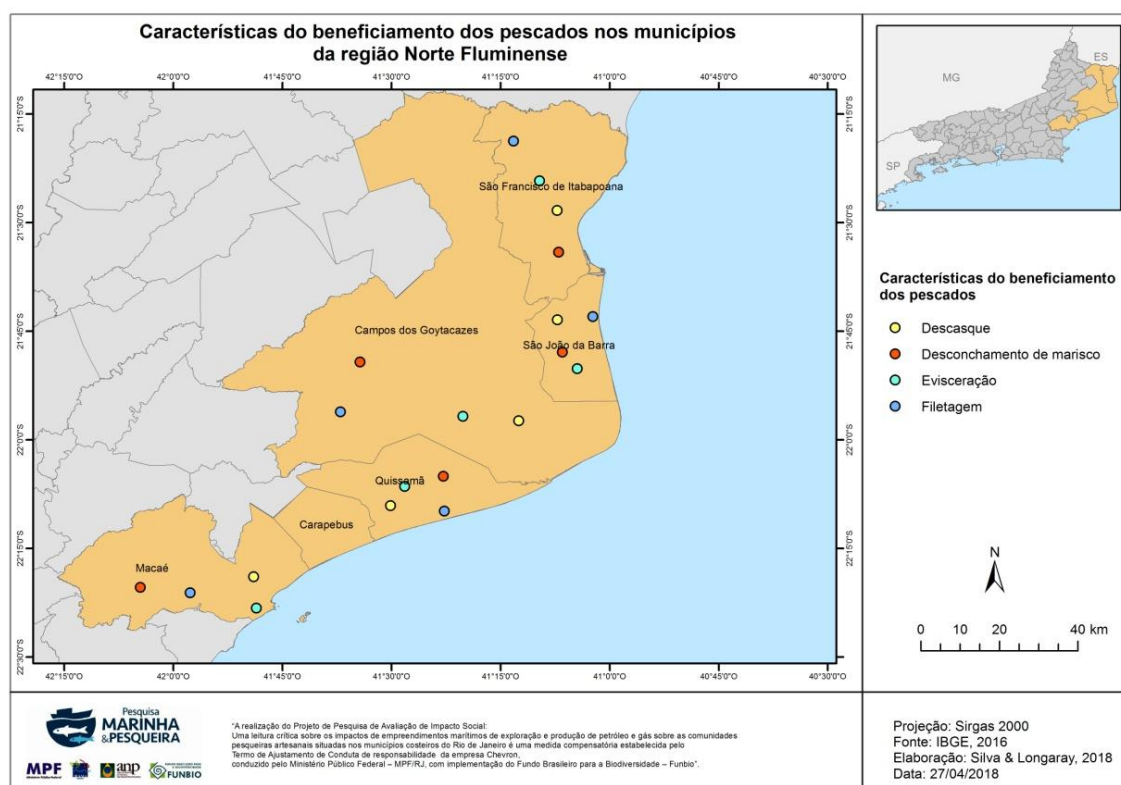
de venda, dada a toda uma rede de aviação devido a propriedade dos meios de produção e antecipação dos valores necessários à pescaria. Um exemplo, já abordado nesse relatório, são os preços baixos pagos pelos atravessadores às mulheres que atuam beneficiando o pescado no fundo de suas casas no Farol de São Tomé, em Campos de Goytacazes. Neste caso, o pescado que poderia ser comercializado por um determinado valor, tem seu preço aumentado quando repassado aos mercados locais e regionais pelos atravessadores.

Existem fatores que dificultam a autonomia dos pescadores artesanais neste processo, como por exemplo, a perecibilidade dos recursos pesqueiros e a necessidade de tecnologias para sua conservação. Isso faz com que os(as) pescadores(as) que não são proprietários dos meios de produção se tornem dependentes dos indivíduos proprietários, formados por comerciantes ou atravessadores de pescado. Uma saída para essa situação com os atravessadores, conforme Mendonça *et al.* (2010), é a criação de entrepostos, onde a gestão municipal, através de políticas públicas, oferece insumos, petrechos, equipamentos em geral, de forma mais barata, aos pescadores para que estes não dependam mais dos atravessadores, retomando assim sua autonomia.

Quanto às formas de conservação do pescado na comercialização, somente Campos dos Goytacazes e Macaé apontaram informações, conservando em geladeira, freezers, gelo e isopor (PEA PESCARTE, 2015). No primeiro, além dessas formas, conserva-se o pescado seco e defumado, o que também se caracteriza como uma forma de beneficiamento (ENGEIO, 2016d).

Na região, o pescado é comercializado beneficiado (PEA PESCARTE, 2015). Contudo, não há informações acerca da quantidade e tampouco se há comercialização *in natura*, em que o produto é apenas congelado ou conservado em gelo, característica descrita para comunidades de Macaé e Campos dos Goytacazes (ENGEIO, 2016b 2016d). As formas de beneficiamento do pescado na região são: evisceração, filetagem, descasque e desconchamento de mariscos (PEA PESCARTE, 2015) (Figura 12). Identificam-se como responsáveis pelo beneficiamento tanto famílias de pescadores, quanto atravessadores, peixarias e frigoríficos.

Figura 12: Formas de beneficiamento de pescado na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de PEA PESCARTE (2015).

Campos dos Goytacazes apresenta grupos de mulheres que atuam em suas residências e atravessadores ou donos de peixarias/frigoríficos como responsáveis pelo beneficiamento dos pescados. Estes pagam pelos serviços prestados pelas mulheres. Estas, por sua vez, geralmente não possuem estruturas adequadas e de qualidade para execução das tarefas de beneficiamento (PEA PESCARTE, 2015; ENGEIO, 2016b; 2016d). Em Macaé, os(as) responsáveis pela limpeza do camarão e peixe em peixarias e frigoríficos possuem carteira assinada. Todavia, aqueles(as) que não possuem vínculos empregatícios, nem acesso à direitos, são explorados(as) como mão de obra barata. É o caso das mulheres e filhos que atuam em “fundos de quintais”, no espaço familiar e de sua residência, em comunidades mais vulneráveis em Campos dos Goytacazes e Macaé (ENGEIO, 2016b; 2016d).

3.7 Infraestruturas da Cadeia Produtiva

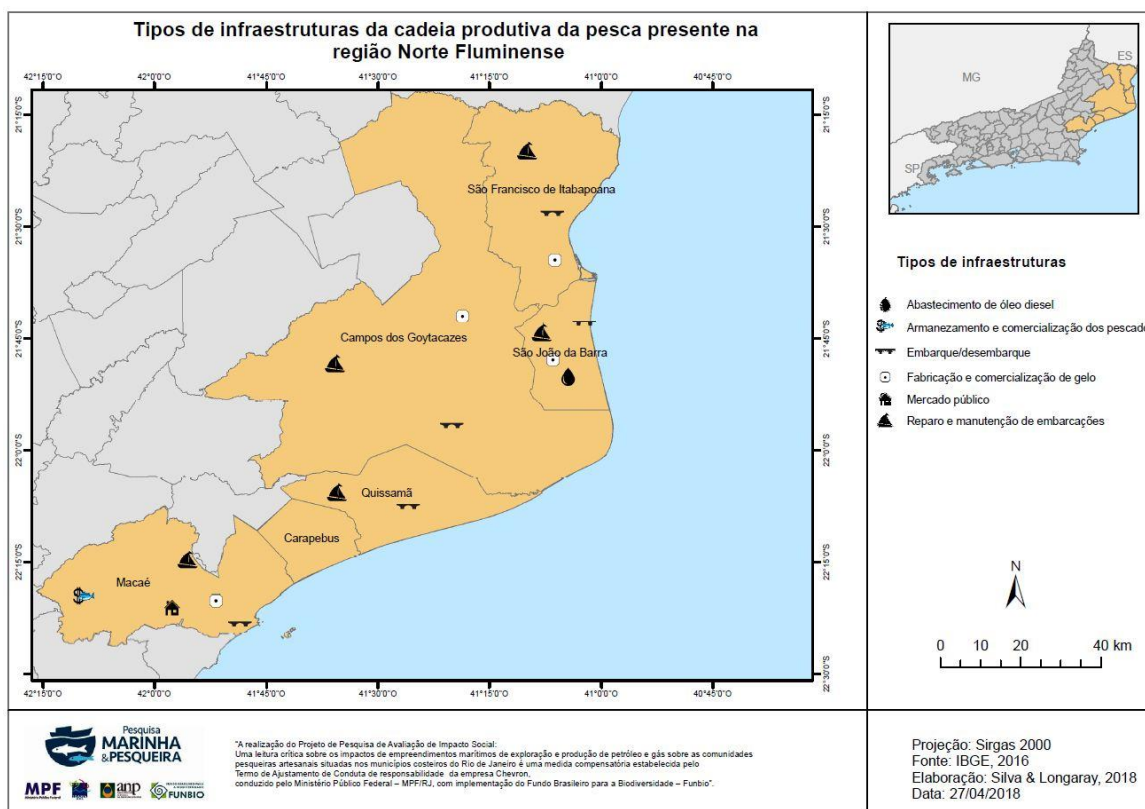
As infraestruturas de apoio a cadeia produtiva da pesca são de suma importância para a dinâmica dos(as) pescadores(as) artesanais. Essas podem ser caracterizadas pelos

locais de embarque/desembarque (trapiches, píeres, cais etc.), abastecimento de óleo diesel, estruturas de fabricação e comercialização de gelo, estruturas de beneficiamento e comercialização dos pescados, mercados públicos/pesqueiros, pontos de manutenção de petrechos e embarcações, dentre outros.

Nesta perspectiva torna-se essencial a identificação da disponibilidade e qualidade de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade pesqueira nas comunidades, bem como a propriedade das mesmas. Além disto, é importante compreender quem detém o poder sobre fornecimento de insumos, beneficiamento e comercialização nas diversas etapas.

Na região Norte Fluminense, apesar da baixa disponibilidade de informações sobre as infraestruturas, foi possível observar um maior destaque para as estruturas de embarque/desembarque (Figura 13). No que tange as questões de detalhamento sobre o funcionamento, propriedade, quantidade, também não foram muitas as informações disponibilizadas. Do mesmo modo, foram poucas as informações relacionadas ao acesso destas, assim como sobre a propriedade pública ou privada.

Figura 13: Tipos de infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes nos municípios da região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de FUNDAÇÃO PROZEE/ SEAP/PR/IBAMA (2004); FIPERJ(2013a); Silva (2013); Bau (2015); Portal do Farol (2015); ENGEIO (2016a; 2016b); FOLHA1(2017); Santos (2017); Prefeitura Municipal de Macaé (2018).

*O mapa contém a identificação das infraestruturas existentes, contudo, os pontos de cada infraestrutura não estão georreferenciados por falta de dados confiáveis relacionados.

Diante das pesquisas realizadas sobre as infraestruturas de apoio à atividade da pesca artesanal, percebeu-se que a maior parte dos municípios da região em tela possui alguma estrutura. No entanto, não foram encontrados dados sobre tais infraestruturas para o município de Carapebus, fato que inviabilizou uma análise completa para todos os municípios do Norte Fluminense. O detalhamento sobre as infraestruturas de apoio à atividade pesqueira artesanal encontra-se no Apêndice 1.

Apesar da existência de infraestruturas de apoio a atividade tradicional, ressalta-se a ausência de informações sobre a caracterização do funcionamento, responsabilidade e quantidade destas. A falta de informações dificulta a caracterização das infraestruturas importantes para a manutenção da pesca artesanal. É importante situar a relevância das questões de funcionamento destas, devido ao fato de que a qualidade das infraestruturas

influenciam na dinâmica e condições de trabalho dos(as) pescadores(as). Assim, torna-se possível compreender as necessidades dos atores envolvidos na atividade.

Embora exista uma deficiência de informações referentes ao estado de funcionamento das infraestruturas, foi possível verificar ao longo das buscas que grande parte das dificuldades enfrentadas pelos(as) pescadores(as) podem estar vinculadas a precariedade das infraestruturas de apoio a atividade. Neste contexto, Tazawa e Feres (2016) destacam alguns problemas enfrentados pelos pescadores da comunidade de Farol de São Tomé, no município de Campos dos Goytacazes. As autoras apontam que “*o preço do gelo é caro custa R\$ 6,00 reais, a caixa contém 25 quilos aproximadamente, o óleo diesel é caro não tem posto de abastecimento, falta terreno para construir o posto*” (TAZAWA; FERES, 2016. p. 9).

Outro exemplo que evidencia precariedade das infraestruturas de apoio é o dos(as) pescadores(as) da Praia de Guaxindiba, localizada em São Francisco de Itabapoana. Os atores apontam a falta de estrutura de desembarque, o que dificulta a dinâmica do trabalho devido à distância que estes têm que percorrer com seus pescados e os riscos de perda destes (CARDUME, 2014). Diante disto, percebe-se a importância da disponibilidade e qualidade destas infraestruturas para o desenvolvimento da atividade pesqueira.

No que tange aos assuntos referentes à responsabilidade pelas infraestruturas, apesar da falta de dados, pode-se perceber através das pesquisas o predomínio de infraestruturas que pertencem ao setor privado. Este fator influencia diretamente na dinâmica da atividade, pois torna os(as) pescadores(as) dependentes de certo modo do setor privado. Em relação às infraestruturas de utilização pública ou coletiva, destacam-se as seguintes:

- i. Embarque e desembarque – Cais da Coroa Grande, na comunidade de Coroa Grande; Porto do Farol de São Tomé, na comunidade de Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro da Estrada da Orla, todos no município de Campos dos Goytacazes. Ponte da Barra, Cais de Macaé e Cais do Mercado Municipal do Peixe de Macaé, localizados no município de Macaé (ENGEIO, 2016a, 2016b; FUNDAÇÃO PROZEE/SEAP/PR/IBAMA, 2004; PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2018; SANTOS, 2017; SILVA, 2013).

- ii. Armazenamento e comercialização dos pescados – Mercado Municipal do Peixe de Macaé, localizado no município de Macaé (FUNDAÇÃO PROZEE/ SEAP/PR/IBAMA, 2004; SILVA, 2013).
- iii. Mercado público – Mercado Municipal do Peixe de Macaé, localizado em Macaé (FUNDAÇÃO PROZEE/ SEAP/PR/IBAMA, 2004; SILVA, 2013).

Vale ressaltar que, quando a responsabilidade pelas infraestruturas de apoio a pesca artesanal é atribuída ao setor privado, conseqüentemente os(as) pescadores(as) tornam-se vulneráveis a este, tornando sua autonomia comprometida. Isso se dá devido ao fato dessas infraestruturas serem de suma relevância para o desenvolvimento de suas atividades tradicionais, então na medida em que o setor privado possui domínio sobre essas, os(as) pescadores(as) tornam-se, por consequência, dependentes dos atores que detém as infraestruturas. Esse fato culmina na fragilidade do grupo social afetado, tornando-os reféns do setor de maior poder. Nesta perspectiva, percebe-se a importância da gestão coletiva e pública das infraestruturas que fazem parte da cadeia produtiva da pesca, para a manutenção desta atividade.

3.8 Conflitos e/ou Problemas

Conflitos ambientais envolvem grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território e originam-se quando ao menos um grupo gera impactos indesejáveis sobre o outro (ACSELRAD, 2004). Sua importância está na manifestação dos grupos impactados por atividades econômicas e/ou por políticas públicas que deflagram o acesso desigual ao ambiente (ACSELRAD *et al.*, 2004). Outro fator que caracteriza os conflitos são os processos de reivindicações e confrontos entre os grupos envolvidos. Além deste conceito, outros fazem parte da gestão ambiental, como os problemas ambientais. Estes diferem de conflitos ambientais, pois são considerados problemas: situações onde há risco ou dano social/ambiental e não se tem reações ou reivindicações por parte dos grupos atingidos (QUINTAS, 2006).

O presente item caracteriza os conflitos e/ou problemas ambientais predominantes na região Norte Fluminense. Entretanto, outros conflitos oriundos de outros fatores, como “acesso aos serviços e equipamentos públicos pelos(as) pescadores(as)”; “a diferenciação

social no processo produtivo”; “a organização política dos(as) pescadores(as)”, também são apresentados, pois integram os documentos analisados.

Ressalta-se que foi bastante evidente nestes, a não diferenciação por parte da equipe técnica executora, de importantes conceitos que auxiliam na gestão ambiental. Conceitos como conflitos ambientais, problemas ambientais, impactos ambientais e aspectos ambientais são evidenciados como fatores semelhantes. O fato de não haver uma sistematização correta destes conceitos, culmina em um enorme volume de informação, sem detalhamento sobre os conflitos ambientais, nem análises críticas sobre estes.

A partir das informações pode-se compreender que ocorreu uma compilação de dados, possivelmente coletados através de entrevistas e diagnósticos participativos com os(as) pescadores(as), sendo efetuadas questões do tipo: “*Quais problemas e/ou conflitos enfrentados?*”. Destaca-se que, além da importância da dissociação dos conceitos, também deve ser levada em consideração a escala dos conflitos, para que ocorra a dissociação dos conflitos localizados e dos conflitos regionais.

Com relação à região Norte Fluminense, foi possível perceber conflitos e problemas de diferentes origens que afetam a dinâmica da pesca artesanal. Tiveram destaque os conflitos associados aos impactos da cadeia produtiva petrolífera; problemas associados às infraestruturas de apoio à atividade de pesca artesanal; problemas na organização do grupo social, entre outros (Quadro 2).

Através dos dados, podem-se perceber diferentes tipos de conflitos ambientais. Do mesmo modo, nota-se que grande parte dos municípios possui problemas e conflitos semelhantes. Destacam-se entre os conflitos/problemas predominantes: problemas associados aos impactos da cadeia produtiva petrolífera; vulnerabilidade social e descaso do poder público como a falta de acesso a serviços públicos (saúde, saneamento básico); problemas associados à falta de organização da classe e desmotivação quanto à atividade de pesca artesanal; problemas ocasionados sobre os recursos naturais, como degradação assoreamento.

Quadro 2: Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na região Norte Fluminense.

Problema/conflito	C.Goy	Car	Mac	Qui	SFI	SJB	Total
Impactos da cadeia produtiva petrolífera (redução dos espaços pesqueiros; redução das espécies; danos aos petrechos de pesca; plataformas ocasionando riscos; tráfego de grandes embarcações).	7	-	3	3	3	4	20
Vulnerabilidade social; Descaso do poder público; Carência de serviços e infraestruturas públicas, como saneamento básico; Falta de políticas públicas; Crescimento desordenado e ocupações irregulares.	3	2	3	3	2	3	16
Problemas associados às infraestruturas da cadeia produtiva da pesca (mercados pesqueiros; desembarque; comercialização).	1	-	1	2	1	-	5
Problemas associados à organização da classe (baixa participação das colônias; desinteresse dos(as) jovens; desmotivação dos(as) pescadores(as)).	3	2	3	3	3	2	16
Problemas ocasionados aos recursos naturais (degradação ambiental; assoreamento; poluição dos ambientes aquáticos).	4	3	2	1	3	3	16
Total	18	7	12	12	12	12	

Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Santos *et al.* (2017); SOMA (2014); Souza e Oliveira (2010).

Onde: C.Goy = Campos dos Goytacazes; Car = Carapebus; Mac = Macaé; Qui = Quissamã; SFI = São Francisco de Itabapoana; SJB = São João da Barra.

Foi possível perceber que na região Norte Fluminense houve um grande destaque para os problemas e conflitos associados à cadeia produtiva do petróleo e gás. A atividade petrolífera tem como forte característica a apropriação dos territórios aquáticos e terrestres, além da utilização de serviços ambientais. Como consequência disto, torna inviável a manutenção e reprodução social dos(as) pescadores(as) artesanais. No que se refere à região em questão, Leal (2013) aponta que o Norte Fluminense sofreu grandes mudanças com a descoberta de poços de petróleo na Bacia de Campos, afetando a população local, especialmente os(as) pescadores(as) artesanais¹⁰.

Com relação aos impactos oriundos dos fatores que envolvem a atividade petrolífera, também foi bastante evidente dentre os estudos os conflitos relacionados à implantação do Porto do Açú. O Porto do Açú é um grande empreendimento localizado no município de São João da Barra. Segundo Passos *et al.* (2017), os(as) pescadores(as) já eram muito prejudicados com as atividades petrolíferas e a instalação deste empreendimento acarretou em enormes impactos a atividade da pesca artesanal. Sendo assim, Passos *et al.* (2017) destaca que:

“a implantação de um grande projeto, em área próxima, guardando imensos perímetros de proibição da atividade pesqueira, bem como implantando redes de tubulações que podem causar acidentes, terminou por ameaçar a própria sobrevivência da atividade e a reprodução social dos trabalhadores da pesca” (PASSOS *et al.*, 2017, p. 9).

Outro problema bastante evidente nesta região é a vulnerabilidade social e a degradação dos recursos naturais. Com o aumento das indústrias e da população, em conjunto com as falhas nos planejamentos públicos, ocorre por consequência a pressão sobre os serviços de utilidade da população, fato que aumenta a vulnerabilidade dos grupos sociais com menor poder aquisitivo como, por exemplo, os(as) pescadores(as) artesanais. Neste processo Ferreira (2011) aponta fatores que culminam em injustiças ambientais¹¹. Sendo assim, a autora aborda como exemplo os usos heterogêneos no município de Macaé, os quais associados ao crescimento populacional e econômico, provenientes na maior parte da dinâmica da cadeia produtiva petrolífera do Norte

¹⁰ Esse conflito também é relatado no “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” elaborado pela FIOCRUZ/FASE. Disponível em: <https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

¹¹ De acordo com Herculano (2008) Injustiça Ambiental é “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008, p. 2).

Fluminense, ocasionam as desigualdades sociais (FERREIRA, 2011). Dessa forma, os(as) pescadores(as) artesanais sofrem tanto por serem a parcela mais vulnerável neste cenário, como também pelo fato de terem prejuízos na dinâmica de seus trabalhos e renda devido a dependência dos recursos naturais (LEAL, 2013).

Além dos problemas já evidenciados, também tiveram destaque a falta de organização dos(as) pescadores(as), a baixa motivação para manutenção da atividade de pesca artesanal, problemas associados as infraestruturas, dentre outros. Neste contexto, foram abordados fatores da região que influenciaram a desmotivação por parte dos(as) pescadores(as) para seguir na atividade tradicional. Os conflitos oriundos da atividade petrolífera se reverberam em impactos sobre os recursos e áreas de pesca, fato que reflete diretamente de forma negativa na renda familiar. Outro impacto desta atividade é a mudança do perfil socioeconômico do Norte Fluminense. Por trazer outras oportunidades de trabalho para a região, acabou despertando o interesse dos jovens, os motivando a não seguir na atividade tradicional (LEAL, 2013).

Para finalizar, ressalta-se que na meta/objetivo específico 3 do presente projeto serão realizadas maiores análises sobre os assuntos que envolvem os conflitos ambientais presentes nas comunidades de pesca artesanal da zona costeira do estado do Rio de Janeiro.

3.9 Projetos e/ou Ações Desenvolvidos nas Comunidades Pesqueiras

O presente tópico tem por objetivo diagnosticar a existência de projetos, programas ou ações desenvolvidas nas comunidades pesqueiras. Para tal, foram apreciados projetos de diferentes âmbitos, além das medidas mitigadoras e dos programas desenvolvidos no licenciamento ambiental. Ainda, foram consideradas as ações e projetos por diferentes perspectivas, tais como a geração de trabalho e renda, qualificação profissional, ações socioambientais, melhoras na cadeia produtiva da pesca, dentre outros.

É de suma importância o conhecimento das participações das comunidades pesqueiras em projetos diversificados que atuem na melhoria da qualidade de vida, pois diante do entendimento sobre a ocorrência ou não ocorrência de projetos nessas

comunidades, torna-se possível a verificação da organização das comunidades pesqueiras, bem como sua (in)visibilidade diante da sociedade.

Identificar os projetos e/ou ações desempenhados nas comunidades pesqueiras permite a compreensão do funcionamento e eficácia destes para os(as) pescadores(as) artesanais e suas famílias, bem como se trazem impactos positivos. Outro fator essencial neste processo é a identificação dos envolvidos e/ou responsáveis pelos projetos e/ou ações. Nesta perspectiva, compreendem-se quais os possíveis parceiros dos atores sociais, além se tornar possível compreender quais os grupos e entidades que possuem maiores atuações nas comunidades pesqueiras da região em questão.

Em relação aos projetos e ações desempenhadas na região Norte Fluminense, foi possível perceber que existem diferentes objetivos. Abaixo são apresentados os nomes dos projetos/ações, os objetivos destes, as instituições parceiras e/ou financiadoras, o período dos projetos e os municípios que estes abrangem (Quadro 3).

Quadro 3: Projetos predominantes nos estudos sobre a região Norte Fluminense.

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC)	Incentivar e fortalecer a organização comunitária, incentivar e promover a participação popular na definição de políticas públicas, produzir e disseminar conhecimento nas perspectivas de uma Educação Ambiental crítica e transformadora, formar cidadãos para o pleno exercício de sua cidadania, com ênfase na gestão ambiental e no controle social, ampliar o debate sobre o uso dos recursos ambientais, em especial, nos processos de licenciamento. Seu público prioritário são os jovens e as lideranças comunitárias da região.	Petrobrás; Chevron; Statoil; Shell Brasil; PetroRio S.A.	Início 2008	Campos dos Goytacazes; Carapebus; Casimiro de Abreu; Macaé; Quissamã;; São Francisco de Itabapoana; São João da Barra
Projeto PESCARTE	Objetiva a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação, bem como o seu envolvimento na profissional construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda.	Centro de Ciências do Homem (CCH); Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Petrobras	Início em 2014	; Macaé; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Programa de Educação Ambiental Observação	Monitorar os impactos da cadeia produtiva de petróleo, enfatizando a relevância dos sujeitos de conhecer seus direitos e exercerem o controle social. Este é uma medida de mitigação exigida pelo IBAMA como condicionante de licenciamento ambiental.	PetroRio S.A.; AMBIENTAL Engenharia e Consultoria	Sem informação	Macaé; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Projeto Territórios do Petróleo	Promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos <i>royalties</i> e participações especiais, incentivar a constituição de Núcleos de Vigília Cidadã e realizar ações e/ou atividades educativas, tendo como público prioritário os representantes dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo, além de beneficiar, nas suas atividades abertas, membros da sociedade civil organizada, com posições sociais e liderança nos municípios de atuação do projeto. Condicionante de licenciamento ambiental exigido pelo IBAMA.	Centro de Ciência do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Financiada pela Petrobras	Início em 2015	Macaé; Carapebus; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra.
Projeto Pólen	Fortalecer a autonomia individual e coletiva para a organização social; compreensão da diversidade e complexidade das questões ambientais;	Petrobrás	Encerrado em 2012	Macaé; Carapebus, Quissamã; Campos dos

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
	desenvolvimento de ações mobilizadoras junto a outros atores que contribuam para a resolução de questões ambientais. Este foi Medida mitigadora do licenciamento ambiental exigida pelo IBAMA.			Goytacazes; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente – REMA	Organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, na perspectiva de prepará-los para uma participação qualificada na gestão ambiental, visa, ainda, promover o reconhecimento e a valorização da identidade das comunidades pesqueiras e o sentimento de pertencimento dos jovens dessas comunidades.	Responsabilidade da Chevron Brasil.	Início em 2013	Macaé; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Programas CERTIFIC/PESCA	Visa a construir e implementar uma política para formação humana na área da pesca em diversas regiões do Brasil que a curto prazo, certifique trabalhadores que há muito tempo desempenham uma função, mas não possuem diploma que comprove sua formação. Este atua no desenvolvimento de políticas públicas de educação profissional, científica e tecnológica, voltada para o atendimento de trabalhadores, que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação profissional.	Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, em parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF) de Campos dos Goytacazes – RJ	SI	Campos dos Goytacazes
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP - CGG	Compensar as comunidades pesqueiras artesanais em que suas dinâmicas e atividades pesqueiras foram e são afetadas por grandes empreendimentos. Este tem como sujeitos os pescadores artesanais em geral.	SI	Início em 2006	São Francisco de Itabapoana; São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Quissamã; Macaé
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP - OGX	Objetiva a compensação nas comunidades pesqueiras que sofreram alterações devido a influência de grandes empreendimentos. Atua com pescadores artesanais em geral	SOMA Meio Ambiente e Desenvolvimento	Início em 2009	Campos dos Goytacazes; Macaé; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP – Bacia de Campos/BC	Compensar as comunidades pesqueiras artesanais em que suas dinâmicas e atividades pesqueiras foram e são afetadas por grandes empreendimentos. O PCAP trabalha com pescadores artesanais em geral	Petrobras; ENGEO Soluções integradas	Início em 2011	São Francisco de Itabapoana; São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Quissamã; Macaé

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP – PGS (BMC-47)	Visou atuar na compensação dos impactos ocasionados sobre a pesca durante a perfuração do poço Juxia, no bloco BM-C-47. Este possui como atores envolvidos os pescadores artesanais em geral	Equinor; PGS	Início em 2012	São Francisco de Itabapoana; São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Macaé
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP - Oceangeo	Melhora na qualidade de vida do público (pescadoras), com isso, realizou-se melhorias nos locais coletivos de beneficiamento da comunidade de Barra do Furado. Além da entrega de kits de grupos e individuais	Empresa GEORXT; Consultoria: Koru consultoria socioambiental	Início em 2013	Quissamã
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP - FOCO	Contribuir para o fortalecimento na geração de renda das mulheres das comunidades pesqueiras que participam do PEA-FOCO, através da disponibilização de cursos de qualificação e o estabelecimento de cozinhas pedagógicas	Statoil; Equinor	Início em 2014	São Francisco de Itabapoana; São João da Barra
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP – (BMC-7)	Compensar as comunidades pesqueiras artesanais em que suas dinâmicas e atividades pesqueiras foram e são afetadas por grandes empreendimentos. Atua com os pescadores artesanais em geral	ENGEO Soluções integradas; PGS	Início em 2014	Campos dos Goytacazes e Macaé
Plano de Compensação da Atividade Pesqueira PCAP – Rota de Cabiúnas	Realizar ações de compensação para as comunidades pesqueiras artesanais que sofreram e sofrem alterações nos seus cotidianos devido as atividade de grandes empreendimentos	Petrobras; PGS; ENGEO Soluções integradas	Início em 2015	Campos dos Goytacazes; Quissamã; Macaé
Oficinas e palestras sobre o Programa de Educação Previdenciária	Visou informar sobre aposentadoria, além de serviços, como informações sobre o Cheque Cidadão Municipal, cadastro e recadastramento no Programa Bolsa Família e isenção de taxa para a primeira e a segunda vida da carteira de identidade	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do município de Campos dos Goytacazes	Início e término em fevereiro de 2016	Campos dos Goytacazes, na comunidade de Coroa
Programa de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (PEA-FOCO)	Favorecer a emancipação das mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal e o reconhecimento de seu papel e atuação nos domínios econômico, social e ambiental da região, respeitando as relações de interdependência próprias da vida comunitária.	Petrobras, Petrório, Schell, Statoil e Chevron.	Início em 2013	São Francisco de Itabapoana (Comunidades: Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana); São João da Barra

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
				(Comunidades: Atafona, Açú e Quixaba)
Programa Municipal de Saúde e Segurança do Pescador	Melhorar a qualidade de vida da classe pesqueira de São João da Barra, com ações de atendimento médico e odontológico gratuito, além de palestras e debates sobre fatores de risco à saúde dos pescadores.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAP) e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)	Início em 2014	São João da Barra
Centro de Formação de Pescadores de Atafona João Pereira	Atuar como um espaço para treinamento e qualificação profissional do pescador fluminense.	Colônia Z-2 em parceria com a empresa LLX e o Instituto Federal Fluminense	Inaugurado em 2012	São João da Barra (Comunidade: Atafona)
Curso de Boas Práticas na Manipulação e Beneficiamento do Pescado	Estimular a visão empreendedora dos alunos e mostrar as possibilidades de negócio do setor.	Empresa Ferroport, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Cooperativa Arte Peixe e teve apoio de prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Pesca	Início e término em 2017	São João da Barra (Comunidade de Quixaba)

Fontes: Souza e Caetano (2012); Oliveira *et. al* (2013); Petrobras (2013); SOMA (2014); KORU (2017); PEA-BC (2017); SJB (2017); Equinor (2018); Governo do Rio de Janeiro (2018); Prefeitura de Campos (2018); SJB (2018).

*Onde: SI = Sem informação.

Foi possível perceber que no Norte Fluminense existem projetos e/ou ações de diferentes âmbitos, ou seja, com diferentes objetivos. Diante disto, tiveram destaque os projetos nas linhas de geração de trabalho e renda, fortalecimento comunitário, incentivo à cidadania, melhorias na cadeia produtiva da pesca, dentre outros.

Com relação aos projetos de geração de renda, são desenvolvidas ações e alternativas que visam complementar a renda familiar. Os projetos no âmbito do fortalecimento comunitário e incentivo à cidadania operam sob a perspectiva de despertar a criticidade nas comunidades pesqueiras, para que estas atuem em processos que envolvam assuntos do cotidiano, na busca da valorização dos trabalhos desempenhados nestas. Quanto aos projetos que abordam questões referentes a melhorias na cadeia produtiva da pesca, ocorreram diferentes ações como a melhora na etapa do beneficiamento do pescado tanto de modo individual como coletivo. Além destes citados como destaque, ainda há projetos que contribuem de maneira importante para a melhora na qualidade de vida dos(as) pescadores(as) artesanais, como por exemplo ações entorno da saúde das comunidades pesqueiras.

Uma importante questão, bastante evidente para a região Norte Fluminense, é a existência de Programas de Educação Ambiental. De acordo com a IBAMA (2010) os PEAs são um *“conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional”*. Estes programas são exigidos como medidas mitigadoras para o licenciamento ambiental das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás. Neste contexto, os programas atuam em linhas de ação diferentes, de forma conjunta com a gestão ambiental em determinados espaços (IBAMA, 2010).

No decorrer das análises percebeu-se uma diversidade de projetos realizados na região Norte Fluminense. Além disto, destaca-se o envolvimento de varias instituições parceiras para a elaboração e desenvolvimento destes. Entre as instituições financiadoras e parceiras destaca-se a atuação da Petrobras, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), colônias de pescadores, associações de pesca, prefeituras e

secretarias municipais, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), dentre outras.

Por fim, vale ressaltar que é de extrema importância a compreensão e análise dos objetivos dos projetos, programas e ações que atuam nas comunidades de pesca. Essa percepção pode contribuir de modo a trazer impactos positivos na dinâmica de vida deste grupo social. Além disso, é essencial levar em consideração o desenvolvimento dos projetos, no intuito de verificar que impactos geram de fato nas comunidades. Nesta perspectiva, deve-se analisar se as mudanças atuam de forma positiva ou até mesmo negativa para as comunidades, tornando-se relevante a compreensão dos impactos ocasionados pelos projetos nas comunidades de pescadores(as) artesanais.

3.10 Políticas Públicas Acessadas pelos Pescadores(as) Artesanais

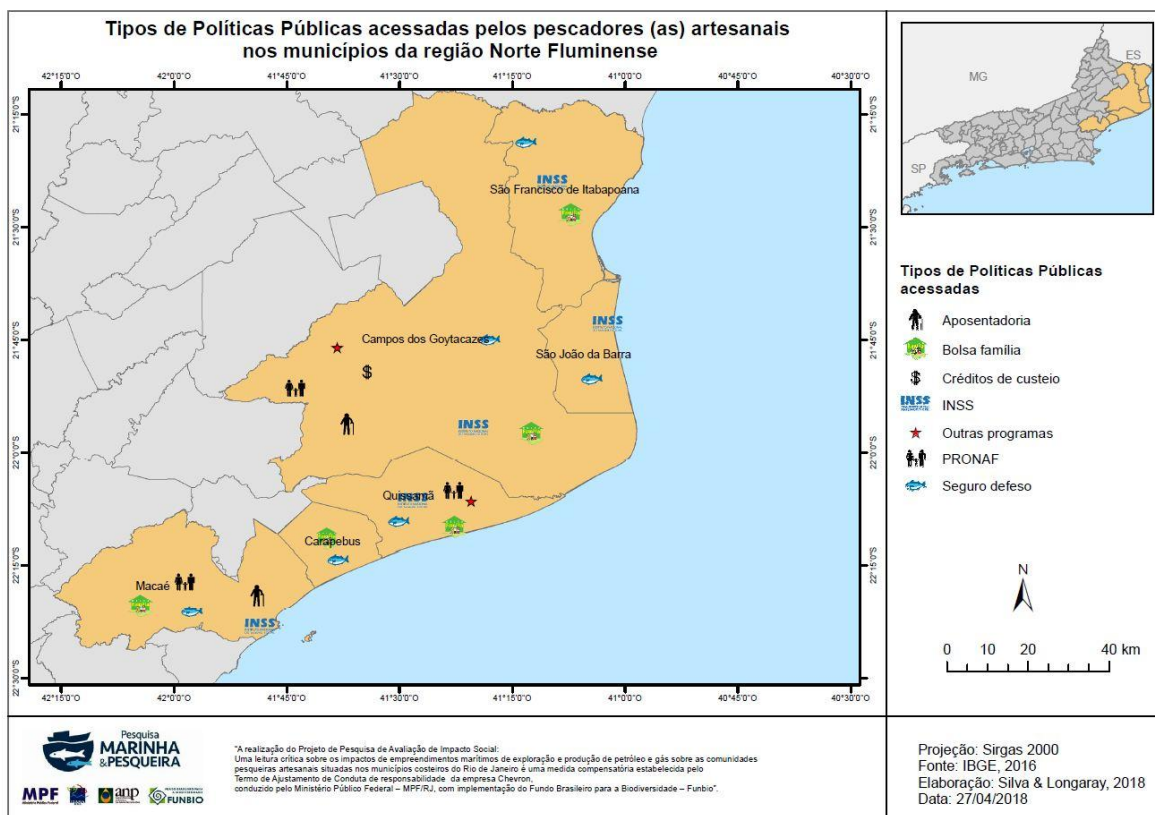
As definições sobre políticas públicas vêm sendo desenvolvidas por diferentes teóricos ao longo dos anos. De acordo com Lynn (1980), políticas públicas são um conjunto de ações governamentais com resultados específicos. Já para Peters (1986), é o resultado da soma de atividades exercidas pelo governo de forma direta ou indireta, que influenciam a vida dos cidadãos. Ainda assim, a definição mais conhecida é apresentada por Laswell. Este postula que decisões e análises sobre política pública implicam em responder as seguintes questões: quem ganha o quê; por quê; e que diferença faz (SOUZA, 2006).

É importante ressaltar que as políticas públicas podem ser elaboradas tanto pelo Estado quanto por instituições privadas, desde que se refiram às questões públicas, indo assim além das políticas governamentais. Desse modo, pode-se dizer que o que define uma política pública é o “problema público” (MEDEIROS, 2013). Após sua formulação, estas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Uma vez em ação, as políticas públicas são implementadas, sujeitando-se a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

No Brasil, Azevedo e Pierri (2014) analisaram a política pesqueira entre 2003 e 2011, destacando que esta segue a tendência geral do governo brasileiro neste período.

Além disso, ressaltam que as políticas se focam em medidas distributivas e apresentam debilidade nas políticas universalizantes. O Norte Fluminense oferece variadas políticas públicas que são acessadas pelos(as) pescadores(as) artesanais nos municípios aos quais corresponde a região (Figura 14), contemplando a seguridade social, Bolsa Família, entre outros.

Figura 14: Políticas públicas acessadas pelos pescadores(as) artesanais na região Norte Fluminense.



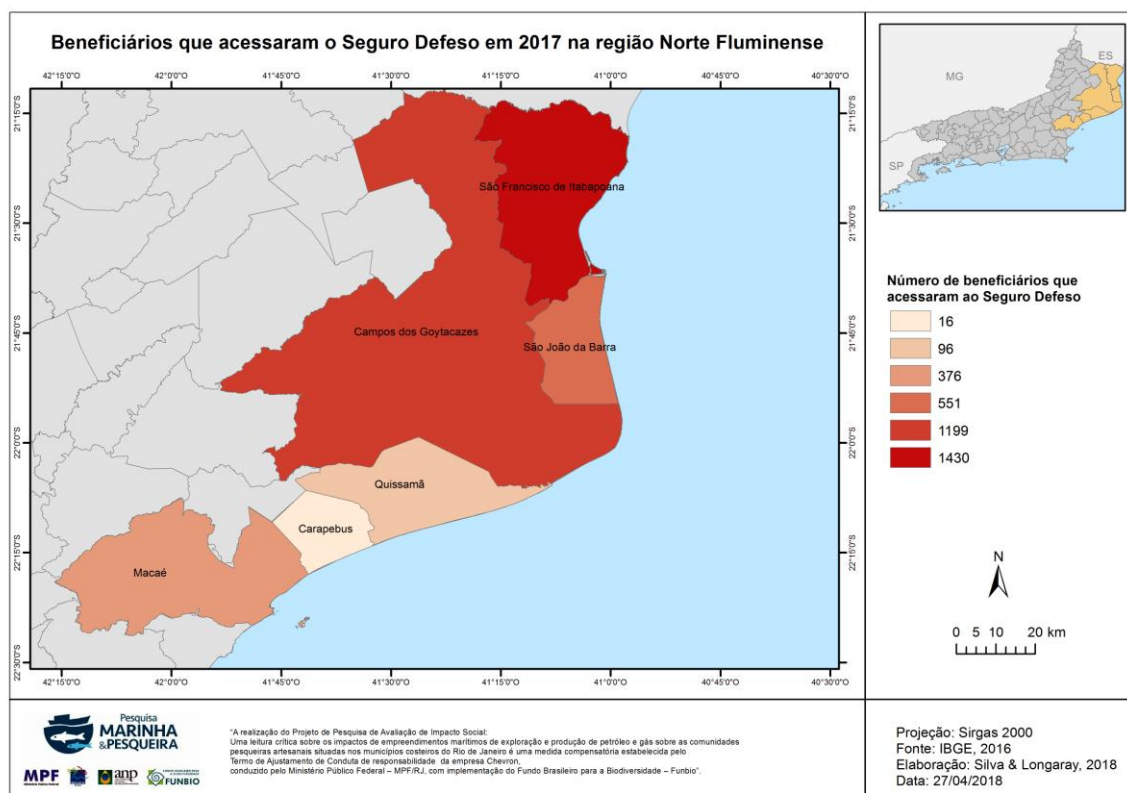
Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Abrêu et al (2010); PEA PESCARTE (2015); ENGEIO (2016d); Portal da Transparência (2017); MDS (2018a; 2018b).

Quase todas as comunidades dos municípios da região Norte Fluminense apresentam pescadores(as) artesanais com acesso aos seguintes direitos trabalhistas: INSS e seguro defeso. As comunidades de Coroa Grande e Terminal Pesqueiro, em Campos dos Goytacazes e; de Caxias, em Quissamã apresentam também o registro de acesso ao Bolsa

Família. Por outro lado, Nova Esperança e Nova Holanda, ambas em Macaé apresentam apenas o registro de acesso ao INSS.

Criado em 27 de junho de 1999 pelo Decreto nº 99.350, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem como competência reconhecer os direitos dos segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que em 2017 abrangeu mais de 33 milhões de beneficiários (MDS, 2018c). Os(as) pescadores(as) artesanais estão incluídos na categoria de segurado especial (MF, 2018). A categoria também abrange os(as) cônjuges, companheiros(as) e filhos(as) maiores de 16 anos que trabalham com a família na atividade. Já o seguro defeso (Figura 15) é um benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, cedido ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira artesanal. O valor do seguro é de um salário-mínimo mensal, pago durante o período em que a captura de determinado recurso pesqueiro é proibida (BRASIL, 2003).

Figura 15: Relação do número de pescadores com acesso ao seguro defeso por município na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Portal Transparência (2017).

O acesso ao seguro defeso é definido em decorrência da dependência que o(a) pescador(a) artesanal tem de exercer sua atividade de pesca sobre determinada espécie, utilizada como produto. Caso esta conste na lista protegida pelo período, o(a) pescador(a) tem o direito ao benefício, objetivando a preservação da espécie alvo a ser capturada. Cada profissional acessa o seguro defeso apenas para uma espécie, mesmo que ocorra a sobreposição de espécies pescadas.

De acordo com os dados do Portal Transparência (2017), 3.718 pescadores(as) artesanais receberam o benefício na região Norte Fluminense em 2017. Já em 2015, foram 3.974 os(as) beneficiados(as), ainda que houvesse 7.248 pescadores(as) artesanais com registro no RGP (PEA PESCARTE, 2015), correspondendo a 55% do total de pescadores(as) artesanais com acesso ao benefício para aquele ano.

Os municípios de Carapebus e Macaé foram aqueles com a menor porcentagem de contemplados com o benefício, correspondendo a 0,13% e 0,20% do total de pescadores(as) com registro beneficiados(as), respectivamente. Muitas vezes, há uma grande discrepância relacionada ao recebimento deste benefício. Seja em decorrência da falta de emissão da carteira do pescador por parte do governo federal¹², seja por problemas relacionados ao fato de muitas vezes o programa ser direcionado a outros grupos, constituídos não por pescadores(as) artesanais (ou sequer são pescadores(as) de qualquer origem) (CAMPOS; CHAVES, 2014). Tendo em vista as dificuldades de acesso a tal política, torna-se necessário melhorar as condições que a fomentam, já que o seguro defeso é um benefício de extrema importância, possibilitando a continuidade das condições de subsistência para o profissional artesanal da pesca.

O Programa Bolsa Família foi outra política pública declarada como acessada nas comunidades dos municípios do Norte Fluminense. Este é um programa do Governo Federal que auxilia no complemento da renda familiar, além de contribuir para o combate à pobreza, reforçar o acesso à educação, saúde e assistência social e interagir com outras

¹² INTER TV REGIÃO DOS LAGOS. Pescadores têm dificuldades para receber seguro defeso em Cabo Frio, no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/pescadores-tem-dificuldades-para-receber-seguro-defeso-em-cabo-frio-no-rj.ghtml>>. Acessado em: 16/08/2018.

políticas governamentais que estimulam o desenvolvimento familiar, o que contribui para a superação da vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2015).

Na região Norte Fluminense, exceto Carapebus, os moradores dos demais municípios apresentam acesso ao Bolsa Família. Em junho de 2018 55.712 famílias foram beneficiadas nos municípios que compõe a região. Em contrapartida, apenas 458 famílias de pescadores(as) artesanais recebeu o benefício de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (PORTAL SAGI, 2018). O valor médio do benefício para as famílias na região é de R\$194,94 (cento e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos). O município de São Francisco de Itabapoana apresenta-se com o maior número de famílias de pescadores(as) artesanais recebendo o benefício no período, correspondendo à 4,15% do total de famílias que acessam o direito no município (PORTAL SAGI, 2018).

As comunidades de Farol de São Tomé e Ponta Grossa dos Fidalgos, ambas em Campos dos Goytacazes e de Barra do Furado, no município de Quissamã também apresentam acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF é responsável pelo financiamento de projetos individuais ou coletivos, objetivando a geração de renda (SAF, 2018). O programa foi criado em meados da década de 1990 direcionado a agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária, mas, cerca de 10 anos depois de sua criação, passou a ter também como público-alvo os(as) pescadores(as) artesanais. Isso se dá através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que equipara o(a) pescador(a) artesanal ao agricultor(a) familiar, reconhecendo-os oficialmente como beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Geralmente, a pesca artesanal está atrelada a condições de vulnerabilidade e precariedade social, mesmo para aqueles que possuem seus próprios meios de produção, trabalhando individualmente e de forma autônoma, em regime de economia familiar (SILVA; NASCIMENTO, 2014). Este fato é bastante recorrente na atividade pesqueira artesanal, tendo em vista que se encontra nos limites entre o formal e informal, já que há dificuldades na modernização deste setor. Os principais entraves são relacionados a problemas de infraestrutura de armazenamento e abastecimento do pescado, bem como no processo de venda, passando muitas vezes por atravessadores.

Acessar determinadas políticas públicas, principalmente aquelas vinculadas aos direitos trabalhistas, muitas vezes encontra barreiras no processo de normatização. Regulamentações legais e instruções normativas muitas vezes desencadeiam dificuldades burocráticas para o acesso a tais políticas (SILVA; NASCIMENTO, 2014). Tais dificuldades fazem com que, muitas vezes, na tentativa de ampliar a renda familiar, os(as) pescadores(as) artesanais se submetam a trabalhos informais, muitas vezes insalubres e exploratórios, com má remuneração.

Tendo em vista a importância do acesso às políticas públicas pelos(as) pescadores(as) artesanais, é imprescindível a realização de estudos mais aprofundados sobre estes, considerando todo o processo – desde quem acessa, até que forma o acesso é efetuado. Apesar de existirem poucas informações acerca dos benefícios acessados pelos(as) pescadores(as) artesanais na região Norte Fluminense, é possível perceber que algumas comunidades são beneficiadas com alguns programas. Ainda assim, é preciso um maior detalhamento sobre o acesso destes às políticas públicas na Região, pois assim torna-se possível um panorama real sobre a importância destas para os beneficiados.

3.11 Demandas Elencadas pelas Comunidades Pesqueiras na Região Norte Fluminense

É de suma importância compreender as necessidades elencadas pelas comunidades de pescadores(as) artesanais, tanto com relação à qualidade de vida, quanto, mais especificamente, à cadeia produtiva da pesca. Neste contexto, se torna imprescindível enumerar as informações que caracterizam as principais necessidades destas, como, por exemplo, relacionadas aos serviços e infraestrutura, estabelecendo aquelas que são mais urgentes, prioritárias.

A seguir, no Quadro 4 estão relacionadas as principais demandas apresentadas pelas comunidades de pescadores(as) dos municípios da região Norte Fluminense, com exceção de Carapebus.

Quadro 4: Demandas elencadas pelas comunidades de pescadores(as) artesanais dos municípios da região Norte Fluminense.

Município	Comunidade	Demandas
Campos dos Goytacazes	Coroa Grande	Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Fábrica de gelo; Recomposição de mata ciliar; Aumentar a fiscalização; Mercado de peixe/Feira do Peixe
	Farol de São Thomé	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Tanque produção pescado; Reformar/Gerenciar as Comportas; Cooperativa; Diminuir a Poluição; União/Organização dos Pescadores; Preço do Pescado;
	Lagoa de Cima	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Tempo adequado ao defeso
	Lagoa do Campelo	Local de abastecimento de combustível; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Transporte/escoamento; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Reformar/Gerenciar as Comportas; Criação de Barragens
	Parque Prazeres	Fixação da barra/boca de barra; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Retirada do INEA
	Ponta Grossa dos Fidalgos	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Reformar/Gerenciar as Comportas; Comunicação; União/Organização dos Pescadores; Limpeza do Porto
	Terminal Pesqueiro	Fixação da barra/boca de barra; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa
	Tocos	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Mercado de peixe/Feira do Peixe

Município	Comunidade	Demandas
Macaé	Barra de Macaé	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores; Mercado de peixe/Feira do Peixe
	Lagoa de Imboassica	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível
	Nova Esperança	Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível
	Nova Holanda	SI
Quissamã	Barra do Furado	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Divulgar a área de pesca; Parceria com IBAMA / INEA
	Caxias	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Diminuição do preço do combustível; Aumentar a fiscalização; Reformar/Gerenciar as Comportas
	Centro	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Aumentar a fiscalização
	Ribeira	Estrutura de beneficiamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Reformar/Gerenciar as Comportas; Construção de Quebra-Mar; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores; Preservação Ambiental; Mercado de peixe/Feira do Peixe
	Gargaú	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória;

Município	Comunidade	Demandas
		Cooperativa; União/Organização dos Pescadores; Preço do Pescado; Preservação Ambiental; Mercado de peixe/Feira do Peixe
	Guaxandiba	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Construção de Quebra-Mar; Cooperativa; Cursos para filhos de pescador; União/Organização dos Pescadores; Preço do Pescado
	Lagoa Feia	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Reformar/Gerenciar as Comportas; Combate à pesca predatória; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores
São João da Barra	Açú	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Reformar/Gerenciar as Comportas; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores
	Atafona	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores; Preço do Pescado
	Grussaí	Fixação da barra/boca de barra; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização
	São João da Barra	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; União/Organização dos Pescadores

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados do PEA PESCARTE (2015).

*Onde SI = Sem Informação.

De acordo com o Quadro 4, pode-se perceber que as principais demandas dos(as) pescadores(as) artesanais da região Norte Fluminense estão relacionadas às infraestruturas de apoio à atividade pesqueira. Também há um grande destaque para a preocupação destes profissionais com relação ao meio ambiente, com recomposição da mata ciliar e limpeza dos corpos hídricos. Do mesmo modo, são citadas as questões sociais, como organização das comunidades e valorização da atividade e do profissional.

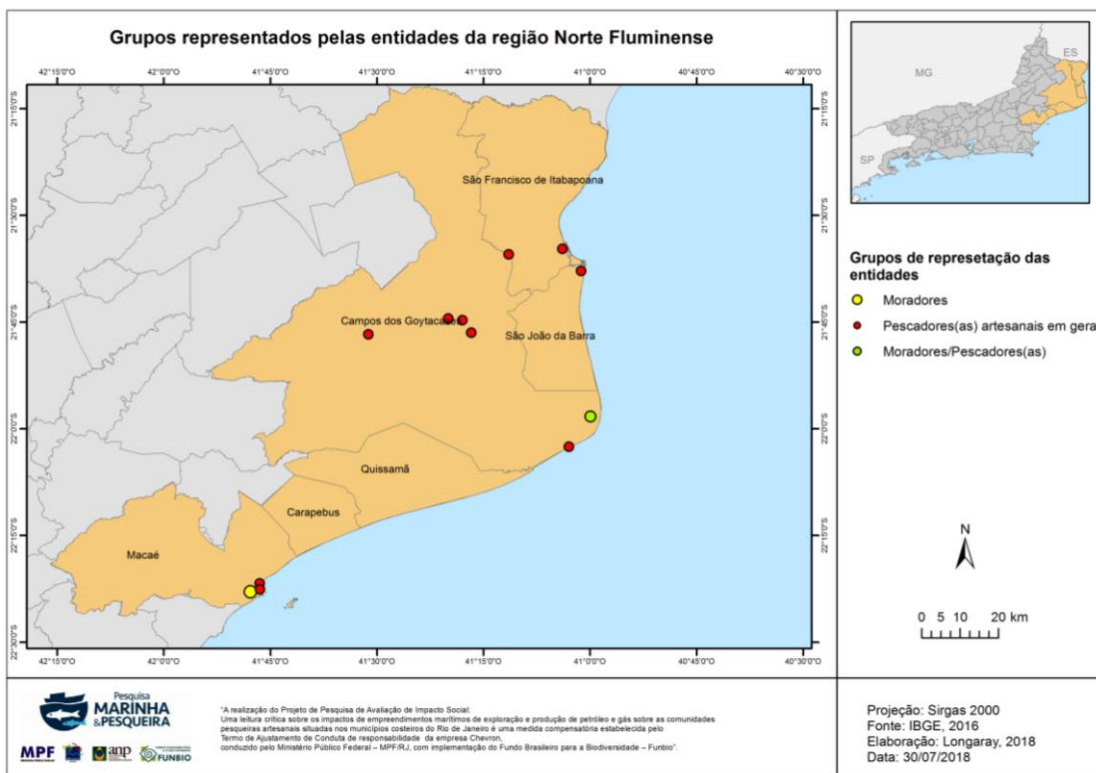
3.12 Organizações Representativas

Analisar as organizações/entidades representativas de pescadores(as) artesanais é de suma importância na medida em que estas atuam na representação da classe e de modo coletivo. Queiroz (2016) aborda a importância da participação coletiva em diferentes espaços, onde a troca de experiências possibilita o fortalecimento comunitário. Além disso, a participação dos grupos em espaços públicos é essencial, assim se torna possível verificar as formas de organização destes e como os(as) pescadores(as) se identificam na sociedade.

Com o levantamento de informações da região Norte Fluminense, foi possível identificar 16 organizações/entidades representativas, compreendendo associações, colônias e cooperativas de pesca. Para uma melhor caracterização, foram levantadas diversas informações sobre as organizações, como os seus objetivos/agendas, ano de fundação, infraestrutura administrativa, participações, dentre outros. No apêndice 2 é apresentada a lista de organizações encontradas para a região Norte Fluminense.

No que diz respeito ao processo de caracterização, uma importante questão foi investigada, relacionada ao grupo ou entidade representativa. Neste contexto, a maior parte das organizações apresentaram dados para representação de pescadores(as) artesanais (Figura 16). Também foi citada como exemplo a representação de moradores das comunidades.

Figura 16: Grupos que as entidades da região Norte Fluminense representam.

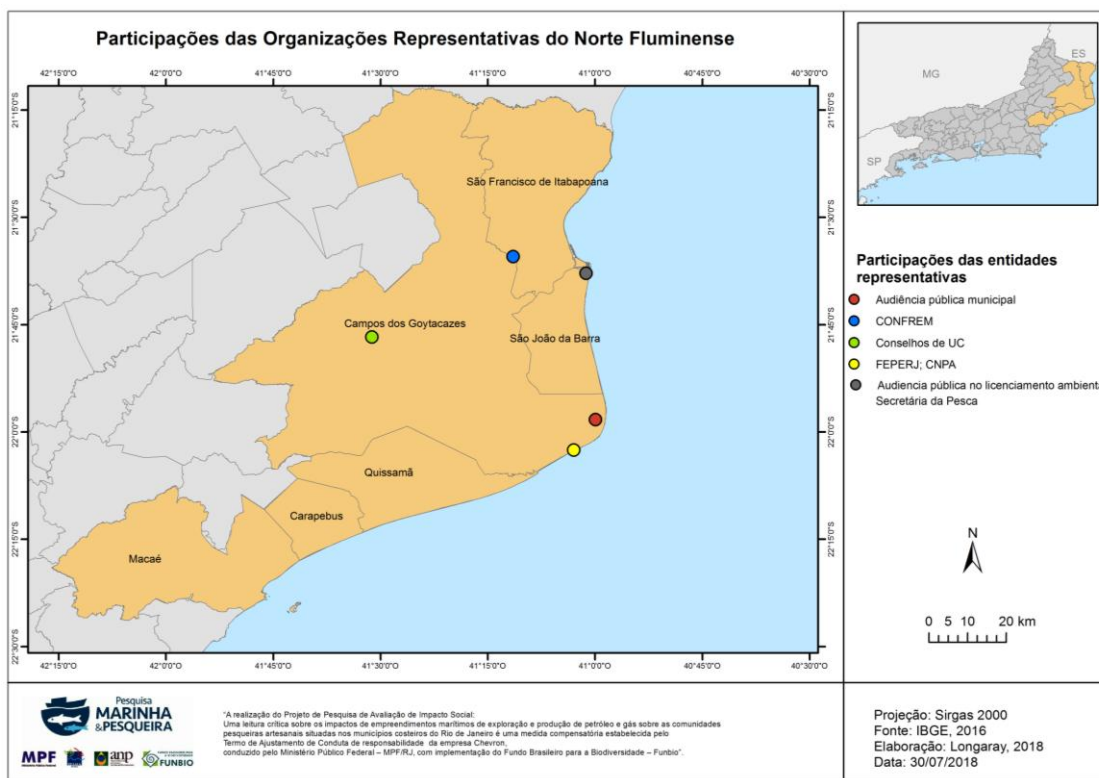


Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Santos (2008); Dias-Junior e Pinto (2012); ENGE0 (2014); Petrobras (2014); SOMA (2014); ConsultaFacil (2018); Econodata (2018); Empresas do Brasil (2018); ENGE0 (2016b; 2016c).

*Quatro organizações representativas não foram localizadas, sendo assim não foram especializadas na figura acima.

Outra informação relevante que caracteriza as organizações são as participações públicas destas (Figura 17). Na região em tela ocorreram dados para diferentes participações por parte das entidades. Além dos dados citados, as demais informações referentes à caracterização das entidades representativas são apresentadas no decorrer do relatório, além do banco de dados relacionado às comunidades da região.

Figura 17: Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.

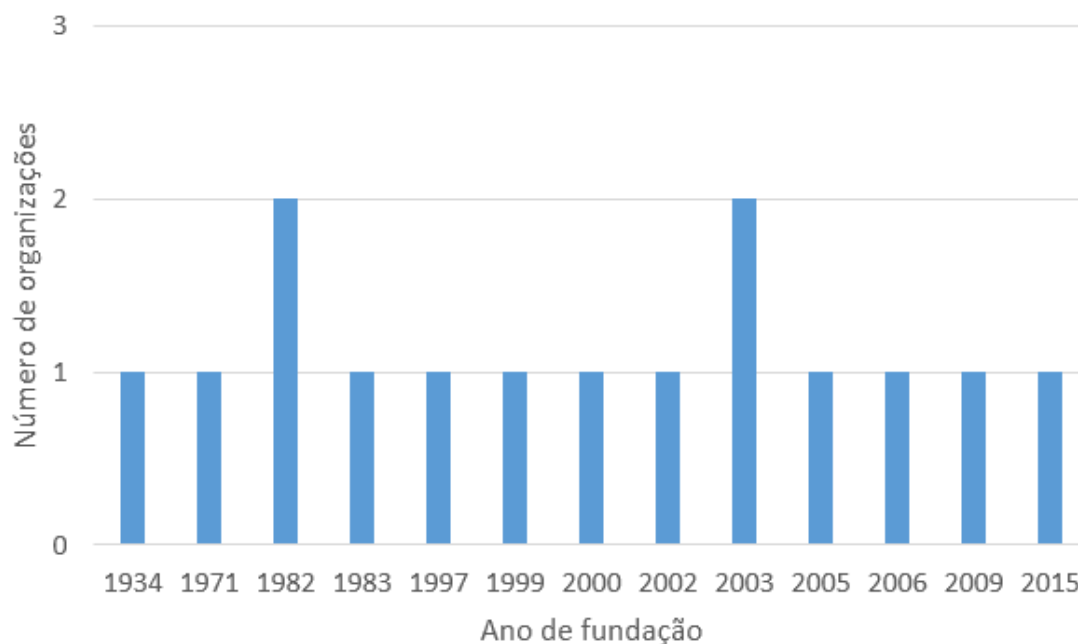


Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Brasil (2014); Conselho Consultivo da APA de Lagoa de Cima (2014); SOMA (2014); ASCEMA NACIONAL (2016); PEA Observação (2016); Colônia de Pescadores Z-19 (2018).

*Onde: CONFREM= Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros; FEPERJ= Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro; CNPA= Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores.

Para o levantamento das informações foram consultadas diversas fontes. Apresentaram destaque os relatórios do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D/Bacia Sedimentar de Campos/Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacia de Santos e Campos, o relatório do diagnóstico do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA BC), além de outros documentos como artigos, teses, reportagens e publicações em meio eletrônico. Com relação ao ano de fundação das entidades, percebeu-se que as organizações do Norte Fluminense tiveram início em diferentes períodos (Figura 18).

Figura 18: Número de organizações representativas dos(as) pescadores(as) artesanais de acordo com o ano de fundação na região Norte Fluminense.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de SOLTEC/POLO NÁUTICO/NUPEM – UFRJ (2005); Machado (2008); Dias-Junior e Pinto (2012); G1 (2013); Calleja (2015); Bau (2016); ConsultaFacil (2018); Econodata (2018); Empresas do Brasil (2018).

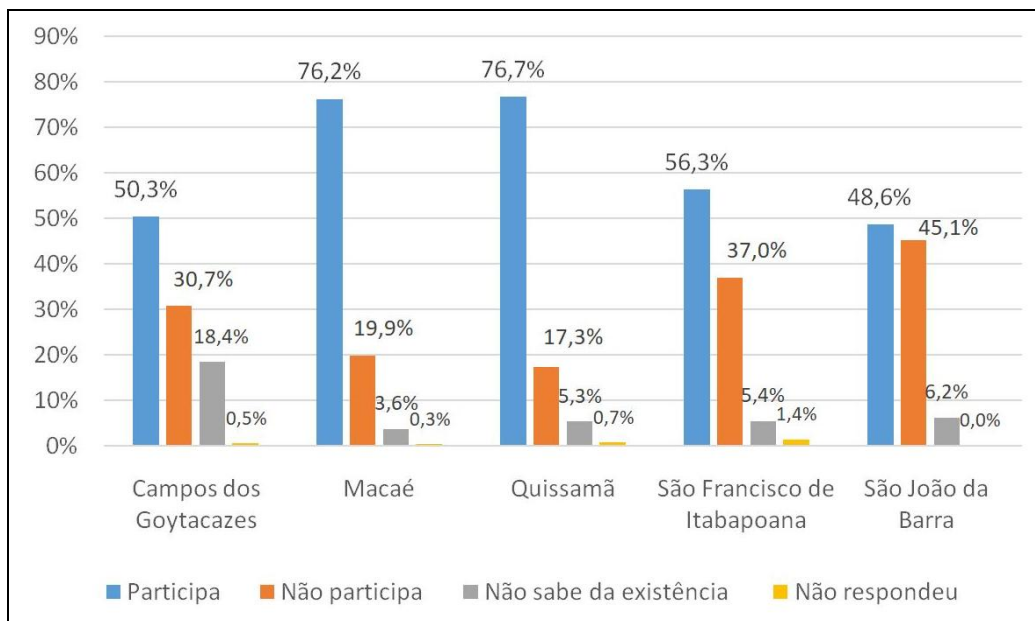
*Uma entidade não teve dados sobre o seu ano de fundação.

Os(as) pescadores(as) artesanais dos municípios que compõe a região Norte Fluminense demonstraram diversos problemas associados às organizações representativas, como a baixa participação destas, conflitos com a administração das entidades, dentre outros. Nesta perspectiva, ocorre o processo de diminuição de associados e participantes das entidades de representação, juntamente com seu enfraquecimento, afetando as participações públicas que, por consequência, impactam de modo negativo os grupos sociais (SOMA, 2014).

Em relação à participação dos(as) pescadores(as) artesanais nas organizações representativas, Belo (2018) demonstra a atuação destes nas colônias de pesca e nas associações da maior parte dos municípios que compõe o Norte Fluminense. No que se refere a participação em colônia de pesca, destaca-se a atuação de uma importante parcela do grupo social (Figura 19). Já para as associações de pescadores, pode-se perceber que

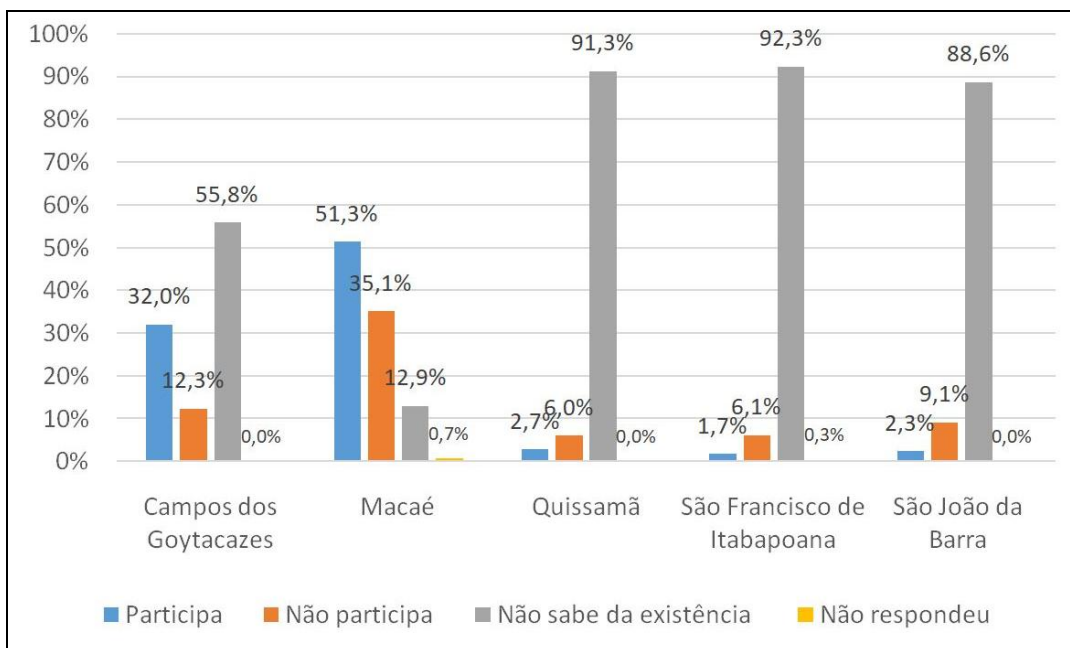
grande parte dos municípios da presente região não atua nestas (Figura 20). Além disto, pode-se perceber através dos dados que a maior parte dos atores sociais nem sabem da existência destas organizações, fato que culmina na baixa participação nestas entidades (BELO, 2018).

Figura 19: Participação dos(as) pescadores(as) nas colônias de pesca.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Belo (2018).

Figura 20: Participação dos(as) pescadores(as) nas associações de pesca.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Belo (2018).

Com base na importância das organizações coletivas para o fortalecimento da classe, deve-se levar em consideração quais fatores causam entraves na participação dos(as) pescadores(as) nestas entidades. De acordo com Belo(2018), existem diferentes fatores que culminam na baixa atuação dos pescadores nas colônias e associações. Em relação às colônias, os motivos mais evidentes para a não participação dos(as) pescadores(as) foram: falta de interesse, em Macaé e São Francisco de Itabapoana; falta de tempo, em Quissamã e São João da Barra; a falta de convite, em Campos dos Goytacazes.

Já em relação às associações, as questões em destaque que culminam na não participação dos(as) pescadores(as) foram: falta de interesse, em Macaé, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra; falta de convite, em Campos dos Goytacazes; falta de tempo, em Quissamã (BELO, 2018). Neste contexto percebe-se a baixa organização social das comunidades de pesca artesanal da região. Com isso Belo (2018) destaca que

a baixa participação nas organizações sociais e grupos coletivos pode ser explicada pela inexistência destes espaços de participação coletiva no seio das comunidades pesqueiras, o que demonstra que são poucos os espaços institucionalizados de participação cívica, levando a necessidade de uma

intervenção de governos e organizações sociais para fomentar a criação destes espaços (BELO, 2018, p. 199).

Diante de tantos entraves que geram impactos negativos para a formação e manutenção dos propósitos das organizações representativas de pesca, destaca-se a importância da participação e união da classe no entorno destas entidades. As trocas de saberes e ligação dos atores sociais ocasionam melhores chances de participação em decisões de determinadas questões, além do fortalecimento da classe.

Em relação às entidades do Norte Fluminense, no decorrer estas serão detalhas de acordo com os municípios.

- Campos dos Goytacazes

Neste município foram identificadas seis organizações representativas da pesca artesanal. De acordo com Dias-Junior e Pinto (2012), as organizações de pescadores(as) do município foram criadas no início do século XXI, devido a série de acidentes ambientais que trouxeram riscos a manutenção da atividade e do meio ambiente.

Associação de Pescadores Artesanais de Coroa Grande do Rio Paraíba do Sul

Essa entidade foi fundada em 2003, apresentando 130 associados (DIAS JUNIOR; PINTO, 2012) e realiza ações de defesa aos direitos sociais de seus associados. Durante sua trajetória contribuiu cedendo sua sede para o desenvolvimento de um projeto sobre a avaliação dos modos de captura para a pesca de manjuba, organizado pela FAPERJ (FAPERJ, 2015).

Associação de Pescadores Artesanais da Lagoa do Campelo

Fundada no ano 2000, essa associação conta com 55 associados (DIAS JUNIOR; PINTO, 2012). A entidade apoia as atividades de pesca e atuou em espaços públicos como

a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (ASCEMA NACIONAL, 2016).

Associação de Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos – APAPGF

A entidade possui 450 associados e foi criada no ano de 2002 (DIAS JUNIOR; PINTO, 2012). Esta é uma importante representante dos pescadores da localidade. De acordo com Nascimento (2009), a entidade tem como papel principal a mediação dos processos de burocracia com a colônia Z-19, na qual a entidade está vinculada.

Associação de Pescadores Artesanais Profissionais e Artesanais da Lagoa de Cima

Essa associação foi fundada no ano de 2006, com 128 associados (DIAS JUNIOR; PINTO, 2012). Possui participação no Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima – Campos dos Goytacazes/RJ (CONSELHO CONSULTIVO DA APA DE LAGOA DE CIMA, 2014).

Associação dos Pescadores Artesanais do Parque dos Prazeres do Rio Paraíba do Sul

De acordo com Dias-Junior e Pinto (2012) essa associação foi fundada no ano de 2003, e possui 90 associados. Possui como experiência a participação de um Curso de Filetagem, realizado pela FIPERJ (PREFEITURA DE CAMPOS, 2011).

Colônia de Pescadores do Farol de São Tomé Z-19

A Colônia de Pescadores Z-19 de Campos dos Goytacazes foi fundada no ano de 1982, com 850 associados (DIAS JUNIOR; PINTO, 2012). Atualmente, possui aproximadamente 1.200 associados, além de apresentar sede própria, doada pela empresa LLX em 2011 (JUNDIAÍ ONLINE, 2011). No decorrer de sua trajetória, com o objetivo de representar e defender os direitos de seus associados, participou de diferentes espaços públicos, como a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ e

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA (COLÔNIA DE PESCADORES Z-19, 2018).

- Carapebus

Foram encontradas informações referentes à existência de duas associações de pescadores no município.

Associação de Pescadores Artesanais da Lagoa de Carapebus – APAC

Segundo Santos (2008), a APAC possui 68 associados e é a principal organização entre os(as) pescadores(as) artesanais do município de Carapebus. Os associados apontaram determinadas vantagens geradas pela entidade, como as reuniões trimestrais ou quadrimestrais, a assistência médica, repasse de informações e facilidades quanto à documentação e obtenção do seguro defeso.

Associação de Pescadores da Lagoa de Carapebus – APLAC

A APLAC foi fundada em 1999. É uma entidade privada com o objetivo de apoiar os associados nas atividades vinculadas a pesca em água doce (ECONODATA, 2018).

- Macaé

Para o município de Macaé foram encontradas quatro organizações representativas, sendo associações, colônias e cooperativas de pesca. Os pescadores do município destacaram os problemas referentes às organizações, como a dificuldade da gestão comunitária (SOMA, 2014). Apesar disto, é evidente a importância do fortalecimento da Colônia Z-3 de Macaé, fato que facilita os diálogos com as diversificadas instituições (SOMA, 2014).

Associação de Moradores do Parque Nova Holanda

Fundada no ano de 1997, essa associação representa os moradores do bairro Nova Holanda de Macaé (EMPRESAS DO BRASIL, 2018). A entidade funciona como um dos principais locais para realização de reuniões dos moradores e pescadores do bairro (ENGEIO, 2016b). Durante o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar de Campos no Bloco BM-C-7, a associação disponibilizou sua sede para a realização de encontros e reuniões com os pescadores (ENGEIO, 2016c).

Associação Mista de Pescadores Artesanais de Macaé

De acordo com Calleja (2015) essa associação foi instituída no ano de 2005. A entidade conta com 1200 associados, os quais majoritariamente desembarcam seus pescados no Mercado de Peixes de Macaé (ENGEIO, 2016c).

A associação possui diferentes objetivos, como o apoio aos pescadores artesanais e suas famílias e também a assistência e defesa aos assuntos de interesse dos moradores do bairro de Barra de Macaé (CALLEJA, 2015). Além disso, a autora aborda que a associação realiza diversos eventos e ações para beneficiar os atores em maior vulnerabilidade:

Entre as ações realizadas pela entidade atualmente estão: o fornecimento de mão-de-obra especializada para o conserto das embarcações de seus associados; a aquisição de insumos para aqueles pescadores que não podem custeá-los por conta própria, como pano de rede, peças de motor, hélices e até medicamentos; o fornecimento de cestas básicas para as famílias de pescadores já falecidos, ou daqueles provisória ou permanentemente incapacitados para o trabalho (CALLEJA, 2015, p.53).

Colônia de Pescadores Z-3

A Colônia de Pescadores Z-3 de Macaé foi constituída em 1982, com 300 pescadores (BAU, 2015). Atualmente esta apresenta 1800 associados (ENGEIO, 2016b). A entidade possui como objetivo auxiliar os(as) pescadores(as) em diferentes questões. De acordo com Bau (2015),

a Colônia de Pescadores de Macaé funciona, de acordo com o seu presidente, como um “sindicato do pescador artesanal”, que também oferece assistência jurídica e médica (dentista, pediatra, clínico geral e otorrinolaringologista). Ela possui apoio da prefeitura, principalmente na manutenção desses e de outros serviços. A distribuição do seguro-desemprego no período de defeso (período de proibição da pesca devido á reprodução de algumas espécies) é feita com a ajuda da Colônia para seus associados (BAU, 2016, p. 2 – 3).

Além disso, os(as) pescadores evidenciaram a importância da Colônia como sendo representativa na atuação frente aos processos e negociações com a Petrobras (SOMA, 2014).

Cooperativa Mista dos Pescadores Macaé LTDA – COMPEMA

A COMPEMA foi fundada no ano de 1971 (EMPRESAS RJ, 2018). De acordo com Calleja (2015) essa entidade teve sua ascensão na década de 1980, na qual possuía mais de 100 associados. No entanto, esta passou por processos de declínio no número de participantes, possuindo no ano de 2005 apenas 31 associados (SOLTEC/POLO NÁUTICO/NUPEM – UFRJ, 2005).

- Quissamã

A pesquisa realizada para o município de Quissamã identificou a presença de uma entidade representativa de pesca, a Colônia de Pescadores Z-27.

Colônia de Pescadores Z- 27

A Colônia de Pescadores Z-27 foi fundada no ano de 2009, apresentando 150 associados (G1, 2013). Esta organização faz parte do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba no estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2014). Ao longo de sua existência recebeu ações de compensação pela Petrobras, como o recebimento de notebook, projetor, televisão, refrigerador, dentre outros (PETROBRAS, 2013).

- São Francisco do Itabapoana

Identificou-se uma entidade representativa atuando no município de São Francisco de Itabapoana.

Colônia de Pescadores Z-1

A presente entidade foi fundada no ano de 1983 e conta com 1.366 associados (MACHADO, 2008). A colônia recebeu benefícios do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Bacia de Campos (PCAP-BC) como medida de ação de compensação exigida para o processo de licenciamento ambiental (O DIA, 2015). Assim, a organização obteve a reforma de sua sede e núcleos, além do recebimento de aparelhos para o auditório de Gargaú (PETROBRAS, 2014).

- São João da Barra

O município de São João da Barra possui uma importante tradição pesqueira, a qual caracteriza a forte ligação dos atores sociais com a atividade produtiva. No entanto, mesmo com a importância da pesca artesanal para o município, os(as) pescadores(as) sofrem com baixa organização social (SOMA, 2014).

Associação dos Moradores e Pescadores de Quixaba em São João da Barra

A associação em questão teve seu início no ano de 2015 (CONSULTAFACIL, 2018). Esta participou de cursos de economia solidária realizados na sua sede com a parceria do PEA BC e do PESCARTE (A. M. P. Q., 2017). Com relação às participações em espaços públicos, ocorreram atuações em audiência pública sobre a Lei do Orçamento Anual (LOA), no sentido de reivindicar a realização de limpeza nos canais assoreados (PEA OBSERVAÇÃO, 2016).

Colônia de Pescadores de Atafona Z-2

A Colônia de Pescadores de Atafona Z-2 foi fundada em 1934. Esta possui 1.000 associados e recebe um importante auxílio da prefeitura municipal para as questões que envolvem a administração (SJB, 2009). De acordo com informações da prefeitura municipal, esta entidade teve várias conquistas, como sala de informática, consultório dentário, dentre outros, doados pela empresa MMX (SJB, 2009).

A organização teve experiências em participações públicas, como discussões e audiências públicas envolvendo projetos de licenciamento ambiental (SOMA, 2014). Além disso, os(as) pescadores(as) e suas famílias acessaram outros benefícios, como a participação em cursos de formação profissional e alfabetização, realizados através do Centro de Formação de Pescadores (PORTAL FATOR BRASIL, 2012).

4 Considerações Finais

Após a realização de um apanhado de informações acerca dos municípios que compõe a região Norte Fluminense, foi possível perceber a existência de lacunas no que diz respeito às comunidades que os compõe e em como se dá a atividade pesqueira artesanal. Alguns projetos, como o PEA BC e o PEA PESCARTE, foram imprescindíveis para a caracterização das comunidades pesqueiras e suas dinâmicas em alguns destes municípios.

Vale destacar que o município de Carapebus apresentou-se com pouquíssimas informações acerca de como ocorre a pesca artesanal em suas comunidades. A baixa quantidade de dados pode ter ocorrido devido ao fato de que os(as) pescadores(as) artesanais não pescam em área de mar. Por esse motivo, pode-se inferir que não são reconhecidos os impactos sobre a atividade pesqueira, sendo o município desconsiderado pela maior parte das exigências relacionadas ao licenciamento ambiental. A realização de pesquisas na região nos permitiria criar um panorama para a região Norte Fluminense mais completo e homogêneo.

Ainda assim, por meio da análise dos dados foi possível perceber alguns padrões entre as comunidades da região Norte. Como exemplos, tem-se o baixo nível de escolaridade entre os(as) pescadores(as) artesanais, que, majoritariamente, apresentam como grau de instrução o ensino fundamental incompleto. De um modo geral, também são

bastante similares as formas de acesso aos bens e serviços públicos, assim como relacionados às políticas públicas e principais demandas entre as colônias/entidades.

No que diz respeito às organizações e entidades representativas, foram poucas as informações encontradas para todos os municípios da região Norte Fluminense, muitas vezes limitando-se aos dados sobre ano de fundação e número de integrantes e, em alguns poucos casos, um melhor detalhamento das informações sobre a participação pública de seus membros.

Mesmo havendo algumas limitações com relação à disponibilidade de informações sobre as comunidades de pescadores(as) artesanais para os municípios da região Norte Fluminense é importante ressaltar que o material disponibilizado para a compilação dos bancos de dados, assim como para caracterizar os principais aspectos relacionados à atividade pesqueira foram extremamente importantes. O uso de materiais auxiliares, como dissertações, teses, reportagens e sites oficiais foram imprescindíveis para tornar possível a execução deste relatório, principalmente no que tange às questões relacionadas à cadeia produtiva do petróleo e gás.

5 Referências Bibliográficas

ABRÊU, G. C.; COELHO, V. C.; DIAS, H. C.; TERRA, R. P. A percepção dos pescadores artesanais sobre as políticas públicas de pesca no município de São Francisco de Itabapoana – RJ. In: III CONFLICT – CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNOLÓGICA, 3., 2010, Instituto Fluminense de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2010.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Relume/Dumará. 2004.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AECOM. Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos – Projeto PCR-BC. **Relatório Final**, 2013.

ALVES, L. A. et al. Os múltiplos usos das águas das Lagoas da Região Norte Fluminense/RJ. **Anais... VII CBG – Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória/ES. 12p.

A. M. P. Q. Associação dos Moradores e Pescadores de Quixaba em São João da Barra RJ. AMP Quixaba, 2017. Post do Facebook. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/AMPQuixaba/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 19/01/2018.

ARRUDA, R.; “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade** (Online), n 5, p.79-92, 1999.

ASCEMA NACIONAL. Manifesto de Apoio das Comunidades Tradicionais Extrativistas do Brasil ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT (ICMBio). 2016. Disponível em: <<http://www.ascemanacional.org.br/apoiocnpt/>>. Disponível em: 19/01/2018.

ÁVILA-DA-SILVA, A. O.; VIANNA, M. 2009 A produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, M. (org.). **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAERJ; SEBRAE-RJ: p.47-60.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A Política Pesqueira no Brasil (2003-2011): A Escolha Pelo Crescimento Produtivo e o Lugar da Pesca Artesanal. **Desenvolvimento e meio ambiente**. vol. 32. p.61-80, dez. 2014.

BAU, E. P. L. **A Pesca Artesanal em Macaé-RJ: Uma Abordagem Etnoictiológica como Subsídio para o Manejo de Cianídeos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé – RJ, 2015 88p.

BEGOT, L. H.; VIANNA, M. A frota pesqueira costeira do estado do Rio de Janeiro. **Boletim Instituto de Pesca**, v. 40, n. 1, p. 79–94, 2014. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/40_1_79-94.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BELO, D. C. **Participação Social e Ação Coletiva: A Construção do Capital Social Entre os Pescadores Artesanais do Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro**. 2018. 224f. Tese (Doutorado Sociologia Política). Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, 2018

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 2003.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1998, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009.

_____. ICMBio. Portaria nº 10, de 12 de fevereiro de 2014. Renova o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga de Jurubativa no estado do Rio de Janeiro. DOU. 13 fev. Seção 1.

CALLEJA, D. L. **Pescadores artesanais em Macaé: perfil socioeconômico e subsídios para a certificação da pesca**. 2015. 157F. Dissertação (Mestrado em CIÊNCIAS

AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2015.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. SEGURO DEFESO: DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : **Ipea** , 2014. 74p.

CARDUME. Desembarque de pescado em Guaxindiba. Disponível em: <<http://cardumebrasil.blogspot.com/2014/01/desembarque-de-pescado-em-guaxindiba.html>>. Acesso em: 06/08/2018.

CARVALHO, R. J. S. **Territorialidade da Comunidade de Pescadores Artesanais: Praia do Perequê, Guarujá – SP.** 2010. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2010.

CINTRA, J. P. A formação do território da capitania do Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n.1,p.67 – 81. 2016.

CNES Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Consulta Estabelecimento – Identificação. Disponível em: <>. Acesso em: 24/04/2018.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-19. Quem somos. Disponível em: <<http://www.coloniadepescadoresz19.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 16/10/2018.

CONSELHO CONSULTIVO DA APA DE LAGOA DE CIMA. Campos dos Goytacazes-RJ. Ata da reunião realizada em 17 de junho de 2014. 2014.

CONSULTAFACIL. Disponível em: <<http://www.consultafacil.info/nome/valdinei-gomes-barreto>> . Acesso em: 19/01/2018.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. Questões debatidas in: KRAYCHETE, G. *et al.*.(orgs) **Economia dos Setores Populares : Entre a Realidade e a Utopia.** Petrópolis: Vozes, 2000. p.91-141.

COSTA, K. V. O Trabalho na Pesca Artesanal no Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: TIMÓTEO, G. M. **Educação ambiental com participação popular : avançando na gestão democrática do ambiente**. Campos dos Goytacazes, RJ : FUNDENOR, 2016. p 1-243.

DI BENEDITTO, A. P. M. 2001 A pesca artesanal na costa norte do Rio de Janeiro. **Bioikos**, n2, v 15, p. 103- 107.

DIAS JÚNIOR, L. F.; PINTO, M. V. F. **Organizações sócio-espaciais dos pescadores artesanais no município de Campos Dos Goytacazes/RJ**. 2012. 76 f. Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2012.

DIEGUES, A. C. S. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 187 f. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais) .NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 1973.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo/SP: Ática, 1983. 292p.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 361 – 375, 1999.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB LTDA. 2000.290p.

DIEGUES, A.C. Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo. **Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento- Arraial do Cabo (RJ):** Programa Petrobras Ambiental.- COPPE/UFRJ. 2007. 40p. Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradresex.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2017.

ECONODATA. Associação de Pescadores da Lagoa de Carapebus. Disponível em: <<http://www.econodata.com.br/lista-empresas/RIO-DE-JANEIRO/CARAPEBUS/A/09023632000145-ASSOCIACAO-DE-PESCADORES-DA-LAGOA-DE-CARAPEBUS>>. Acesso em: 23/01/2018.

EMPRESAS DO BRASIL. Dados da Empresa, Pesquisar, Macaé – RJ, Associações de Defesa de Direitos Sociais. Disponível em:
<<http://empresasdobrasil.com/empresa/associacao-de-moradores-do-parque-nova-holanda-03454963000153>>; Acesso em: 23/01/2018.

EMPRESAS RJ. COMPEMA. Disponível em:
<<http://www.empresasrj.com/s/empresa/compema/29697406000157>>. Acesso em: 23/01/2018.

ENGEIO. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **EAS - Estudo Ambiental de Sísmica**. Subseção 4.3 - Meio Socioeconômico. Pág. 1/27.Revisão 00 - Fevereiro/2014.

ENGEIO. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **Relatório do diagnóstico rápido participativo realizado em Campos dos Goytacazes**. Revisão 00-Abril/2016a.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo Realizado em Macaé**. Revisão 01 – Julho/2016b.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo Realizado em Macaé**. Revisão 00 – Abril/2016c.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **Relatório do Diagnostico Participativo realizado em Campos dos Goytacazes**. Revisão 01 - Julho/2016d.

EQUINOR. Projeto de Comunicação Social (PCS). Disponível em:
<<https://www.equinor.com.br/>>. Acesso em: 27/08/2018

FAO. Fisheries and Aquaculture Department. **The State of World Fisheries and Aquaculture**. Rome, 2014

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of World Fisheries and Aquaculture. **Contributing to food security and nutrition for all**. Rome. 200 pp., 2016.

FAPERJ. Estudo avalia impactos da pesca da manjuba no rio Paraíba do Sul. 2015. Disponível em <<http://www.faperj.br/?id=3021.2.2>>. Acesso em: 17/01/2018.

FERREIRA, M. A. V. A. **Injustiça ambiental associada à disposição final de resíduos sólidos urbanos em Macaé/RJ – Do vazadouro em Águas Maravilhosas ao aterro sanitário na BR-101**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Macaé, 2011.

FIPERJ. **Diagnóstico da Pesca no Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira**. Diagnóstico da Pesca no Estado Rio de Janeiro. Niterói. Junho/2013a. 55p.

_____. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Boletim Estatístico da Pesca do Estado do Rio de Janeiro – Anos 2011 e 2012 / Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. – Niterói, 2013b. 93f.

_____. Relatório anual 2015. 174p. 2015. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2015.pdf>; Acesso em: 02/05/2018

FOLHA1. Estaleiros Artesanais sobrevivem em São João da Barra. 2017. Disponível em: <http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/11/na_foz/1226631-estaleiros-artesanais-sobrevivem-em-sao-joao-da-barra.html>. Acesso em: 02/08/2018.

FUNDAÇÃO PROZEE/SEAP-PR/IBAMA. **Relatório técnico sobre o censo estrutural da pesca artesanal marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Processo nº00350.000748/2004-74. Itajaí. Nov. 2004.

G1. Pescadores de Quissamã, RJ, recebem bloqueadores solares.2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/11/pescadores-de-quissama-rj-recebem-bloqueadores-solares.html>>. Acesso em: 13/08/2018

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M.; CHAVES, P. F.; SANTOS, L. O. **Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar.** PePSIC. Psic. da Ed., São Paulo, 25, 2º sem. de 2007, p. 93-112

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Centro de formação de pescadores é inaugurado em Atafona. Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/sedrap/exibeconteudo?article-id=1386462> >. Acesso em: 23/02/2018

HERCULANO, S. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. INTERFACEHS– **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** -v.3, n.1, Art 2, jan./ abril.2008. Disponível em:<<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em 24/07/2018.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, 2007. **Estatística da pesca 2007 Brasil: grandes regiões e unidades da federação.** Brasília: IBAMA. 151p.

IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10. Programas de Educação Ambiental: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. 35p, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas, Cartas imagem 2016. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/arquivos-raster.html>>. Acesso em: 16/05/2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.Censo demográfico 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso: 05/03/2018.

INEPDATA Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **InepData Educação Superior 2015.** Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FGeral%2F_portal%2FEduca%C3%A7%C3%A3o%20Superior>. Acesso em: 29/04/2018.

INEPDATA Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Estatística da Educação Básica 2017.** Brasília:Inep, 2018. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 29/04/2018.

INTER TV REGIÃO DOS LAGOS. Pescadores têm dificuldades para receber seguro defeso em Cabo Frio, no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/pescadores-tem-dificuldades-para-receber-seguro-defeso-em-cabo-frio-no-rj.ghtml>>. Acessado: 28/02/2018.

JUNDIAÍ ONLINE. Colônia de Pescadores Z-19 ganha sede própria da LLX. Disponível em: <<https://www.jundiaionline.com.br/colunistas/colonia-de-pescadores-z-19-ganha-sede-propria-da-llx-33>>. Acesso em: 09/08/2018.

KORU, Consultoria Sociambiental. Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. PCAP-Oceangeo. Relatório da Implementação e avaliação final do PCAP-Oceangeo, junho de 2015 a junho de 2016. Abril/2017

LEAL, G.F. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do Norte Fluminense. **Ambiente e Sociedade**. V. XVI, n. 4. P. 83 – 102, 2013.

LOTO, L. Atualização do estado dos sistemas pesqueiros em Arraial do Cabo e Itaipu. (RJ Brasil). Universidade Federal Fluminense (UFF). Novembro, 2013. 45p.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980 in: SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

MACHADO, R. M. A. . Análise das condições de saneamento básico e saúde da comunidade pesqueira de Gargaú, São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro. In: V CIRCUITO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5., 2008, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, 2008.

MANESCHY, M. C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. in: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41 – 64.

MDS 2015. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 04/07/2018.

MDS 2018a. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <<https://www.bolsa-familia.com/pessoas/rio-de-janeiro/carapebus>>. Acesso em: 20/02/2018.

MDS 2018b. Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa da Família. **CRAS(Caxias) – Quissamã – RJ**. Disponível em: <<https://www.programabolsadafamilia.com.br/cras-caxias-quissama-rj/>>. Acesso em: 25/01/2018.

MDS 2018c. Ministério do Desenvolvimento Social – **INSS Instituto Nacional do Seguro Social – Institucional**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/>> Acesso: 16/08/2018.

MEDEIROS, A. M. **Políticas Públicas**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 03/07/2018.

MELLO, L. R. *et al.* A saúde dos trabalhadores da pesca artesanal da estação ecológica de Juréia-Itatins – Peruibe/SP. **UNISANTA Law and Social Science** v.1, nº1. P 12 – 15, 2012.

MENDONÇA, F. M., VALLE, R. A. B., COUTINHO, R.; A cadeia produtiva da pesca artesanal em arraial do cabo: análise e propostas de melhoria. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 14 p, 2010. São Carlos. **Anais..** São Carlos.: Associação Brasileira de Engenharia de Produção. 2010. 2 – 14.

MF 2018. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. **Regime Geral – RGPS**. Disponível em: <<http://previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-geral-rgps/>>. Acesso: 16/08/2018.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva. **Relatório Executivo**. Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF. 2006.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. 2011 Pesca artesanal. *In: ZAPPES, Camilah Antunes; OLIVEIRA, Pablo da Costa; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. **Percepção de Pescadores do Norte Fluminense Sobre a Viabilidade da Pesca Artesanal com a Implantação de Megaempreendimento Portuário*** Bol. Inst. Pesca, São Paulo, 42(1): 73-88, 2016.

MPA/MMA. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 10, de 10 de junho de 2011. DOU 13/06/2011 - SEÇÃO 1 - PÁGINA: 50. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2011/ini_mpa_mma_10_2011_altrda_regul_permissionamento_completa_altrd_in_14_2014_in_01_2015.pdf>. Acesso em: 22/08/2017.

NASCIMENTO, Thais Cordeiro. **A Festa de São Pedro em Ponta Grossa dos Fidalgos – Apontamentos Etnográficos sobre a Celebração do Santo Pescador**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, PPGSA, 2009.

NAV. Oceanografia Ambiental. **Relatório do Plano de Compensação de Atividade Pesqueira**. Outubro 2014.

NOGUEIRA, A. B. et al. Participação da fisiografia local na composição dos atributos e estratégias de pesca no sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 37, n. 1, p. 13–30, 2011. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/37_p1_13-30.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

O DIA. São Francisco do Itabapoana ganha escritório para discussões da comunidade. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiaestado/2015-04-13/sao-francisco-do-itabapoana-ganha-escritorio-para-discussoes-da-comunidade.html>. Acesso em: 14/08/2018.

OLIVEIRA, F. J. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território Fluminense**. 2003. 231 Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

OLIVEIRA, M. N.; COELHO, R. B. D.; AMORIM, F. A. S. DE. Análise da Frota Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro. *In: MARCELO VIANNA (Org.). **A produção pesqueira do estado do rio de janeiro***. Rio de Janeiro: FAERJ; SEBRAE, 2009.

OLIVEIRA, V. P. S.; MANSUR, O. M. F. C.; RIBEIRO, E. M. S. ; COELHO, S. F. ; Avaliação das condições socioeconômicas e de saúde dos trabalhadores da pesca, participantes do programa CERTIFIC/PESCA, Regional Campos dos Goytacazes-RJ. **Vértices (Campos dos Goytacazes)**, v. 14, p, 299 – 312, 2013.

PASSOS, W. S.; ALMEIDA, E. T. V.; CRUZ, J. L. V. Os impactos dos grandes projetos sobre as comunidades atingidas: o caso do Norte Fluminense. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 17, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017. P. 1-15.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. v.5, n.28, jan/fev. 1987.

PEA BC - Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Localize um projeto. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-selecao>>. Acesso em: 02/12/2017

PEA OBSERVAÇÃO. Moradores de Quixaba participam de audiência pública. 2016. Disponível em: <<http://peaobservacao.com.br/moradores-de-quixaba-participam-de-audiencia-publica/>>. Acesso em: 19/01/2018.

PEA-PESCARTE. Projeto de Educação Ambiental PESCARTE. Dados extraídos do Acervo de dado do projeto. Dados não publicados. 2015.

PENA, P.G.L; FREITAS, M.C.S.; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciência e Saúde Coletiva [online]**. vol.16, n.8, 2011, p.3383-3392.

PETERS, B. G. American PublicPolicy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. in: SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

PETROBRÁS. Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Bacia de Campos - PCAP-BC. **Relatório Semestral da etapa de implementação – 002**. Dezembro de 2012 a maio de 2013. Junho/2013.

PETROBRAS. PCAP-Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Bacia de Campos. **Relatório da etapa de implementação-005. Jun. 2014 à Nov. 2014.** Dezembro/2014.

PIQUET, R.; GIVISIES, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, p. 29 – 57. 2006.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Benefícios ao cidadão. 2017. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>>. Acesso em: 25/04/2018

PORTAL DO FAROL. Embarcação da Marinha do Brasil fica pronta em estaleiro do Farol. 2015. Disponível em: <<https://www.praiafaroldesaothome.com.br/2015/10/embarcacao-da-marinha-do-brasil-fica.html>>. Acesso em: 02/08/2018.

PORTAL FATOR BRASIL. LLX e OSX inauguram Centro de Formação de Pescadores em São João da Barra. 2012. Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=223768 >. Acesso em: 20/01/2018.

PORTAL SAGI. **Relatórios de Informações Sociais. RI Bolsa Família e Cadastro Único.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>>. Acesso em: 04/07/2018.

PREFEITURA DE CAMPOS. Agricultura inicia Curso de Filetagem dia 11. 2011. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8224>. Acesso em: 19/01/2018.

PREFEITURA DE CAMPOS. Ação social com palestras e serviços para os pescadores de Coroa. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=34459>. Acesso em: 22/02/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. Parceria Prefeitura e Petrobras garante reforma de barcos para segurança dos pescadores. 2008. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/parceria-prefeitura-e-petrobras-garante-reforma-de-barcos-para-seguranca-dos-pescadores>>. Acesso em: 02/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. Mercado Municipal de Peixes. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/sedec/conteudo?id=1566>>. Acesso em: 02/08/2018.

QUEIROZ, M. B.; SILVA, R. M. R.; AMÂNCIO, R. N. D. Associativismo, dificuldade e benefícios: Um estudo de caso na Associação dos Pescadores de Lábrea (APEL), no município de Lábrea-AM. In: XIII CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO – ADMINISTRAÇÃO - CONVIBRA. 13, 2016. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=16&id=12686>>. Acesso em: 07 de Ago. de 2018.

QUINTAS, J. S. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª ed. Revista. Brasília: Ibama, 2006. 134p.

RAMIRES, M.; BARRELA, W.; ESTEVES, A. M. **Caracterização da Pesca Artesanal e o Conhecimento Pesqueiro Local no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo.** Revista Ceciliana Jun 4(1): 37-43, 2012

REMA. Projeto REMA – PEA Campo de Frade. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – OFICINA. V.04. Acervo de documentos CGPEG. REMA, [2015?a]

REMA. Projeto REMA – PEA Campo de Frade. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DA BARRA - OFICINA V.04. Acervo de documentos CGPEG. REMA, [2015?b]

REMA. 2018. Rede de Estudos para o Meio Ambiente. Portal Online. Disponível em: <<http://www.projettorema.net/>>. Acesso: 03/07/2018.

SAF Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **SAF, sobre o programa.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 19/03/2018.

SANTOS, A. F. G. N.; BOMFIM, B. C; BENEDITTO, A. P. D. A pesca extrativista marinha no porto de Atafona, São João da Barra - RJ: Passado e Presente. **Braz. J. Aquat. Sci. Technol**, v. 21, n. 1, p.1-7, ago. 2017.

SANTOS, M. C. **Contribuição à gestão das lagoas costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba - RJ.** 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Centro Federal de Ensino Tecnológico de Campos, Universidade da Tecnologia e do Trabalho, Macaé, 2008.

SANTOS JÚNIOR, V. 2016. A Cadeia Produtiva do Pescado e a Invisibilidade Feminina: Prática, Representação e Apropriação. 139-153p. In: TIMÓTEO, G. M. **Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente.** Campos dos Goytacazes, RJ : FUNDENOR, 2016. 243 p.

SEBRAE/RJ **Painel regional: Norte Fluminense** / Observatório Sebrae/RJ. -- Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015 32p.

SEAP/PR. **Saúde e Segurança do Pescador.** Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP/PR/Brasília/DF., 2007.

SILVA, N. R. **Caracterização das relações socioeconômicas da cadeia produtiva da pesca em Macaé – RJ: transformações e impactos associados à economia do petróleo.** 2013. 93f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Macaé, 2013.

SILVA, A. P. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: **Embrapa Pesca e Aquicultura**, 2014.

SILVA, C. A.; NASCIMENTO, N. O.; Pescadores artesanais e território: possibilidades e limites ao acesso aos direitos sociais e políticas públicas. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. **Anais...** Agosto, 2014. Vitória, ES, Brasil.

SJB. São João da Barra Prefeitura. Petrobras visita Colônia de Pesca de São João da Barra. 2009. Disponível em: <<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-613/petrobras-visita-colonia-de-pesca-de-sao-joao-da-barra>>. Acesso em: 20/01/2018.

SJB. São João da Barra. Curso de Manipulação e beneficiamento do pescado. Disponível em: <<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-4919/-curso-de-manipulacao-e-beneficiamento-do-pescado>>. Acesso em: 18/12/2017.

SJB. São João da Barra. Programa de Saúde e Segurança do Pescador em SJB. Disponível em: <<http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-3053/programa-saude-e-seguranca-do-pescador-em-sjb>>. Acesso em: 08/01/2018.

SOARES, A.L.S. et al. Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa / organizador Marcelo Vianna - Rio de Janeiro : **FAERJ: SEBRAE-RJ**, 2009.

SOLTEC/POLO NÁUTICO/NUPEM – UFRJ. Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca em Macaé. **Relatório de Pesquisa 2**. 2005. Disponível em: <<http://www.soltec.poli.ufrj.br/relatoriodepesquisa.pdf>>. Acesso em: 13/08/2018

SOMA. Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC. **Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC**. Rev.4. Setembro/2014 .

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, C. F.; CAETANO, G. B.; **Diagnóstico da percepção ambiental dos estudantes do programa CERTIFIC em Pesca de Ponta Grossa dos Fidalgos, Campos dos Goytacazes/RJ**. 75 f. Monografia - Curso de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2012.

SOUZA, T. N.; OLIVEIRA, V. P. S. Conflito socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p.219-229, dez. 2010.

TAZAWA, J. D. F.; FERES, S. A. P. **Breve diagnóstico das condições pesqueiras da Praia do Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro**. Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos. Instituto Federal Fluminense. 2016. Disponível em: <<http://bd.centro.iff.edu.br/handle/123456789/937>>. Acesso em: 30 de Jul. 2018.

TORRES, D. M. A. **Adoecimento e morte dos pescadores artesanais na Bacia de Campos – RJ**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

TRANS FOR MAR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS. **Plano de Trabalho 2a Fase – PEA FOCO**. Campo de Peregrino Revisão 00. Julho 2013.

VIANNA, M (Org.) **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa.**- Rio de Janeiro : FAERJ : SEBRAE-RJ, 2009.

WALTER, T. **Novos usos e novos mercados: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** 2010. 343 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro– CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

WALTER, T.; ANELLO, L.F. S.A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o licenciamento ambiental de petróleo e gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Ambiente e Educação**.vol. 17(1), 2012.

WALTER, T.; WILKINSON, J.; SILVA, de A. P.; A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n.4, dezembro 2012, pp. 483-497.

XAVIER, L. Y. **Participação de comunidades de pescadores tradicionais na implementação do zoneamento ecológico-econômico marinho e suas implicações: um estudo de caso no litoral norte de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica). Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ZAPPES, C. A. **Estudo etnobiológico comparativo do conhecimento popular de pescadores em diferentes regiões do litoral brasileiro e implicações para a conservação do boto-cinza *Sotaliaguianenis* (Van Bénéden, 1864) (Cetacea, delphinidae)**. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em ciências Biológicas) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2007.

ZAPPES, A. C.; OLIVEIRA, C. P.; DI BENEDITTO, M. P. A.; Percepção de Pescadores do Norte Fluminense sobre a Viabilidade da Pesca Artesanal como Implantação de Mega Empreendimento Portuário, **Bol. Inst. Pesca São Paulo**, 42(1): 73-88, 2016.

6 Apêndices

(Em arquivo separado)

Apêndice 1 - Características das infraestruturas da cadeia produtiva do pescado na região Norte Fluminense

Apêndice 2 - Organizações representativas de pescadores(as) artesanais na região Norte Fluminense.

7 Anexos

(Em arquivo separado)

Anexo 1 - Subsídios teóricos da pesquisa publicados em Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA.

Anexo 2 - Procedimentos analíticos.